Pressuposição, Representação Lexical e Ciência Cognitiva

Luiz Arthur Pagani

Este exemplar é a redação final da tese defendida por Luiz Arthur Pagani

e aprovada pela Comissão Julgadora em 20/03/96.

PROF. DR. Edson Françozo

Luiz Arthur Pagani

Pressuposição, Representação Lexical e Ciência Cognitiva

Dissertação apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Edson Françozo

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1996

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

P141p

Pagani, Luiz Arthur

Pressuposição, representação lexical e ciência cognitiva / Luiz Arthur Pagani. - - Campinas, SP : [s.n.], 1996.

Orientador: Edson Françozo

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. * Pressuposição. 2. * Representação lexical. 3. Ciência Cognitiva. 4. Semântica. 5. Psicolingüística. I. Françozo, Edson. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Prof. Dr. Edson Françozo

Prof. Dr. Rodolfo Ilari

Prof. Dra. Letícia Maria Sicuro Corrêa

Para Penélope; ainda que ela jamais pudesse entender qualquer dessas coisas.

- Aceite um pouco mais de chá - disse a Lebre de Março com ar muito compenetrado.

- Não tomei nenhum ainda - replicou Alice com ar ofendido. - Então como é que posso tomar **mais**?

- Você quer dizer que não pode tomar **menos** - observou o Chapeleiro. - É bem mais fácil tomar **mais** do que tomar nada.

Lewis Carroll

Índice

1. Introdução 11

1.1 Apresentação 11

1.2 Sumário 12

2. Fundamentos lógico-filosóficos da pressuposição 15

2.1 Frege 15

2.1.1 Pressupor uma referência, caso tal referência exista 15

2.1.2 Teste da negação 21

2.1.3 Afirmar e pressupor 23

2.2 Russell 25

2.2.1 Expressões denotativas não têm sentido por si mesmas 26

2.2.2 Paradoxo da identidade 28

2.2.3 Paradoxo do princípio da não-contradição 31

2.2.4 Paradoxo das proposições existenciais negativas 33

2.3 Strawson 36

2.3.1 Sentença e proposição 37

2.3.2 Asserir e pressupor 38

2.3.3 Semântica ou Pragmática? 41

2.4 Conclusão 44

3. Concepções linguísticas sobre a pressuposição 47

3.1 Kiparsky & Kiparsky 47

3.1.1 Predicados factivos 48

3.1.2 Factivos e representação da pressuposição 49
3.2 Karttunen 56
3.2.1 Verbos implicativos 56
3.2.1.1 Implicativos e representação da pressuposição 59
3.2.2 O Problema da Projeção: tampas, furos e filtros 63
3.3 Karttunen & Peters 68
3.3.1 Implicatura convencional 68
3.3.1.1 Implicatura convencional e representação da pressuposição 72
3.4 Conclusão 75
4. Perspectivas para a pressuposição em Ciências Cognitivas 78
4.1 Dois experimentos psicolingüísticos 78
4.1.1 Pressuposição e Inferência em um Experimento Off-Line 78
4.1.1.1 Observações sobre as conclusões do experimento 82
4.1.2 A Hipótese da Complexidade Representacional dos Factivos em um Experimento On-Line 84
4.1.2.1 Observações sobre as conclusões do experimento 87
4.2 Pressuposição e processamento lexical 89
5. Bibliografia 92
5.1 Apêndice bibliográfico 98

Agradecimentos

De início, agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa de mestrado que me possibilitou dedicar integralmente dois anos de vida aos estudos gerais, exigidos pelo programa de mestrado do Departamento de Lingüística do IEL, e específicos, requeridos pela pesquisa do tema desenvolvido.

Agradeço ainda à Universidade Estadual de Londrina, principalmente ao Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, por ter me concedido a licença que facilitou meu deslocamento entre Londrina e Campinas, para que eu pudesse fazer as pesquisas finais para a redação do texto.

*

A Rosana Horio Monteiro devo antes desculpas do que propriamente agradecimentos, pois ela teve que aturar, por um bom tempo, a impaciência e a indiferença de quem está desenvolvendo uma atividade tão envolvente, e acabou sofrendo as suas conseqüências; é claro que ela também teve sua vingança. Mas, no fim, felizmente, terminou tudo bem.

Agradeço também a Luís Gonçales Bueno de Camargo, por ser amigo dedicado, apesar da distância, a quem eu sempre pude recorrer incondicionalmente nos momentos em que eu precisei de apoio; agradeço ainda a toda a sua família (Patrícia, sua esposa; Lívia e Carmen, suas filhas) pelo carinho com que me receberam quando eu precisei me hospedar em Campinas, apesar de toda a inconveniência que eu causei.

Agradeço a meus pais e a meus irmãos, e para isso nenhuma explicação é necessária.

*

Já os agradecimentos acadêmicos, eu os devo a Roberto Gonçalves de Almeida, pelas raras (nos dois sentidos), porém muito produtivas e agradáveis, discussões sobre os mais diversos assuntos relacionados aos processos mentais. E a mais do que ninguém, devo a Edson Françozo toda a dedicação com que atendeu minhas necessidades de orientando, principalmente pela liberdade que me concedeu, apesar dos riscos que isso envolvia; essa liberdade, no entanto, foi muito mais produtiva para mim do que teria sido a exigência da menor submissão - mesmo porque, no fim das contas eu acabei me submetendo, o que só pôde acontecer porque não me foi exigido.

Devo agradecer ainda às enriquecedoras sugestões de Arley Moreno, que participou da qualificação, de Letícia Maria Sicuro Corrêa, que participou da defesa, de Rodolfo Ilari, que não só participou da qualificação e da defesa, como foi responsável por boa parte de minha formação, e de Eleonora Cavalcante Albano, que também esteve presente na defesa.

Apesar de todo esse auxílio, devo me desculpar por não ter ouvido todas as sugestões, o que muito provavelmente teria diminuído a quantidade dos equívocos, que jamais podem ser atribuídos senão a mim.

1. Introdução

1.1 Apresentação

O objetivo dessa dissertação é rever as principais discussões sobre os conceitos associados ao termo **pressuposição,** que aconteceram na Lógica, do final do século passado até a metade deste, e na Lingüística, por volta dos anos 70, para possibilitar uma revisão deles dentro dos atuais interesses que a Ciência Cognitiva vem suscitando.

A reflexão sobre a pressuposição abrange muitos conceitos diretamente ligados aos mecanismos pelos quais os seres humanos raciocinam. Para os efeitos desta dissertação, além da própria noção de pressuposição, que se buscará estabelecer dentro das teorias resenhadas, os principais tópicos de interesse cognitivo a serem abordados são: (1) a controvérsia sobre uma lógica de dois ou três valores para explicar o funcionamento do raciocínio; (2) a necessidade de se postular um ou dois níveis de significação (um semântico - este também dividido em dois níveis: o das condições de verdade e o das pré-condições para o valor de verdade - e outro pragmático); e (3) a questão da maior ou menor complexidade sintática, semântica e pragmática envolvidas nos processamentos lingüísticos.

Como resultado dessa reflexão, não se espera estabelecer uma formalização definitiva para a pressuposição, mas sim determinar diretrizes consistentes em que se possa elaborar essa formalização. Para isso, a que nos pareceu mais atraente dentre todas as possibilidades encontradas durante a pesquisa, ainda que não tenha sido explicitamente apresentada em nenhum dos textos consultados, foi a de recorrer ao uso de limitação do escopo dentro da própria representação semântica dos itens lexicais; apesar de não aparecer abertamente, esse recurso parece ser compatível com todas as abordagens nascidas na tradição dos estudos lingüísticos sobre a pressuposição que tive seu auge entre o final dos anos 60 e 70. Com a explicitação dessa possibilidade, que parece não ter sido ainda explorada, acredita-se que seja possível repensar a questão da pressuposição novamente a partir de critérios semânticos, ao contrário da conclusão a que chegaram a maioria dos autores que se dedicaram a esse questão durante esse período - em Oh & Dinneen (eds.)

1979, a última obra importante publicada sobre o assunto de que temos notícia, a opinião de que a pressuposição é um fenômeno pragmático é quase unânime.

E antes de terminar essa apresentação, contudo, é preciso alertar os improváveis leitores que essa dissertação sofre de um mal paradoxal: por termos nos arriscado em terrenos nos quais não tínhamos formação prévia e essencialmente por termos gasto mais tempo do que o recomendado pelos órgão financiadores, não deve ser difícil encontrar uma série de contradições e incorreções, principalmente na parte filosófica; no entanto, se não tivéssemos gasto esse tempo "indevido" e cometido esses equívocos, a proposta do tratamento da pressuposição como contra-escopo não poderia ter sido feita - ela só surgiu depois de muitas tentativas para se integrar as várias noções de pressuposição (re)vistas durante a realização dessa pesquisa.

1.2 Sumário

O corpo principal deste texto será exposto em três capítulos: o segundo, que apresentará as três principais noções de pressuposição que surgiram no debate, ocorrido no âmbito da Lógica e da Filosofia da Matemática, sobre o problema da referência; o terceiro, que será uma averiguação do uso dessa noção dentro das principais tentativas de trazê-la para a Lingüística; e o quarto capítulo, finalmente, onde se pretende refletir sobre as conseqüências dessa noção para as Ciências Cognitivas.

Esses capítulos obedecerão a uma ordem de apresentação cronológica das teorias resenhadas. Dessa maneira, além dos comentários teóricos, pretende-se também sugerir o movimento histórico do desenvolvimento da noção de pressuposição, muitas vezes desconsiderado por seus comentadores: Simpson (1975), por exemplo, apresenta a teoria fregeana depois da teoria das descrições de Russell, como se a primeira fosse uma contestação da segunda; Ruth Kempson, por sua vez, descarta a apresentação da noção fregeana da pressuposição, "cuja abordagem concorda largamente com a de Strawson" (Kempson 1975: 47),[1] e prefere se ater ao sistema strawsoniano, já que "a explicação de

[1] A tradução deste trecho é minha.

Strawson é mais detalhada e melhor documentada, pelo menos na literatura em inglês" (Kempson 1977: 141n).[2]

Para se atingir esses objetivos, cada um dos três capítulos obedecerá a seguinte organização:

(1) No capítulo dedicado à Lógica, a discussão sobre a pressuposição será avaliada em relação à polêmica que se desenvolveu em torno da questão da referência (na terminologia fregeana) ou denotação (na terminologia russelliana); essa discussão será organizada a partir de textos de três autores fundamentais: (a) "Über Sinn und Bedeutung", de 1892, escrito pelo matemático alemão Gottlob Frege, que é onde pela primeira vez se recorre a uma noção sistemática, ainda que rapidamente formulada, da **pressuposição**; (b) "On denoting", de 1905, escrito pelo filósofo inglês Bertrand Russell, que, apesar de não apresentar uma única ocorrência do termo, o que faz supor a rejeição desse conceito, dá continuidade à discussão à medida em que apresenta algumas restrições às concepções de Frege e onde se propõe uma outra solução para as mesmas questões; e, finalmente, (c) "On referring", de 1950, e **Introduction to Logical Theory**, de 1952, escritos por Peter Frederick Strawson, que apontam alguns problemas na argumentação de Russell, resgatando a concepção fregeana.[3]

(2) No capítulo sobre a Lingüística, a discussão será conduzida principalmente pelas abordagens lingüísticas mais difundidas: (a) o ensaio "Fact", de 1971, escrito pelo casal Paul e Carol Kiparsky, que foi o primeiro texto de lingüistas em que se apresenta uma relação entre comportamento sintático e pressuposição - neste texto já surge, também pela primeira vez na Lingüística, a distinção entre asserção e pressuposição, que vai aparecer em todos os outros textos sobre o assunto; (b) os artigos "Implicative verbs" e "Presuppositions of compound sentences", respectivamente de 1971 e 1973, escritos por Lauri Karttunen, onde aparece a primeira tentativa de se formalizar semanticamente a pressuposição - Karttunen é o primeiro a sugerir, através da classificação dos predicados em "tampas, furos e filtros", uma solução mais consistente para o problema da projeção, que já havia sido detectado em Morgan 1969 e em Langendoen & Savin 1971; e, finalmente, (c) o artigo "Conventional

---

[2] Esse comentário soa ainda mais estranho quando nos lembramos que, quando Kempson preparava sua tese, as traduções de Geach & Black (1952) não eram tão recentes assim e que já haviam se encerrado longas polêmicas nas revistas **Mind** e **Analysis**.

[3] Apesar de ser, por si só, assunto para toda uma dissertação, devido à sua importância e à quantidade de material bibliográfico produzido sobre essa polêmica, a questão da referência só será abordada na medida em que ela afeta a discussão da pressuposição; como essa é uma dissertação em Lingüística, e não em Lógica ou Filosofia, a discussão será centrada principalmente nos autores citados, pois são suficientes para introduzir as questões pertinentes às discussões desenvolvidas na Lingüística; outros filósofos e lógicos só serão mencionados à medida em que puderem colaborar de alguma maneira na apresentação das teorias expostas aqui.

implicature", de Lauri Karttunen e Stanley Peters, em que se propõe relacionar à implicatura convencional uma parte dos fenômenos antes chamados de pressuposição e em que se apresenta para ela uma formalização de tipo montagueano.

(3) O capítulo cognitivista contém as resenhas de dois experimentos psicolingüísticos, relatados nos seguintes artigos: (a) "Memory and comprehension of implications and inferences of complex sentences", de 1974, por Richard J. Harris; e (b) "The effect of factivity on lexical retrieval and postlexical processes during eye fixations in reading", de 1985, por Albrecht Werner Inhoff. Em ambos os experimentos se procura quantificar as diferenças no comportamento lingüístico, através de processos cognitivos distintos, que se supõe que sejam produzidas pelas exigências inferenciais distintas para cada tipo de sentença; no primeiro, o autor tenta, com alguma ingenuidade metodológica, demonstrar a relevância da hipótese da "inferência convidada", apresentada em Geis & Zwicky 1971, em oposição à hipótese lógica tradicional, para a interpretação das sentenças que envolvem inferência; já no segundo, é possível encontrar um relato de um experimento metodologicamente bem mais consistente, recorrendo a uma técnica experimental bastante precisa e fascinante - o autor faz suas medições das reações através da diferença de potencial gerada pelo movimento dos músculos oculares - que mostra que a maior carga de processamento ocorre no final das sentenças e que não existem diferenças estatisticamente relevantes entre os verbos factivos e outros verbos. Após a apreciação dessas duas experiências, apresentamos algumas sugestões relacionadas à representação lexical da pressuposição e a algumas implicações que ela possa trazer para esses experimentos.

A dissertação se encerra com a bibliografia utilizada para sua redação e com um apêndice bibliográfico onde estão registradas todas as referências que tenham sido encontradas durante a pesquisa e que não tenham sido utilizadas ou sequer localizadas; o objetivo deste apêndice é o de oferecer, para os possíveis interessados, um banco de informações sobre o tema desta dissertação.

2. Fundamentos lógico-filosóficos da pressuposição

2.1 Frege

Em "Sobre o sentido e a referência", Frege (1892a) utiliza o termo **pressuposição**[4] seis vezes em três momentos do seu artigo:[5] duas vezes quando refuta uma possível objeção dos "idealistas ou céticos" à existência da ligação entre todo nome e sua respectiva referência,[6] três vezes quando afirma que a ligação entre o nome e a referência é pressuposição tanto de uma afirmativa quanto de sua respectiva negação, e uma vez para explicar a ambigüidade das subordinadas temporais.

2.1.1 Pressupor uma referência, caso tal referência exista

O primeiro desses três momentos aparece no seguinte parágrafo:

> Idealistas ou céticos terão, talvez, objetado há longo tempo: "Você fala, sem maiores delongas, da lua como um objeto; mas como sabe que o nome 'a lua' tem de fato alguma referência? Como sabe que alguma coisa, o que quer que seja, tem uma referência?" Respondo que não é nossa intenção falar da nossa representação de lua, nem nos contentamos apenas com o sentido quando dizemos "a lua"; pelo contrário, pressupomos uma referência. Seria positivamente, [sic] entender mal o

---

[4] A forma nominal do termo usado por Frege, no original alemão, é *Voraussetzung* (pp. 46, 54, 55 e 57); algumas vezes ele também utiliza a forma verbal do termo, que é *voraussetzen* (pp. 46 e 54).

[5] Na tradução brasileira, há um quarto momento em que o termo aparece em forma verbal ("pressupunha", p. 80), que diverge dos outros em que Frege recorre à noção de pressuposição; na verdade, o termo usado por Frege, nessa passagem, é *einschloß*, que significa "incluir", "implicar". Por isso, a solução do tradutor inglês, que preferiu "*included*" (p. 74), é mais adequada.

[6] Nesse parágrafo, na tradução inglesa, o termo é usado três vezes; no entanto, essa diferença foi motivada apenas por uma solução sintática distinta, onde se preferiu mencionar novamente o termo ("*But the question whether the presupposition is perhaps always mistaken need not be answered here*", p. 61), ao contrário do original alemão ("*Die Frage aber, ob wir uns vielleicht immer darin irren, kann hier unbeantwortet bleiben*", p. 46) e da tradução brasileira ("Mas a pergunta de se sempre nos enganamos quanto a isto pode ficar aqui sem resposta", p. 67), que recorrem a formas pronominais ("*darin*" e "isso").

> sentido da sentença "a lua é menor do que a terra" admitir-se que é a representação de lua o que está em questão. Se isso é o que queria o locutor, ele deveria usar a locução "minha representação de lua". Naturalmente, podemos estar enganados quanto à pressuposição de uma referência, e tais enganos têm, de fato, ocorrido. Mas a pergunta de se sempre nos enganamos quanto a isto pode ficar aqui sem resposta; basta, por ora, indicar nossa intenção ao falar ou ao pensar, para justificar que falemos da referência de um sinal, mesmo que tenhamos de acrescentar a ressalva: caso tal referência exista. (Frege 1892a: 67)[7]

Aqui, pressupor é sempre pressupor uma referência, o que faz supor que, para Frege, a pressuposição seja a garantia da ligação de um nome próprio com sua respectiva referência.

Como na terminologia fregeana um nome próprio é "todo sinal que designe um objeto" (Frege 1892b: 94n), recorrer a um nome próprio significa mencionar um objeto e, conseqüentemente, uma referência, pois "a referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos" (Frege 1892a: 65) - ou seja, a referência de um nome próprio só pode ser "um objeto determinado", "um objeto singular" (Frege 1892a: 62).[8]

Mas Frege propõe também "que exista, unido a um sinal [...], além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, [...] o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto" (Frege 1892a: 62). E a única indicação que Frege nos dá do que poderia vir a ser o sentido de um nome próprio não é completamente inequívoca:

> No caso de um nome próprio genuíno como "Aristóteles", as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isso associará outro sentido à sentença "Aristóteles nasceu em Estagira" do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno, que nasceu em Estagira. (Frege 1892a: 63n)

---

[7] As citações de trechos dos artigos de Frege serão sempre extraídas da tradução brasileira, a menos que se indique outra fonte; por isso, o número da página nas referências bibliográficas será sempre o da edição da tradução brasileira. Contudo, devido à organização histórica que é dada ao desenvolvimento do assunto, a data nessas referências bibliográficas será sempre a da publicação original dos textos.

[8] O que na tradução brasileira está como "um objeto singular", corresponde a "*eines einzelnen Gegenstandes*", no original alemão (p. 41), e a "*a single object*", na tradução inglesa (p. 57), que sugerem melhor a idéia de unidade, de objeto único - essa unicidade, inclusive, é o ponto central da interpretação de Russell, que será analisada mais adiante. Já no trecho "um objeto determinado (esta palavra tomada na acepção mais ampla)", da tradução brasileira (p. 62), que corresponde a "*ein bestimmter Gegenstand ist (dies Wort im weitesten Umfange genommen)*", no original alemão (p. 41), e a "*definite object (this word taken in the widest range)*", na tradução inglesa (p. 57), a discrepância é mais séria: se considerarmos ambíguos os termos **palavra**, **word** e **Wort** - ou como "uma única palavra", ou como "uma locução" -, haveria, na tradução inglesa e no original alemão, ambigüidade no que deva ser considerado como acepção ampla: ou apenas a palavra **objeto**, ou toda a locução **objeto determinado**; na tradução brasileira, essa ambigüidade aconteceria entre "objeto determinado" ou apenas "determinado", o que poderia induzir a uma interpretação indevida. A simples inversão para "determinado objeto" seria suficiente para que essa impropriedade fosse evitada.

Esse ponto de vista, ao atribuir aos nomes próprios as mesmas propriedades semânticas dos sintagmas nominais, que serão discutidas a seguir, contesta radicalmente a concepção mais difundida na lógica, segundo a qual "nomes próprios não têm sentido, eles são sinais sem significação, eles têm denotação, mas não têm conotação", e que os opõe, assim, à descrição definida, que "se refere a um objeto apenas em virtude do fato de que ela descreve um *aspecto* desse objeto, um nome próprio não *descreve* o objeto de maneira nenhuma" (Searle 1969: 163).[9] E ainda que Frege não apresente nenhum argumento formal para sustentar a relação que ele apenas sugere entre um nome próprio genuíno, como "Aristóteles", e seu sentido - "o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno" ou "o mestre de Alexandre Magno, que nasceu em Estagira" -, dois aspectos relacionados à significação dos nomes próprios parecem corroborar essa opinião controversa: 1) uma espécie de seleção contextual que ocorre normalmente em um nome próprio que remete a dois indivíduos marcadamente diferentes, e 2) o uso de nomes próprios diferentes para o mesmo indivíduo, correspondendo a implicaturas diferentes.

O nome próprio "Sócrates", por exemplo, poderia designar ambiguamente pelo menos dois indivíduos: o filósofo grego ou o jogador de futebol brasileiro; como esses dois indivíduos estão inconfundivelmente ligados a essas características, o nome próprio "Sócrates" apresenta uma espécie de insaturação pragmática que, a grosso modo, pode ser explicada como: é de se esperar que, numa discussão apenas sobre filosofia clássica, onde não aparece nenhuma referência ao futebol brasileiro, o nome próprio "Sócrates" designe inconfundivelmente um único indivíduo, da mesma forma que esse nome usado numa discussão sobre futebol, sem referências à filosofia clássica, designaria inconfundivelmente o outro dos dois indivíduos citados acima. Ou seja, o contexto poderia colaborar com um argumento no que seria uma posição vazia da função que liga o sentido do nome próprio ao mundo, e isso seria a evidência de que os nomes próprios têm o mesmo tipo de sentido que os outros sintagmas nominais.[10]

---

[9] Essa argumentação é atribuída por Searle a John Stuart Mill, em **A System of Logic**.

[10] Searle atribui essa possibilidade de os nomes próprios designarem mais de um objeto a um acidente semântico igual ao que ocorre nos substantivos ambíguos: "Que objetos diferentes recebam o nome de 'John Smith' não é mais relevante para a questão 'Os nomes próprios têm sentido?' do que o fato de que tanto alguns assentos sem encosto quanto algumas instituições financeiras sejam chamadas de 'bancos' seja relevante para a questão 'Os termos gerais têm sentido?' Tanto 'banco' como 'John Smith' sofrem de tipos de homonímia, mas não se prova que uma palavra não tem sentido demonstrando que ela possui muitos sentidos" (Searle 1969: 170; como esta tradução é minha, adaptei a ambigüidade do exemplo - "bank", no original - para o português). Mas ele também não considerou o que estou chamando de "insaturação pragmática". No entanto, apesar das direções independentes, as duas argumentações levam à conclusão de que os nomes próprios apresentam um sentido semelhante ao dos outros sintagmas nominais.

Por outro lado, um mesmo indivíduo pode ser tratado com mais de um nome, com implicaturas diferentes: tratar uma pessoa pelo primeiro nome, pelo sobrenome, pelo nome inteiro ou apenas por apelido indica níveis de relacionamento diferentes. Isso sugere que os nomes próprios não são entidades completamente destituídas de conotação, já que, de alguma maneira, um sobrenome *conota* uma relação mais formal e um apelido *conota* uma relação mais informal.

Contudo, não parece tão claro assim que o sentido de um nome próprio seja o mesmo de "o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno" ou de "o mestre de Alexandre Magno, que nasceu em Estagira", que são dois sintagmas nominais com sentidos completamente distintos. Uma alternativa para o sentido de um nome próprio "X" poderia ser "o homem chamado X"; no entanto,

> mesmo que fosse verdade que só exista um homem que se chame X, estaria apenas dizendo que ele é o homem a quem os outros se referem pelo nome "X". Mas se eles se referem a ele pelo nome "X", então eles devem também estar preparados para substituir "X" por uma descrição definida, e se eles, por sua vez, apenas substituírem por "o homem chamado X" a questão só é transferida um passo além e não pode prosseguir indefinidamente sem circularidade ou regressão ao infinito. (Searle 1969: 170)

Dessa maneira, o problema do sentido dos nomes próprios não fica completamente resolvido nesta interpretação de Frege que está sendo desenvolvida aqui.

Já sobre o sentido dos outros sintagmas nominais, se "a designação de objeto singular pode também consistir em várias palavras ou outros sinais" e Frege propõe chamar "cada uma dessas designações de nome próprio" (Frege 1892a: 62), poderíamos nos perguntar de que maneira eles também manifestam essa mesma garantia pressuposicional em relação às suas respectivas referências. Dois casos relacionados a essa questão aparecem no texto: 1) o dos sintagmas que, de alguma maneira, perderam suas características funcionais, como "a estrela da manhã" e "a estrela da tarde", e 2) o dos sintagmas que mantêm as características de função, como "quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias".

Apesar de Frege não chegar a afirmar explicitamente que um sintagma como "a estrela da manhã" pressuponha uma referência, nos dias de hoje o planeta Vênus é o único objeto efetivamente designado por ele; mas isso não era o que acontecia há algum tempo atrás, quando se acreditava que "Vênus" e "Estrela da Manhã" designavam corpos celestes distintos. No entanto, sintagmas nominais como esses se aproximariam muito do que Frege chama de **função**, devido à sua semelhança com uma instrução que faz "cair um objeto sob um conceito" (Frege 1892b: 91) - e convém reparar ainda que "Vênus" funciona diferentemente de "a estrela da manhã", pois podemos dizer "o planeta Vênus", mas já "o

planeta (a) estrela da manhã" é menos aceitável.[11] Porém, além de só designar um objeto - e apenas essa designação única não seria suficiente para descaracterizar uma função - o que definitivamente impede que se conceba como função a expressão "a estrela da manhã", da maneira como ela é compreendida atualmente, é a ausência de insaturação, que é a característica definidora de qualquer função.[12] Ou seja, o sentido de "a estrela da manhã" poderia ser representado por [[Manhã]Estrela]X, na notação de Bierwisch (1969), ou como $\exists y[\exists x[\text{estrela}(x) \rightarrow x=y] \ \& \ \text{manhã}(y)]$, na notação derivada da tradição russelliana.[13] Mas, quando usamos atualmente esse sintagma para designar o planeta Vênus, esse sentido é invalidado, pois Vênus não pertence ao conjunto das estrelas, embora antigamente o sintagma "a estrela da manhã" tenha sido usado para designar o que se acreditava ser uma estrela, concebendo-se o seu sentido como uma série de instruções que definiriam um objeto que pertencia à intersecção dos conjuntos das estrelas e das coisas que aparecem de manhã, e que justificaria essa insaturação. No entanto, hoje em dia, esse sentido não se aplica mais a esse sintagma, pois sabe-se que "a estrela da manhã" não designa uma estrela, e sim um planeta. Na verdade, deveríamos afirmar que um sintagma como "a estrela da manhã" possui, pelo menos, dois sentidos (ainda que o primeiro tenda a ser atualmente esquecido): 1) ou como uma função cuja estrutura é semelhante a "corpo celeste com luz própria que pode ser visto da Terra no mesmo instante em que o Sol", e cuja referência seria o falso, da maneira como se concebe atualmente o mundo; 2) ou como um nome próprio com as mesmas características referenciais de "Vênus".

Já em "quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias", essa insaturação é completamente evidente, e parece ter sido reconhecida inclusive pelo próprio Frege, ainda que não explicitamente. Para essa subordinada são admitidas duas interpretações: se ela "designa um objeto, ou se apenas parece designá-lo, embora, na verdade, careça de referência" (Frege 1892a: 76). Contudo, essa possibilidade de designar ou não um objeto

---

[11] Searle (1969: 171) parece manifestar uma opinião semelhante a esta, ainda que formalizada de maneira diferente, ao afirmar que "seu famoso exemplo envolvendo a Estrela da Manhã e a Estrela da Tarde o confundiu, pois, apesar dos sentidos desses nomes serem muito próximos, estas expressões não estão no paradigma dos nomes próprios, e sim no limite entre as descrições definidas e os nomes próprios." No entanto, essas observações atribuem indevidamente a Frege a identificação de "Estrela da Manhã" e de "Estrela da Tarde" com os nomes próprios; Frege, no seu artigo, não chega a fazer essa identificação explicitamente, e, como eu procuro demonstrar, existem indícios em sua teoria para se acreditar justamente no contrário.

[12] Para Frege (1891: 38), "o argumento não é parte da função, mas compõe, juntamente com a função, um todo completo; pois a função, por si só, deve ser denominada de incompleta, necessitada de complementação ou insaturada".

[13] Essa notação é usada, por exemplo, em Dowty, Wall & Peters (1981: 195). Apesar dos autores não mencionarem, essa tradução em termos lógicos é muito semelhante às condições que Russell (1919: 177) sugere para a proposição "o autor de *Waverley* era Scott": (1) "x escreveu *Waverley*" não é sempre falso; (2) "se x e y escreveram *Waverley*, x e y são idênticos" é sempre verdadeiro; (3) "se x escreveu *Waverley*, x era Scott" é sempre verdadeiro.

parece estar mais de acordo com a noção de **conceito** (Frege 1891 e 1892b) do que com a que a de **nome próprio**, normalmente usada pela Lógica: como "um conceito é uma função cujo valor é sempre um valor de verdade" (Frege 1891: 45) e "no que tange aos conceitos, isto exige que, para cada argumento, ele tenha um valor de verdade, e que, para cada objeto, determine-se se cai ou não sob o conceito" (Frege 1891: 48), seria coerente afirmar que um conceito é uma função cujo valor é uma referência; assim, um sintagma nominal, ao contrário de um nome próprio, teria por referência um conjunto e seu sentido seria uma função que estabelecesse as condições que cada objeto deve satisfazer para pertencer a esse conjunto.

No entanto, é o próprio Frege quem apresenta restrições contra essa interpretação de um sintagma nominal como **conceito,** quando afirma que "o conceito - tal como entendo essa palavra - é predicativo" e que "ele é, na verdade, a referência de um predicado gramatical" (Frege 1892b: 90 e 90n). Como "um nome de objeto, um nome próprio, não pode absolutamente ser usado como um predicado gramatical" (Frege 1892b: 90), e se considerarmos um sintagma nominal com o mesmo estatuto lógico de um nome próprio, então o sintagma nominal não poderia ser um conceito; mas nada impede que se conceba um sintagma nominal como uma estrutura conceitual predicando uma variável, que ocupará então a função de sujeito lógico num predicado, como em $\exists x$ [descobriu(X,f.e.o.p.) $\rightarrow$ morreu(X)]. Talvez por não distinguir claramente o nível gramatical do lógico nesse caso, ao exigir que os conceitos sejam apenas as referências de predicados gramaticias, excluindo a possibilidade de serem referência de predicações internas aos sintagmas, essa argumentação tenha ignorado essa característica predicativa de um sintagma como:

(1) quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias

que num sintagma como:

(2) o indivíduo que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias

sinônimo de (1), é mais evidente. Assim, desconsiderando essas observações gramaticais, poderíamos imaginar que o pronome "quem" funcionaria no sintagma (1) como o "x" das funções, apenas para indicar um lugar que deve ser preenchido, ou seja, uma posição argumental vazia para possibilitar instanciações. Assim, que esse sintagma designe um único objeto, mais de um, ou nenhum, é apenas uma eventualidade.

2.1.2 Teste da negação

Nesse ponto, já se atinge o segundo momento em que Frege utiliza o termo **pressuposição**. Aqui também um nome próprio pressupõe uma referência:

> Se algo é asserido, pressupõe-se obviamente que os nomes próprios usados, simples ou compostos, têm referência. Quando se assere que "Kepler morreu na miséria", pressupõe-se que o nome "Kepler" designa algo; mas disso não se segue que o sentido da sentença "Kepler morreu na miséria" encerre o pensamento de que o nome "Kepler" designa alguma coisa. Se esse fosse o caso, a negação não seria
>
> "Kepler não morreu na miséria",
>
> mas
>
> "Kepler não morreu na miséria, ou o nome 'Kepler' carece de referência."
>
> Que o nome "Kepler" designa algo é uma pressuposição tanto da asserção
>
> "Kepler morreu na miséria",
>
> quanto da asserção contrária. (Frege 1892a: 75)

Contudo, além de reforçar a idéia de que os nomes próprios pressuponham uma referência, Frege introduz duas novas concepções no conceito de **pressuposição**: 1) a de que ela é preservada mesmo quando se nega o predicado onde ela aparece e 2) a de que ela não faz parte do sentido.

Ao afirmar que a pressuposição de uma sentença também é pressuposição de sua negação, Frege abriu as principais possibilidades que seriam exploradas pelas abordagens lingüísticas do fenômeno da pressuposição. Foi justamente a partir dessa constatação que se postulou o teste da negação, que freqüentemente é usado não só como critério para localização, mas até mesmo como definição do fenômeno: a pressuposição seria a parte da sentença que não é afetada pela negação quando a sentença é negada.

De uma certa maneira, porém, essa relação entre a pressuposição e a negação pode ser caracterizada como uma conseqüência da constatação de que a pressuposição não faz parte do sentido: se a negação é uma operação sobre o sentido das sentenças e a pressuposição não pertencer ao nível do sentido, é esperado que a negação não interfira nele. Segundo Frege, se a pressuposição - ou seja, "o pensamento de que o nome 'Kepler' designa algo" - fizesse parte do sentido de sua sentença, qualquer asserção negativa deveria possibilitar a negação da existência do objeto designado pelo nome próprio; mas não é o que parece ocorrer, pois a inexistência do indivíduo Kepler não é condição de verdade para a sentença:

(3) Kepler não morreu na miséria.

se fosse assim, esta sentença poderia estar afirmando que Kepler não tenha existido, mas a possibilidade de negação do sujeito não é um acarretamento da sentença (3).

Entendido dessa maneira, um nome próprio corresponderia, para as expressões, ao que Frege chama, de **juízo**, que "não é a mera apreensão de um pensamento, mas o reconhecimento de sua verdade" (Frege 1892a: 69n), para as sentenças. [14] Assim, o nome próprio "Kepler" poderia ser concebido como um juízo sobre a existência desse indivíduo, já que a sua ocorrência na sentença designaria uma referência que a negação não tem capacidade de falsear. No entanto, apesar de não pertencer ao sentido, o que a impede de participar das condições de verdade[15] de uma sentença, a pressuposição parece ser uma condição para a atribuição de um dos valores de verdade,[16] pois uma sentença assertiva é "considerada como um nome próprio, e sua referência, *se tiver uma*, é o verdadeiro ou o falso" (Frege 1892a: 69; grifo meu). Mas, para sustentar essa perspectiva, é preciso recorrer a uma terceira possibilidade para os valores de verdade: além do "verdadeiro" e do "falso", se consideraria o "nem verdadeiro nem falso" para as sentenças que, por algum motivo, careçam de referência.[17] Assim, uma sentença como "Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca", segundo o próprio Frege,

> tem, obviamente, um sentido. Mas, assim como é duvidoso que o nome "Ulisses", que aí ocorre, tenha uma referência, é também duvidoso que a sentença inteira tenha uma. Entretanto, é certo que se alguém tomasse seriamente a sentença como verdadeira ou falsa, também atribuiria ao nome "Ulisses" uma referência e não somente um sentido; pois é da referência deste nome que o predicado é afirmado ou negado. (Frege 1892a: 68)

O "nem verdadeiro nem falso" seria o resultado das sentenças em que a pressuposição não fosse respeitada, ou seja, quando se recorre a um nome que não designa um objeto ou, mais genericamente, quando se utiliza expressões que não apresentem uma referência.

---

[14] Essa correlação entre **nomes próprios** e **juízos** também não é feita explicitamente por Frege.

[15] Ou seja, condições para a atribuição do valor "verdadeiro".

[16] Ou seja, condições para a atribuição ou do valor "verdadeiro" ou do valor "falso".

[17] Há controvérsias quanto a essa "terceira possibilidade" para o valor de verdade ser ou não um terceiro valor. Para uns o "nem verdadeiro nem falso" seria apenas uma combinação (ou operação) entre o "verdadeiro" e o "falso", o que não constituiria um terceiro valor. Mas, para outros, essa terceira possibilidade perturbaria princípios como o da contradição - ou não contradição, como prefere Simpson (1976: 116) - e as tabelas de verdade dos operadores lógicos; o **não**, por exemplo, não poderia mais ser concebido apenas como uma inversão de valores: qual seria o inverso de "nem verdadeiro nem falso"? Há também controvérsias sobre a necessidade ou não de se recorrer a essa terceira possibilidade. Essa questão é semelhante ao problema do zero: se o zero denota a ausência de objetos, o zero pode ser um objeto? No entanto, essas discussões sobre uma lógica de dois ou três valores ultrapassam os limites deste trabalho.

2.1.3 Afirmar e pressupor

Finalmente, o terceiro momento em que Frege menciona o termo **pressuposição** é quando, em nota, ele procura determinar uma suposta ambigüidade que existiria nas "sentenças adverbiais de lugar e de tempo". Para Frege, essas sentenças podem ser entendidas, pelo menos, de duas maneiras: 1) quando são "designação lingüística de um lugar determinado, de um instante determinado ou de um intervalo de tempo determinado", ou 2) como "expressões conceituais que compreendem circunstâncias de lugar, etc."[18] (Frege 1892a: 77).[19] Assim,

> o sentido da sentença "depois que o Schleswig-Holstein se separou da Dinamarca, a Prússia e a Áustria se desentenderam" pode ser vertido para a forma "depois da separação do Schleswig-Holstein da Dinamarca, a Prússia e a Áustria se desentenderam". Segundo esta interpretação é suficientemente claro que não deve ser tomado como uma parte deste sentido o pensamento de que o Schleswig-Holstein se separou alguma vez da Dinamarca, mas pelo contrário, que este é a pressuposição necessária para que a expressão "depois da separação do Schleswig-Holstein da Dinamarca" tenha uma referência. Além disto, nossa sentença pode ser interpretada também como dizendo que o Schleswig-Holstein se separou alguma vez da Dinamarca. (Frege 1892a: 78n)

A primeira interpretação seria, então, semelhante à da sentença "A separação entre o Schleswig-Holstein e a Dinamarca ocorreu antes do desentendimento entre a Prússia e a Áustria", onde a designação da separação teria a função de um nome próprio e a separação, conseqüentemente, seria pressuposição para que a sentença possa receber um valor de verdade, ainda que ela não seja afirmada pela sentença; ou seja, se o Schleswig-Holstein nunca tivesse se separado da Dinamarca, a sentença não seria nem verdadeira nem falsa, pois careceria de referência.

A segunda interpretação, por outro lado, corresponderia à da sentença "Houve uma separação entre o Schleswig-Holstein e a Dinamarca; o desentendimento entre a Prússia e a Áustria ocorreu depois dessa separação", onde a separação é afirmada; mas o resultado, em termos de valor de verdade, só é apresentado mais adiante na nota, quando Frege sugere que nos coloquemos

> na mente de um chinês que, tendo pouco conhecimento da história européia, acredita ser falso que o Schleswig-Holstein tenha alguma vez se separado da Dinamarca. Ele irá tomar nossa sentença, em sua primeira versão, como não

---

[18] Supõe-se que esse "etc." se refira a "instante" e a "intervalo de tempo".

[19] Subordinadas temporais como essa permitem ainda uma interpretação causal, que também pode ser entendida das duas maneiras: ou como "designação" da causalidade, que a pressupõe, ou como "expressão conceitual" da causalidade, que não a pressupõe; essa possibilidade não foi considerada por Frege, mas não parece que ela altere a discussão.

> sendo nem verdadeira nem falsa, mas[20] negará que ela tenha qualquer referência, baseado na ausência de referência para a sentença subordinada. Esta sentença só aparentemente poderia indicar uma circunstância temporal. Se ele, entretanto, interpretasse nossa sentença da segunda maneira, então encontraria um pensamento nela expresso, que poderia considerar falso, além de uma parte que, para ele, careceria de diferença.[21] (Frege 1892a: 78n)

Esse exemplo mostra que, na segunda interpretação, a separação é afirmada, e não pressuposta. Dessa maneira, não tendo havido essa separação, sua afirmação, que corresponde à primeira parte ("Houve uma separação entre o Schleswig-Holstein"), seria falsa; o restante da sentença ("O desentendimento entre a Prússia e a Áustria ocorreu depois dessa separação") não corresponderia a nenhum valor de verdade, já que não há referência para "depois dessa separação".

Essa sentença sobre a separação do Schleswig-Holstein é retomada mais adiante no texto, quando Frege comenta a possibilidade de uma sentença exprimir mais de um pensamento; nesse ponto, Frege afirma que

> se interpretarmos a sentença anteriormente considerada
>
> > "depois que o Schleswig-Holstein se separou da Dinamarca, a Prússia e a Áustria se desentenderam"
>
> como exprimindo o pensamento de que o Schleswig-Holstein se separou alguma vez da Dinamarca, temos: primeiramente, este pensamento e, em segundo lugar, o pensamento de que, numa época determinada pela sentença subordinada, Prússia e Áustria se desentenderam. (Frege 1892a: 84-85)

Isso sugere que Frege considerou separadamente cada um dos dois pensamentos que comporiam a sentença "Depois que o Schleswig-Holstein se separou da Dinamarca, a Prússia e a Áustria se desentenderam", atribuindo o falso à subordinada e o nem verdadeiro nem falso à principal; mas não há nenhuma menção ao valor de verdade da sentença como um todo. E nesse caso, em que o valor de verdade dessa sentença parece ser a conjunção dos valores de verdade dos dois pensamentos que a compõem, há duas possibilidades para o resultado dessa conjunção: 1) falso, caso continue valendo a regra da lógica de dois valores, segundo a qual uma conjunção onde um dos elementos é falso é falsa, e 2) nem verdadeiro nem falso, caso essa regra opere com três possibilidades de valores de verdade. Ainda em relação a essa segunda interpretação, mais complexa e menos evidente que a primeira, não há nenhuma referência a um mecanismo através do qual se pudesse gerá-la, nem se

---

[20] O uso dessa adversativa nesse ponto do texto (**sodern**, no original alemão, p. 57; **but**, na tradução inglesa, p. 71) não é completamente evidente, pois a ausência de referência e a atribuição do valor "nem verdadeiro nem falso" não supõem contradição entre si.

[21] Aqui parece ter ocorrido um grande erro tipográfico na tradução brasileira: a palavra adequada seria **referência**, para traduzir adequadamente a expressão **bedeutungslos**, do original alemão (p. 57), e que foi traduzida em inglês por "*without reference*" (p. 71).

apresentam evidências que a suportem, ou seja, não são explicadas, no texto de Frege, em que condições conversacionais efetivas, além das condições lógicas apresentadas, se favorece essa segunda interpretação.

2.2 Russell

Russell, por outro lado, em seu artigo "On denoting", não emprega o termo **pressuposição** nenhuma vez. Na verdade, a ausência desse termo pode ser considerada como uma conseqüência de suas concepções em relação à linguagem e de seus objetivos em relação à lógica. No plano lingüístico, Russell não aceita os dois níveis de significação da mesma maneira que Frege, e isso o leva a negar o sentido para as expressões denotativas; como a pressuposição, em Frege, é uma transição de um desses níveis para o outro, esse conceito não tem utilidade para Russell, que só reconhece um nível. Já no plano lógico, Russell apresenta essa mesma tendência econômica ao reconhecer apenas duas possibilidades para os valores de verdade, ao contrário das três possibilidades a que Frege recorre.

Essa concepção de Russell estaria baseada no fato de que ele acredita que as descrições definidas, ou expressões denotativas, não apresentam nenhuma significação por si mesmas, e só as proposições em que elas aparecem é que podem ter significação. Uma conseqüência dessa concepção, que Russell parece não perceber é que assim dificilmente o princípio da composicionalidade do sentido pode ser mantido: se o sentido do todo é composto pelo sentido das partes, de que maneira se compõe o sentido de uma sentença em que aparece uma expressão que não tem sentido em si mesma?

Para sustentar ainda sua argumentação contra as soluções de Meinong e de Frege, e a favor da sua, Russell recorre a três critérios: o paradoxo da identidade, o princípio da não contradição[22] e o paradoxo das proposições existenciais negativas.

---

[22] Normalmente, designa-se esse princípio como **princípio de contradição**; no entanto, foi adotada aqui a sugestão de Simpson: "Dever-se-ia dizer, mais exatamente, 'o princípio da *não* contradição'. O verdadeiro princípio de contradição é o dos hegelianos, para os quais a contradição constitui uma característica fundamental da realidade, pelo qual negam validade ao princípio clássico de *não* contradição." (Simpson 1976: 116n)

Passaremos a seguir a comentar separadamente cada um desses quatro itens: a questão da ausência do sentido nas expressões denotativas e os três paradoxos.

2.2.1 Expressões denotativas não têm sentido por si mesmas

Segundo Russell, "as expressões denotativas nunca têm qualquer significado em si próprias, mas cada proposição, em cuja expressão verbal elas ocorrem, tem um significado" (Russell 1905: 4);[23] assim, não seria mais preciso afirmar que "as expressões denotativas *expressam* um significado e *denotam* uma denotação" (Russell 1905: 7).[24]

A principal restrição de Russell a esse postulado da teoria fregeana é que, quando o objeto denotado pela expressão denotativa não existe, cria-se um paradoxo:

> Se dissermos "o rei da Inglaterra é careca", este pareceria não um enunciado acerca do *significado* complexo "o rei da Inglaterra", mas acerca do homem real denotado pelo significado. Porém, considere-se agora "o rei da França é careca". Pela paridade de forma, esta também deveria ser acerca da denotação da expressão "o rei da França". Mas esta expressão, apesar de ter um *significado*,[25] não tem, certamente, denotação, pelo menos em qualquer sentido óbvio. Portanto, poder-se-ia supor que "o rei da França é careca" deveria em qualquer sentido óbvio[26] ser carente de sentido, mas esta proposição não é carente de sentido, uma vez que ela é completamente falsa. (Russell 1905: 7)

No entanto, parece haver uma falha nesta interpretação das conseqüências, postuladas por Frege, no uso de uma expressão que não designe uma denotação.[27] Como foi visto, nesses casos não é possível atribuir às sentenças nenhum valor de verdade, já que a carência de denotação de seus elementos (ou seja, a inexistência de um objeto ao qual ela corresponda)

---

[23] As citações desse artigo serão sempre extraídas da tradução brasileira, a menos que se indique a outra fonte. Como o texto em inglês consultado foi o de Zabeeh, Klemke & Jacobson (eds. 1974), que traz duas numerações de páginas (a numeração corrente do volume e a da edição que serviu de fonte - Russell (1950), nesse caso), nas referências ao texto em inglês sempre constará essa dupla numeração, separada por "/", e na ordem em que foram citadas acima.

[24] Uma curiosidade em relação ao texto de "On denoting" é que o termo **meaning**, que é negado por Russell, só começa a ser usado a partir da explicação da teoria fregeana. Antes disso, o termo não é empregado uma única vez.

[25] Nesse trecho da tradução, faltou uma parte que deveria corresponder a "já que 'o rei da Inglaterra' tem significado"; no texto original esta sentença aparece como "But this phrase, though it has a *meaning* provided 'the King of England' has a meaning, has certainly no denotation, at least in any obvious sense" (148 / 46).

[26] Este segundo "em qualquer sentido óbvio" parece ser um erro tipográfico, já que não corresponde a nada na sentença correspondente do texto original: "Hence one would suppose that 'the King of France is bald' ought to be nonsense; but it is not nonsense, since it is plainly false" (148 / 46).

[27] Como estão sendo usados os termos russellianos, convém reparar que *denoting* e *meaning* (*denotação* e *significado*, na tradução brasileira), corresponderiam, na tradição fregeana, respectivamente a *Bedeutung* e *Sinn*, no original alemão, a *reference* e *sense*, em inglês, e a *referência* e *sentido*, em português.

acarreta a carência de denotação da sentença (ou seja, ela não seria nem verdadeira nem falsa); e foi justamente como condição para atribuição de valor de verdade que Frege definiu a **pressuposição**.

Contudo, não se deve responsabilizar apenas Russell por essa interpretação, já que ela pode ter sido motivada por uma aparente inconsistência que aparece nos próprios textos de Frege e que pode ser interpretada como um binarismo estrito. Em "Função e conceito", Frege postula uma função cujo argumento seja um valor de verdade, afirmando categoricamente sobre ela:

> convencionado que o valor desta função deva ser o verdadeiro se o verdadeiro for tomado como argumento, enquanto que o valor desta função será o falso em todos os outros casos, a saber, quando o argumento é o falso ou quando ele não é absolutamente um valor de verdade. (Frege 1891: 49)

Em "Sobre o sentido e a referência", por sua vez, que é posterior a "Função e conceito", Frege afirma que "toda sentença assertiva, em face à referência de suas palavras, deve ser, por conseguinte, considerada como um nome próprio, e sua referência, se tiver uma, é ou o verdadeiro ou o falso" (Frege 1892a: 69). A questão que parece se colocar, então, é a da relação entre essa função binária e as três possibilidades para os valores de verdade; essa questão é o que leva Strawson, como se verá na seção posterior, a distinguir dois planos: um no qual existe a possibilidade de possuir ou não um valor de verdade, e outro onde o valor de verdade já foi atribuído e as possibilidades são ser verdadeiro ou ser falso. Mas Russell parece não reconhecer essa alternativa, pois para ele, a solução de Frege

> embora possa não conduzir a um erro lógico real, é completamente artificial, e não dá uma análise exata do problema. Assim, se permitimos geralmente que expressões denotativas possuam os dois aspectos, significado e denotação, os casos em que parece não existir nenhuma denotação causam dificuldades tanto na assunção de que existe realmente uma denotação, quanto na assunção de que realmente não existe nenhuma denotação. (Russell 1905: 7-8)

Convém reparar ainda que há um outra possibilidade de interpretação para essa questão, mantendo-se a consistência da teoria fregeana. A função que é mencionada por Frege em "Função e conceito" se assemelha com o que ele veio a chamar de juízo, e definiu da seguinte maneira: "Um juízo para mim não é a mera apreensão de um pensamento, mas o reconhecimento de sua verdade" (Frege 1892a: 69); pois o que ele afirma dessa função, antes de estabelecer seus valores, é que:

> até aqui, consideramos os valores de verdade somente enquanto valores de funções, não como argumentos. Pelo que acabamos de dizer, também uma função deve ter um valor quando toma um valor de verdade como argumento. (Frege 1891: 48)

Dessa maneira, é possível concluir que Frege, ao mencionar esta função cujo argumento é um valor de verdade, está recorrendo ao conceito de juízo, que só seria formalizado num artigo posterior; e esse conceito se distingue claramente do conceito de sentença, pois as sentenças jamais assumem valores de verdade como argumentos. Assim, os juízos só podem receber como valores apenas o falso e o verdadeiro; já as sentenças poderiam assumir esses valores de verdade, ou simplesmente não assumir nenhum valor.

No entanto, Russell não menciona nem **sentença**, nem **juízo**; o termo usado é **proposição**. Assim, seria necessário saber a qual desses dois termos o termo **proposição** equivaleria (se é que equivale a algum deles); porém isso não fica muito claro no seu texto. O que se pode dizer, com certeza, é que em momento algum Russell trata suas proposições enquanto funções cujos argumentos sejam valores de verdade: seus argumentos sempre são nomes próprios ou expressões denotativas; mas isso não chega a ser suficiente para garantir que **proposição** corresponda a **sentença**, mesmo porque elas sempre assumem um valor de verdade, que é característica do **juízo**. O que importa perceber, contudo, é a seguinte oposição entre Frege e Russell: para o primeiro há dois níveis de significação distintos (o das sentenças e o dos juízos), já para o segundo essa distinção não aparece, pelo menos claramente (a proposição parece compartilhar características das sentenças e dos juízos, ao mesmo tempo).

Finalmente, ainda que por um caminho oposto ao de Frege, pode-se concluir que os nomes próprios e as descrições têm a mesma função lógica. A diferença é que para Frege ambos seriam equivalentes por terem tanto sentido como referência; já para Russell eles se equivaleriam porque ambos não apresentam sentido em si, apenas denotação. Contudo, ao contrário da de Frege, a proposta de Russell dificulta o princípio da composicionalidade, se é que não o impeça completamente: como é possível que as sentenças, ou as proposições, tenham um sentido composto pelo sentido de suas partes, principalmente quando uma das partes for uma expressão denotativa, que não tem sentido por si mesma?

2.2.2 Paradoxo da identidade

Ainda como Frege, que admitia que "$a=a$ e $a=b$ são, evidentemente, sentenças de valor cognitivo diferentes" (Frege 1892a: 61), concluindo que a identidade era uma relação entre sinais distintos que indicavam o mesmo objeto ou, no máximo, propriedades diferentes do mesmo objeto, mas nunca entre objetos iguais, Russell também aceita essa diferença, mas propõe uma outra solução para um paradoxo que essa concepção de identidade cria.

O problema é que em sentenças como "George IV desejava saber se Scott era o autor de *Waverley*",

> se *a* é idêntica a *b*, o que quer que seja verdadeiro em um é verdadeiro no outro, e até mesmo pode-se substituir um pelo outro em qualquer proposição sem alteração da verdade ou falsidade dessa proposição. Ora, George IV desejava saber se Scott era o autor de *Waverley*; e de fato Scott *era* o autor de *Waverley*. Portanto, podemos substituir o autor de "*Waverley*" por *Scott*, e dessa maneira provar que George IV desejava saber se Scott era Scott.[28] (Russell 1905: 8)

Mas George IV deseja saber apenas se Scott era o autor de *Waverley*, e não se Scott era Scott. Por isso, Russell conclui que

> A propósito[29] "Scott era o autor de *Waverley*" tem uma propriedade não possuída por "Scott era Scott", a saber, a propriedade cuja verdade George IV desejava saber. Desta forma as duas proposições não são idênticas; portanto, o significado de "o autor de *Waverley*" deve ser tão relevante quanto a denotação, se aderimos ao ponto de vista ao qual esta distinção pertence. Todavia, como acabamos de ver, assim que aderimos a este ponto de vista, somos compelidos a sustentar que somente a denotação pode ser relevante. Assim, o ponto de vista em questão deve ser abandonado. (Russell 1905: 10)

No sistema fregeano, "Scott era o autor de *Waverley*" e "Scott era Scott", enquanto sentenças independentes, compartilhariam a mesma referência através de sentidos diferentes; "a propriedade cuja verdade George IV desejava saber" seria um mero acidente atribuído à sentença "Scott era o autor de *Waverley*", estabelecido pelo seu emprego como subordinada, e não uma necessidade lógica. O próprio Frege reconhece que "uma sentença subordinada nem sempre pode ser substituída por outra de igual valor de verdade, sem afetar a verdade da sentença total" (Frege 1892a: 85), e ele atribui esse comportamento das subordinadas a duas condições: 1) a sentença subordinada não se refere a nenhum valor de verdade, quando ela exprime apenas uma parte de um pensamento, e 2) a sentença subordinada refere-se a um valor de verdade, mas não se restringe apenas a isso, quando seu sentido inclui, além de um pensamento, parte de outro (Frege 1892a: 85). E no exemplo de Russell ocorre uma dupla subordinação: ainda que o verbo "saber" não estabeleça a primeira situação,[30] já o verbo "desejar" claramente a estabelece, de forma que

---

[28] Russell encerra esse parágrafo com uma tirada de humor britânico: "Entretanto, um interesse pela lei da identidade dificilmente pode ser atribuído ao primeiro cavalheiro da Europa", aludindo a uma possível rusticidade intelectual do nobre, apesar de seu refinamento social.

[29] Esse, provavelmente, é um erro tipográfico; a palavra correta deveria ser "proposição", que corresponde a "proposition" no original (152 / 50).

[30] Frege mesmo reconheceu a complexidade do verbo "saber": "A situação é diferente para e, na verdade bastante complicada, depois de palavras como 'reconhecer', 'saber', 'supor'" (Frege 1892a: 72). O verbo "saber" apresenta uma complexidade inferencial que "desejar" não possui: "George IV sabe que Scott era o autor de *Waverley*" implica "Scott era o autor de *Waverley*", já "George IV desejava

> a sentença subordinada tem como referência um pensamento, e não um valor de verdade; como sentido, não um pensamento, mas o sentido das palavras 'o pensamento de que...', o qual é apenas uma parte do pensamento da sentença composta como um todo. (Frege 1892a: 72)

Assim se explica como a substituição de "o autor de *Waverley*" por "Scott" não se aplica à sentença "George IV desejava saber se Scott era o autor de *Waverley*": "desejar" não exige como complemento um valor de verdade, e sim um pensamento, o que Frege chamou de referência indireta (Frege 1892a: 64); por isso não se pode substituir, nessas sentenças, expressões cujos pensamentos sejam diferentes sem alterar o valor de verdade da sentença como um todo.

Ainda que essa abordagem sofra de uma certa insuficiência explicativa, a interpretação de Russell parece carecer de insuficiência descritiva, como se tentará demonstrar na próxima seção.

Quanto à insuficiência explicativa do recurso à referência indireta, o próprio Russell a aponta em "On denoting", ainda que de maneira preconceituosa, que

> a relação do significado com a denotação envolve algumas dificuldades ainda mais curiosas, que parecem suficientes, por si mesmas, para provar que a teoria que impele a essas dificuldades deve estar errada.[31]

Mas, como já foi alegado,

> É necessário advertir que esta multiplicação de nomes não constitui uma prova de que a teoria é errônea, pois nada há aí logicamente objetável. Não chama a atenção de ninguém a existência de infinitos números naturais e que a infinitude da reta seja superior à da série natural. [...] a multiplicação de entidades acha-se compensada por uma maior simplicidade teórica em outros aspectos, como o revela uma comparação com a doutrina de Russell. Lembre-se que esta proliferação infinita não é de modo algum uma objeção fatal: não há razões para supor que o mundo tenha que ser simples; poderia mesmo ser extremamente complexo. (Simpson 1976: 136)

Dessa maneira, o argumento que Russell apresenta contra Frege não é estritamente lógico, e portanto não é suficiente para invalidá-lo. Além disso, uma inadequação descritiva pesa mais contra uma hipótese do que a insuficiência explicativa.

---

que Scott fosse o autor de *Waverley*"; em inglês esse exemplo é mais claro, pois em português essa complexidade poderia ser atribuída à alteração entre o indicativo e o subjuntivo.

[31] Na tradução brasileira (p. 8), esse parágrafo foi omitido; por isso, a tradução que se oferece aqui é minha, e foi baseada no texto impresso em Zabeeh, Klemke & Jacobson (eds. 1974: 150 / 48).

2.2.3 *Paradoxo do princípio da não-contradição*

Outro paradoxo apontado por Russell é que,

> Pela lei da exclusão dos meios, ou "A é B" ou "A não é B" deve ser verdadeira. Portanto, "o atual rei da França é careca" ou "o atual rei da França não é careca" deve ser verdadeira No entanto, se enumerarmos as coisas que são carecas, e a seguir as coisas que não são carecas, não encontraremos o atual rei da França em nenhuma das duas enumerações.[32] (Russell 1905: 8)

Esse paradoxo é resolvido por Russell através da introdução do conceito de ocorrência primária e secundária: já que, em sua proposta, a sentença "Scott era o autor de *Waverley*" deve ser traduzida em termos lógicos como "Um e somente um homem escreveu *Waverley* e Scott era esse homem", sua introdução em uma sentença subordinada cria uma ambigüidade de escopo, de forma que

> quando dizemos "George IV desejava saber se Scott era o autor de *Waverley*", normalmente queremos dizer "George IV desejava saber se um e somente um homem escreveu *Waverley*, [e Scott era esse homem"; mas poderíamos também querer dizer "Um e somente um homem escreveu *Waverley*,][33] e George IV desejava saber se Scott era esse homem". Na última proposição, "o autor de *Waverley*" tem uma ocorrência *primária*; na primeira proposição, uma ocorrência *secundária*. (Russell 1905: 11)

Essa mesma ambigüidade de escopo se aplicaria à sentença "o atual rei da França não é careca";

> assim, "o atual rei da França é careca" é certamente falsa; e "o atual rei da França não é careca" é falsa se significa
>
> "existe uma entidade que é agora rei da França e não é careca",[34]
>
> mas é verdadeira se significa
>
> "é falso que existe uma entidade que é agora rei da França e é careca".
>
> Isto é, "o rei da França não é careca" é falsa se a ocorrência de "o rei da França" é *primária*, e verdadeira se a ocorrência é *secundária*. (Russell 1905: 12)

Essa solução reside, novamente, numa concepção de linguagem oposta à de Frege, para quem a negação de "Kepler morreu na miséria" não é "Kepler não morreu na miséria, ou o nome 'Kepler' carece de referência" (Frege 1892a: 75).

---

[32] Aqui Russell, novamente, não contém seu humor britânico, desta vez destilado contra os hegelianos: "Os hegelianos, que amam uma síntese, provavelmente concluirão que ele usa uma peruca."

[33] Este trecho entre colchetes, provavelmente por algum erro tipográfico, não aparece na tradução brasileira; assim, esta tradução e sua inclusão é de minha responsabilidade.

[34] Evitou-se, aqui, outra impropriedade da tradução brasileira: essa separação de linha que acabamos de inserir não aparece no texto traduzido, mas ela tem uma função visual importante.

Uma restrição bastante séria, cujas conseqüências interessam mais aos estudos lingüísticos,[35] é apresentada por Geach como "a falácia da 'interrogação múltipla'". Segundo Geach, "um exemplo típico desta falácia" é

> a busca por "uma resposta simples - sim ou não!" para a pergunta "você já se sentiu feliz depois que sua mulher morreu?" Três questões estão envolvidas aqui:
>
> 1. Você alguma vez teve uma mulher?
>
> 2. Ela está morta?
>
> 3. Você já se sentiu feliz depois disso?
>
> Fazer a pergunta 2 pressupõe uma resposta afirmativa para a pergunta 1; se a resposta verdadeira para 1 é negativa, a pergunta 2 *não é relevante*. Fazer a pergunta 3 pressupõe uma resposta afirmativa para a pergunta 2; se a pergunta 2 não é relevante, ou se a resposta verdadeira para ela é negativa, a pergunta 3 *não é relevante*. Quando uma pergunta não é relevante, a única maneira adequada de se responder a ela é dizer que ela é irrelevante e explicar porquê; a afirmativa "simples" ou a resposta negativa, ainda que gramaticalmente possível, é *inadequada*. (Eu não a chamaria de "sem sentido", pois esse termo está um pouco esgotado hoje em dia.) Assim as leis da contradição e da exclusão dos meios não seriam infringidas; o que essas leis nos garantem é que *se* a pergunta for relevante "sim" e "não" *serão* alternativas exclusivas. (Geach 1950: 84-85)

Assim, uma sentença como "o atual rei da França é careca" estaria relacionada à ausência de valor de verdade, e não à atribuição de um valor, seja ele o verdadeiro ou o falso, como sugere Russell. Para chegar a essa conclusão, Geach compara essa afirmação com a pergunta "o atual rei da França é careca?", que envolveria, além da questão sobre a calvície, a pressuposição das perguntas "Alguém, nesse instante, é rei da França?" e "Existem, nesse instante, pessoas diferentes sobre as quais se possa dizer que sejam rei da França?", de forma que a primeira só é relevante se as respostas para as duas últimas perguntas forem, respectivamente, afirmativa e negativa; da mesma maneira, "o atual rei da França é careca" só é relevante (ou seja, só pode receber um valor de verdade) se "Alguém, nesse instante, é rei da França" for verdadeira e "Existem, nesse instante, pessoas diferentes sobre as quais se possa dizer que sejam rei da França" for falsa. Por isso, Geach acha

> importante distinguir minha abordagem, segundo a qual a existência do rei da França é *pressuposta* pela asserção "o rei da França é careca", da de Russell, para a qual a existência é *implicada* por esta asserção. Se p implica q, e q é falso, p é conseqüentemente falso. Mas dizer que p pressupõe q equivale a dizer que p é uma resposta para uma pergunta que não é relevante, a menos que q seja verdadeiro. Se q é falso, ou se q, por outro lado, é uma resposta para uma

---

[35] No mesmo artigo, Geach coloca outra restrição à teoria das descrições, que interessa menos à Lingüística, e que por isso não será considerada aqui: "enquanto convenção para uma linguagem simbólica sua teoria envolve complicações intoleráveis" (Geach 1950: 84).

> pergunta que não é relevante, a asserção de *p* não é falsa, é apenas inadequada.[36]
> (Geach 1950: 86)

Contudo, essa não é a única restrição que se pode fazer à solução de Russell. Ainda que, através dessa ambigüidade de escopo entre ocorrência primária e secundária, ele tenha resolvido o paradoxo do princípio da não contradição entre "o atual rei da França é careca" e sua negação, quando esta apresenta uma ocorrência primária de "o atual rei da França", a contradição persiste entre a afirmação e sua negação, quando esta é composta pela ocorrência secundária do sintagma nominal. Nesse último caso, tanto uma afirmação quanto sua negação seriam falsas, de forma que essa ambigüidade de ocorrências não é suficiente para impedir o paradoxo que surge a partir do princípio da não contradição e do meio excluso, pelo menos para as ocorrências secundárias.

E, finalmente, a postulação dessas entidades de ocorrência primária e secundária é logicamente desnecessária, pois essa ambigüidade apontada por Russell seria uma conseqüência direta da lei lógica que afirma que a negação de uma conjunção entre dois elementos quaisquer é equivalente à disjunção da negação de cada um desses elementos, ou seja: $\sim(p \,\&\, q) = \sim p + \sim q$, assim, se um sentença como "o rei da França é careca" significa "existe um único indivíduo que é rei da França e esse indivíduo é careca", sua negação seria "não existe um único indivíduo que é rei da França ou esse indivíduo não é careca", o que torna desnecessária a multiplicação dessas entidades. Esse mesmo fenômeno pode ser tratado ainda de uma forma menos algébrica, sem ser preciso recorrer às duas ocorrências; esse tratamento menos algébrico geralmente recebe o nome de ambigüidade de escopo.

2.2.4 Paradoxo das proposições existenciais negativas

O último paradoxo apontado por Russell tem a ver com as chamadas proposições existenciais negativas, ou seja, as proposições em que se nega a existência de alguma coisa. Esse paradoxo está ligado à crença dos filósofos e dos lógicos de que apenas objetos que efetivamente existem podem ocupar a posição de sujeito, se não das sentenças, ao menos das proposições. Russell pede para considerarmos a proposição "A difere de B", assim

---

[36] Ainda que eu concorde com a conclusão de que a pressuposição é diferente da implicação, descontado-se o modo um pouco complicado que Geach escolheu para exprimir isso, os caminhos para essa conclusão são distintos. Para mim não é tão claro assim que "se *p* implica *q*, e *q* é falso, *p* é conseqüentemente falso"; pela tabela da verdade para a implicação, *p* poderia também ser verdadeiro, ainda que *q* seja falso. Para mim, a implicação não é relação que existe entre "o rei da França é careca" e "o rei da França existe" porque, quando ambas são falsas, a tabela da verdade para a implicação preveria um resultado falso; no entanto, o que me parece que ocorre nesse caso é a ausência de valor de verdade.

> Se isso é verdade, existe uma diferença entre A e B, fato que se pode expressar sob a forma "a diferença entre A e B subsiste". Mas se é falso que A difere de B, então não existe diferença alguma entre A e B; fato que se pode expressar sob a forma "a diferença entre A e B não subsiste". Mas como pode uma não-entidade ser o sujeito de uma proposição? "Eu penso, logo sou" não é mais evidente do que "eu sou o sujeito de uma proposição, logo eu sou", desde que "eu sou" seja tomado afirmando subsistência ou ser e não existência. Portanto, pareceria que deve ser sempre uma contradição negar o ser de alguma coisa; mas vimos segundo Meinong que admitir o ser também conduz, algumas vezes, a contradições. Assim, se A e B não diferem, supor que existe ou que não existe um objeto tal como "a diferença entre A e B", parece igualmente impossível. (Russell 1905: 8)

Para solucionar esse paradoxo, Russell apela novamente para as ocorrências primária e secundária:

> Todo o domínio de não-entidades, tais como "o quadrado redondo", "o número primo par menor que 2", "Apolo", "Hamlet", etc., pode ser agora satisfatoriamente resolvido. Todas estas expressões são expressões denotativas, que não denotam nada. Uma proposição acerca de Apolo significa o que obtemos pela substituição daquilo que os dicionários clássicos nos dizem significar Apolo, a saber, "o deus do sol". Todas as proposições em que Apolo ocorre devem ser interpretadas através da regra acima para expressões denotativas. Se "Apolo" tem uma ocorrência primária, a proposição contendo a ocorrência é falsa; se a ocorrência é secundária, a proposição pode ser verdadeira. Desta forma, novamente "o quadrado redondo é redondo" significa "existe uma e somente uma entidade *x* que é redonda e quadrada, essa entidade é redonda", que é uma proposição falsa; não uma proposição verdadeira, como sustenta Meinong. (Russell 1905: 12-13)

Além da complexidade retórica desse argumento sobre as proposições existenciais negativas, a solução para esse paradoxo esbarra num problema mais evidente: da forma como tinham sido definidas, e segundo os exemplos apresentados, as ocorrências primárias e secundárias pareciam sempre ser habilitadas por alguma subordinação - ou seja, elas pareciam ser resultado da dupla possibilidade de atuação no escopo da subordinação. Sendo assim, Russell não nos diz de que outra maneira poderíamos derivar a dupla ocorrência, senão através da ambigüidade de escopo; esse seria um primeiro obstáculo que Russell parece não ter previsto.

Para contornar essa primeira dificuldade, não seria incoerente supor que nas proposições não subordinadas a ocorrência seria sempre primária. Essa solução parece funcionar para exemplos como os da sentença "o quadrado redondo é redondo", cuja ocorrência de "o quadrado redondo" seria primária, casos para os quais a teoria russelliana prevê a falsidade dessas, que Russell mesmo afirmou no trecho citado acima.[37] No entanto,

---

[37] Infelizmente, Russell não percebeu que exemplos como esses trazem uma complicação a mais que deveria ser considerada: qualificar um quadrado como redondo é por si só uma contradição; isso talvez interfira, antes do que a questão das ocorrências, na interpretação das sentenças em que sintagmas como "o quadrado redondo" aparece.

para sentenças formadas com "Apolo", mencionadas pelo próprio Russell no mesmo trecho, a distinção entre ocorrência primária e secundária ainda é necessária, de modo que não há como escapar da necessidade de se estabelecer algum mecanismo de identificação para as duas ocorrências, para que a amplitude explicativa da solução de Russell seja mantida. Como o estabelecimento desse mecanismo foge ao âmbito dessa dissertação, e talvez mesmo do âmbito da própria Lingüística, cujos interesses orientam essa dissertação, passaremos à apreciação desse paradoxo dentro da teoria fregeana.

Dentro do sistema proposto por Frege, qualquer proposição existencial composta por expressões que não denotem nada (e não apenas as negativas) suscita paradoxos bastante sérios, que a teoria parece não conseguir resolver. Ainda que o próprio Frege não tenha tratado diretamente nenhum caso de sentença desse tipo, não é difícil demonstrar que, nesses casos, essas sentenças não deveriam ter valor de verdade. Para se manter a composicionalidade fregeana, não se poderia negar que uma expressão que não designe um objeto (ou seja, a referência da expressão) cause a impossibilidade de se atribuir um valor de verdade (ou seja, a referência da sentença) a uma sentença composta por esta expressão; assim, tanto a sentença "o rei da França existe" como a sentença "o rei da França não existe" não poderiam ser indiscutivelmente nem verdadeiras nem falsas, mas não é o que ocorre.

Uma maneira de se tentar preservar essa adequação descritiva, ameaçada pelas proposições existenciais cujo sujeito não tem referência, é recorrer à possibilidade do sujeito gramatical dessas sentenças não corresponder a um sujeito lógico. Assim, o que ocorre com o verbo "existir" seria algo semelhante ao que ocorre com verbos como "parecer", que, na terminologia da gramática gerativa, não atribuem papel temático a seu sujeito e são chamdos de verbos de alçamento, de forma que o que aparece como sujeito em "o rei da França não existe" seria gerado, na verdade, como objeto - "não existe o rei da França" - e alçado depois para a posição de sujeito, da mesma maneira que uma sentença como "João parece ter estacionado o carro" está relacionada à "Parece que o João estacionou o carro". Uma evidência para esta análise é a sentença "Não existe ninguém que queira fazer isso", que por algum motivo parece impedir esse alçamento, pois dificilmente alguém concordaria que "Ninguém que queira fazer isso não existe" é uma forma comum da língua portuguesa; isso parece demonstrar que a forma elementar é a que apresenta o verbo "existir" complementado com objeto, e não com sujeito, que em alguns casos é impedido de subir à posição de sujeito. Outra evidência desta análise é a impossibilidade de se usar este verbo com sujeito e objeto ao mesmo tempo. Ao se apresentar esta alternativa, no entanto, não se pretendeu resolver completamente o paradoxo apontado por Russell dentro da teoria

fregeana, apenas sugerir que talvez haja uma solução, dentro dela mesma, mais simples do que a apresentada por Russell.

2.3 Strawson

Strawson, por sua vez, recorre repetidamente à noção de pressuposição fundamentalmente em duas ocasiões: em "On referring" (1950), para contradizer a teoria das descrições definidas de Russell, e em **Introduction to Logical Theory** (1952), para reincorporar os enunciados categóricos aristotélicos que, segundo ele mesmo, as conseqüências existenciais da Lógica moderna tornavam inconsistentes.

Nesses ensaios, Strawson compartilha da noção fregeana de pressuposição enquanto pré-condição para a atribuição da referência às expressões. Mas mais do que isso, Strawson estendeu essa noção até o nivel das proposições, o que não havia sido sugerido abertamente por Frege, apesar disso ser uma conclusão direta do paralelismo entre nomes e sentenças; ou seja, como tanto os nomes quanto as sentenças têm referência, e se a existência de um determinado objeto é pré-condição para sua atribuição a um nome, então deve haver algo que seja pré-condição para a atribuição de valor de verdade às sentenças.

Há apenas uma pequena divergência quanto ao termo "sentença", que Strawson acha inadequado, pois para ele não são as sentenças que seriam verdadeiras ou falsas, mas sim as proposições. Essa divergência está baseada também na distinção entre sentença, uso da sentença e enunciação da sentença, que também se encontra nesses dois textos de Strawson.

Essa distinção entre condição de verdade e condição de valor de verdade (ou pré-condição, como a vinhamos chamando) sustenta a diferença entre a asserção e a pressuposição, de forma que esta seria uma implicação da enunciação de uma determinada sentença, mas que não faz parte do sentido dela. A partir dessa conclusão, Strawson sugere que Russell cometeu um erro ao negar que o sujeito gramatical de "O rei da França é careca" seja também o seu sujeito lógico e ao analisá-lo como uma proposição existencial: Russell não teria percebido que a proposição existencial relacionada a "O rei da França" é acarretada por determinados usos dessa expressão, e não pela expressão em si.

Com essa distinção ainda, mas já passando das idéias de Strawson para suas conseqüências diretas, é possível reconhecer uma alternativa às concepções tradicionais de

Semântica e Pragmática, não mais como sendo as áreas que lidam respectivamente com as questões da referência e do contexto, mas como áreas de estudos de dois fenômenos da significação de naturezas diferentes. Nessa nova concepção, a referência e o contexto apresentariam uma mesma natureza subjetiva (para usar a terminologia fregeana), pois ambas determinam a relação da linguagem com o mundo real, e caberia portanto à Pragmática; já à Semântica caberia os fenômenos de natureza objetiva, ou seja, aquilo que se pode dizer da significação desconsiderando-se suas realizações individuais.

2.3.1 *Sentença e proposição*

A primeira acusação de Strawson contra Russell é a de que, em sua Teoria das Descrições Definidas,

> a origem do erro cometido por Russell encontra-se em que ele pensou que fazer referência ou mencionar - a supor que isso tenha de fato ocorrido - deve ser significar (*must be meaning*). Russell não distinguiu B1 [uma expressão] e B2 [uma utilização de uma expressão]; ele confundiu as expressões com as suas utilizações num contexto particular; e, desse modo, confundiu significar com mencionar, com fazer referência. (Strawson 1950: 157)[38]

Para chegar a essa conclusão, Strawson parte da concepção de que não é diretamente às sentenças que se aplicam os valores de verdade; esses valores seriam, antes, uma função de cada uso particular que se pode fazer das sentenças do que uma propriedade genérica e intrínseca das próprias sentenças. Segundo o próprio Strawson,

> não podemos dizer que *a sentença* é verdadeira ou falsa, mas, exclusivamente, que ela é utilizada para fazer uma asserção verdadeira ou falsa, ou (se se preferir) para exprimir uma proposição verdadeira ou falsa. É igualmente óbvio que não podemos dizer que *a sentença* é *acerca* de uma pessoa particular, dado que a mesma sentença pode ser utilizada, em épocas diferentes, para falar acerca de pessoas particulares totalmente diferentes; podemos falar apenas de *uma utilização* da sentença para falar acerca de uma pessoa particular. (Strawson 1950: 155)

Assim, as sentenças e as proposições são entidades de níveis completamente distintos, cabendo-lhes funções essencialmente diversas. A partir das duas citações anteriores, não é difícil deduzir que as sentenças seriam as responsáveis pela parte da significação independente dos "contextos particulares"; já às proposições, caberiam a parte da significação dependente desses "contextos particulares", ainda que também apresentem dependências com as sentenças que são usadas para exprimi-las. As evidentes conseqüências

---

[38] A numeração de página de "On referring" citada aqui é a da tradução brasileira.

para a determinação dos limites entre a Semântica e a Pragmática serão discutidas mais adiante (cf. p. 41 e ss.); por enquanto é suficiente ressaltar que Strawson apresenta para as proposições uma caracterização de operação sobre o significado das sentenças, como a que aparece no seguinte trecho:

> As sentenças, as expressões e as palavras têm significado, a partir do qual elas podem ser usadas para se elaborar proposições e para se referir às coisas. Mas os significados das sentenças não são as proposições em cuja elaboração elas são usadas; e os significados das palavras e das expressões não são as coisas às quais elas são usadas para se referir. Apenas um grotesco equívoco com as palavras 'significar' e 'referir' pode continuar obscurecendo esses fatos. (Strawson 1952: 189)[39]

Como vimos anteriormente, Russell parecia sugerir, ao contrário, que as proposições eram o próprio significado das sentenças, ao conceber apenas duas possibilidades para os valores de verdade, e que as descrições definidas simplesmente não tinham um significado autônomo, como a maioria das expressões.

Aqui já é possível perceber, principalmente por esta última citação, que Strawson segue a simetria fregeana entre os nomes e as sentenças. Para Frege, como também já vimos, se as sentenças tinham sentido e referência, então também os nomes deveriam apresentar tanto sentido como referência; assim, para Strawson, se os valores de verdade são funções do uso das sentenças, também a referência é função do uso das expressões, e não das expressões em si. É isso que levou Strawson a ter afirmado que

> é óbvio que não se pode dizer que a *expressão* (B1) menciona, ou faz referência a alguma coisa, assim como não se pode dizer que a *sentença* é verdadeira ou falsa. (Strawson 1950: 156)

Depois dessa distinção entre sentença e proposição, mas não propriamente a partir dela, é que Strawson estabelece a outra entre asserir e pressupor, que passaremos a discutir na próxima seção.

2.3.2 *Asserir e pressupor*

De uma maneira similar à distinção entre sentença e proposição, Strawson nos aponta uma diferença entre dois tipos de expressões, cuja "utilização correta" exigiria a satisfação de condições logicamente inconfundíveis. Mas, ainda que análoga, essa oposição

---

[39] Como não se conseguiu localizar nem sequer uma simples menção de uma edição desse texto em português, a versão oferecida aqui, bem como a de outros trechos que venham a ser utilizados, é minha.

entre o que é e o que não é "enunciado" não é feita, como se disse, a partir das noções de sentença e proposição, determinadas anteriormente, já que Strawson não as menciona explicitamente. Se estas serviam a uma crítica à Teoria das Descrições Definidas, de Russell, a oposição que Strawson nos apresenta se pretende uma análise mais adequada, principalmente para a linguagem natural, da relação entre as proposições existenciais e a "utilização referencial individualizante".[40] Desse modo,

> a satisfação das condições de uma utilização adscritiva correta de uma expressão faz parte daquilo que é enunciado por tal utilização; ao contrário, a satisfação das condições de uma utilização referencial correta de uma expressão nunca faz parte daquilo que é enunciado, embora seja implicada (no sentido relevante de 'implicar') por essa utilização. (Strawson 1950: 165)[41]

Mas qual seria esse "sentido relevante" do termo "implicar", ao qual Strawson se refere e que não é enunciado pela expressão? Um pouco antes do trecho acima, ele já havia indicado o que esse termo não seria:

> Dizer 'O rei da França é sábio' significa *implicar* [*imply*] (em algum sentido de 'implicar') que existe um rei da França. Mas esse constitui um sentido muito especial e atípico [*odd*] - de 'implicar'. 'Implica', nesse sentido, não é certamente equivalente à 'implica logicamente'[*entails - or 'logically implies'*]. (Strawson 1950: 159)

Não é nesse artigo de 1950, contudo, que Strawson estabelece precisamente qual seja o sentido de "implicar" que ele está utilizando. A definição desse sentido só aparece em **Introduction to Logical Theory**, de 1952. Para chegarmos a ela, porém, ainda nos falta mais um pequeno indício do que seja esse outro sentido de "implicar"; esse indício se encontra, por exemplo, quando Strawson afirma que

> [quando], em resposta ao seu enunciado, dizemos (como deveríamos dizer) 'Não existe um rei da França', seguramente *não* diríamos que estávamos *contradizendo* o enunciado (*statement*) segundo o qual o rei da França é sábio. É certo que não estamos dizendo que ele é falso. Estamos dando, ao contrário, uma razão para dizer que a questão de saber se o enunciado é verdadeiro ou falso simplesmente não se põe. (Strawson 1950: 159)

---

[40] A tradução desse termo não contempla a ambigüidade que ele parece encerrar no original. Se, por um lado, o termo originalmente usado por Strawson - "uniquely referring use" (1950: 21) - pode ser entendido principalmente como "uso exclusivamente referencial", por outro, ele se presta a uma interpretação diferente, devido à palavra "uniquely", que apresenta a mesma raiz utilizada por Russell no seguinte trecho: "*the*, when it is strictly used, involves **uniqueness**" (1905: 44; na tradução brasileira: "*o*, quando é usado rigorosamente, envolve **unicidade**", p. 4; o destaque em negrito é meu). Essa segunda interpretação seria algo como "uso referencial de identificação única". Uma solução pode ser "uso referencial único", onde a ambigüidade sintática do adjetivo "único" pode sugerir a ambigüidade do original, caso ela seja realmente relevante: como qualificador de "referencial", apenas, seleciona-se a interpretação de referência única; já como qualificador de "uso referencial", seleciona-se a interpretação de apenas uso referencial.

[41] A tradução de "ascriptive" (no original, p. 43) por "adscritiva" também não me parece adequada. O mais correto parece ser "atributiva".

Para Strawson, como é possível notar, a negação da proposição existencial "O rei da França existe", relacionada à proposição "O rei da França é sábio", não gera uma contradição com o enunciado dessa proposição; essa negação funcionaria, ao contrário, como uma contestação à atribuição de qualquer valor de verdade à proposição, e não como uma contestação à atribuição de um valor de verdade específico. Dessa perspectiva, no livro de 1952, pode-se identificar no termo "pressuposição" esse outro "sentido relevante" de "implicar", pois

> se uma proposição S pressupõe uma proposição S', de forma que a verdade de S' é uma pré-condição para a verdade-ou-falsidade de S, então é de se esperar que seja um absurdo lógico associar S à negação de S'. (Strawson 1952: 175)

Além dessa caracterização comum da pressuposição e desse outro sentido de implicação, como pré-condição para ser verdadeiro ou falso, o termo "absurdo lógico", ao qual Strawson recorre no trecho acima, designa uma inadequação distinta da que a contradição gera. Se a contradição aparece quando negamos a implicação de uma determinada proposição, esse "absurdo lógico" diferente da contradição ocorre quando se nega a pressuposição de uma proposição; assim, para Strawson,

> devemos distinguir esse tipo de absurdo lógico da auto-contradição propriamente dita. É auto-contraditório reunir S com a negação de S' se S' é uma condição necessária para a verdade, simplesmente, de S. É um tipo diferente de absurdo lógico reunir S com a negação de S' se S' é uma condição necessária para a *verdade ou falsidade* de S. A relação entre S e S' no primeiro caso é de que S *implica* S'. Precisamos de um nome diferente para a relação entre S e S' no segundo caso; digamos, como fizemos acima, que S *pressupõe* S'. (Strawson 1952: 175)

É assim que Strawson estabelece, com mais precisão formal do que Frege, a noção de pressuposição como relação entre expressão e referência, não só entre os nomes e os objetos aos quais eles possam corresponder, mas também entre as sentenças e os valores de verdade que podem ser atribuídos a elas. No entanto, apesar dessa noção ser explicitamente definida como relação entre proposições, podendo ser então classificada como sendo de nível pragmático, pode-se perceber alguma inconsistência nessa determinação da pressuposição como fenômeno pragmático. Essa discussão da possibilidade de se interpretar a pressuposição enquanto operação semântica, e não pragmática, será desenvolvida no próximo item.

2.3.3 Semântica ou Pragmática?

Apesar da relativa clareza da definição de pressuposição que Strawson nos oferece, pode-se dizer que ela é pelo menos ambígua no que diz respeito à sua determinação enquanto fenômeno semântico ou pragmático. Talvez uma das principais passagens do texto de Strawson em que isso fica claro seja a seguinte:

> se alguém pronunciasse (*uttered*) seriamente a sentença em questão ["O rei da França é sábio"], a sua elocução (*his uttering*) constituiria, em certo sentido, *evidência* de que *acredita* que existe um rei da França. (Strawson 1950: 159)

Nesse trecho, ao recorrer ao termo "acredita", Strawson parece estar subordinando a pressuposição à série de questões pragmáticas que envolvem, para sua explicação adequada, elementos da situação enunciativa. Essa ambigüidade está amplamente difundida, inclusive, nas abordagens lingüísticas dedicadas à pressuposição, em que se atribui o fenômeno ora ao nível semântico, ora ao pragmático; outros lingüistas, ainda, chegam a reconhecer dois tipos diferentes de pressuposição, ou dois tipos diferentes de fenômenos que têm sido chamados de pressuposição: um semântico e outro pragmático.[42]

No entanto, o que se pretende ressaltar aqui é que essa interpretação ambígua não é adequada nem sequer ao trecho acima mencionado, pois nele não se afirma que essa crença tenha uma relação direta com a "elocução". O que Strawson nos diz é que essa elocução oferece uma "evidência" para se chegar à proposição existencial em que o falante acredita, e não que essa proposição (ou, caso se prefira, a crença nela) seja parte da própria elocução; ou seja, deve haver uma mediação entre a crença e a sentença à qual ela se liga.

Mas o que sustenta definitivamente a interpretação da concepção strawsoniana da pressuposição como um fenômeno semântico é sua distinção entre sentença e proposição. Para Strawson, por um lado,

> a questão de saber se a sentença é ou não significante é a questão de saber se existem hábitos, convenções ou regras de linguagem tais que a sentença poderia, logicamente, ser utilizada para falar acerca de alguma coisa; aquela questão, por conseguinte, é totalmente independente da questão de saber se a sentença foi utilizada dessa maneira numa ocasião particular. (Strawson 1950: 158)

Desse modo, o nível da significação - ou do sentido, para manter a terminologia fregeana que Strawson adota - é apresentado como algo completamente independente do contexto; como também para Frege, o sentido é o que se pode dizer sobre a significação genérica das sentenças, a parte da significação que não se pode atribuir a nenhum elemento subjetivo e

---

[42] A discussão desse tratamento lingüístico da pressuposição é objeto de todo o 3° capítulo dessa dissertação.

BIBLIOTECA CENTRAL

exterior à própria linguagem, já que a própria sentença é uma unidade abstrata, autônoma em relação à sua enunciação efetiva. Por outro lado,

> 'mencionar' ou 'referir' não é algo que uma expressão faça; é algo que alguém pode fazer ao utilizar uma expressão. Mencionar ou fazer referência a alguma coisa é uma característica de *uma utilização* de uma expressão, assim como 'ser acerca de' (*being about*) algo e verdade-ou-falsidade são características de *uma utilização* de uma sentença. (Strawson 1950: 156)

Já a referência, como se vê, Strawson a entende como um ato lingüístico que, para ser bem sucedido, depende não só da linguagem, mas também da configuração do mundo e das entidades não-lingüísticas que o compõem; "referir" é uma atitude subjetiva, que apenas um indivíduo real pode executar, e a localização do objeto da referência "é uma questão de utilização particular num contexto particular" (Strawson 1950: 163). Assim,

> A significação (pelo menos em um sentido importante) é uma função da sentença ou da expressão; mencionar e fazer referência, verdade e falsidade, são funções da utilização da sentença ou da expressão. Dar a significação de uma expressão (no sentido em que estou utilizando essa palavra) é fornecer *diretivas gerais* para utilizá-la a fim de fazer referência a ou mencionar objetos ou pessoas particulares; dar a significação de uma sentença consiste em fornecer *diretivas gerais* para utilizá-la ao fazer asserções verdadeiras ou falsas. Não é falar a respeito de uma ocasião particular em que a sentença ou a expressão foi utilizada. A significação de uma expressão não pode ser identificada ao objeto a que se faz referência mediante a sua utilização numa ocasião determinada. A significação de uma sentença não pode ser identificada à asserção que é feita mediante a sua utilização numa ocasião determinada. Com efeito, falar acerca da significação de uma expressão ou de uma sentença não é falar acerca de sua utilização numa ocasião particular, mas, sim, falar de regras, hábitos e convenções que governam em todas as ocasiões, a sua utilização correta para fazer referência ou para assertar. (Strawson 1950: 156-7)

Se se aceita essa distinção que Strawson faz entre parte da significação dependente do contexto, que tradicionalmente sempre coube à Pragmática, e parte da significação independente do contexto, que caberia à Semântica, então é possível concluir que a pressuposição, enquanto condição para ter valor de verdade, e não como atribuição efetiva de um desses valores, é uma característica das sentenças, e não das proposições; como algo que se pode atribuir às sentenças, que independe do contexto, a pressuposição só pode ser interpretada como um fenômeno semântico. Ainda que não seja possível "dizer que *a sentença* é verdadeira ou falsa" (Strawson 1950: 155), pode-se dizer que ela estabeleça algumas das condições para essa verdade ou falsidade: pelo menos as que não dependem do contexto. Sobre a relevância semântica da pressuposição, é o próprio Strawson que afirma, em nota, que

> alguns dirão que essas questões são irrelevantes para a lógica (seriam "meramente pragmáticas"). Se chamá-las de "irrelevante para a lógica" for dizer que elas não são consideradas pelos sistemas formais, então essa é uma questão que eu não

> pretendo contestar, e sim enfatizar. Mas para uma lógica preocupada com as relações entre as classes gerais de proposições que ocorrem no uso comum, e com as condições gerais sob as quais essas proposições podem corretamente ser chamadas de "verdadeiras" ou "falsas", essas questões não são irrelevantes. (Strawson 1952: 179)

Além dessa caracterização semântica, e não pragmática, da pressuposição, que se percebe na definição de Strawson, pode-se concluir ainda que no próprio nível semântico Strawson estabelece ainda dois outros níveis, relacionados aos tipos de condições com as quais as sentenças colaborariam na atribuição de um valor de verdade a uma proposição: as condições para a atribuição da verdade e as condições para a atribuição de um valor de verdade. O que Strawson chama de "acarretamento" ("*entailment*") corresponderia às condições de verdade, pois é apenas a partir dessas condições para se atribuir ou o valor verdadeiro ou o falso que se pode chegar às implicações lógicas. A pressuposição corresponderia a um segundo nível semântico, já que ela é uma pré-condição de verdade, ou seja, uma condição para a atribuição qualquer valor de verdade; uma das conseqüências dessa divisão é que qualquer regra lógica só é válida se as condições desse segundo nível forem satisfeitas. E foi usando desse artifício que Strawson tentou redimir os enunciados aristotélicos das críticas da lógica moderna (cf. Strawson 1952: 170-174), sem recorrer, como Russell, à postulação da conjunção de proposições existenciais a esses enunciados.

Parece haver algum indício de que Strawson pudesse acreditar que também no nível pragmático se reproduzisse esse mesmo esquema de dois níveis. Essa mesma distinção entre dois tipos de colaborações, que se percebeu no nível semântico, aparece quando Strawson afirma que "referir não é assertar, embora façamos referência com o objetivo de assertar" (Strawson 1950: 161), pois "referir" e "assertar" são ações efetivas, que dependem do contexto; é possível ainda que essa distinção corresponda às tradicionais funções de referência e de predicação, que Strawson esteja projetando no nível pragmático através da mesma concepção de simetria entre os níveis lingüísticos, postulada por muitos lingüistas e que levou Frege a estabelecer sua distinção entre sentido e referência tanto para as sentenças quanto para os nomes. No entanto, como qualquer discussão sobre o nível pragmático extrapolaria os limites de uma dissertação em que se tenta demonstrar as possibilidades de se tratar a pressuposição como um fenômeno essencialmente semântico, não se pretende desenvolver essas reflexões além das pequenas especulações que se acabou de fazer.

2.4 Conclusão

Através da discussão da abordagem que esses três autores apresentam para a noção de pressuposição, percebe-se que existe, na tradição lógica, uma divisão principal entre duas posições antagônicas - uma iniciada por Frege e reformulada por Strawson, e a outra assumida por Russell[43] - que se caracterizam por oferecer soluções diferentes para três questões essenciais sobre a natureza da linguagem: 1) o limite de possibilidades dos valores de verdade, 2) a fronteira entre a Semântica e a Pragmática e 3) a existência de um fenômeno que se possa chamar de "pressuposição".

Sobre a quantidade de valores que se pode atribuir a uma proposição, vimos que Russell acreditava que elas só poderiam ser verdadeiras ou falsas, e essa binariedade estrita o levou a estipular uma ambigüidade para a sentença "o rei da França é careca" que parece contrariar algumas evidências empíricas: quando se diz a alguém que a pronunciou que ela é falsa, isso não se deve necessariamente a uma ambigüidade na descrição definida, ela pode estar na nossa utilização do conceito de falsidade: ou como oposto da verdade ou como sem valor de verdade - ou seja, quando se diz que "o rei da França não é careca" estaríamos dizendo que a proposição "O rei da França é careca" é falsa ou então que ela não pode receber valor de verdade; para usar o termo semântico adequado, a negação não seria um caso de ambigüidade, e sim de vagueza: a negação de uma sentença significa que a proposição correspondente não pode ser verdadeira e conseqüentemente, numa lógica com três possibilidades de valores, que ela é ou "falsa" ou "nem verdadeira nem falsa".[44] Além disso, como se acredita ter demonstrado, a solução russelliana parece não escapar ao princípio da não contradição. Já em Frege, e mais claramente em Strawson, existem três

---

[43] Não se está afirmando aqui que a discussão sobre a pressuposição, na Lógica, se extingue com esses três autores ou que não existem outros autores relevantes para essa discussão; no entanto, dentro das limitadas pretensões dessa dissertação em relação aos aspectos lógicos, acredito que esses três autores oferecem uma amostragem suficientemente relevante. Essa discussão prolonga-se ainda, por exemplo, na contestação de Sellars (1954) e de Russell (1959) a Strawson, na réplica de Strawson (1954) a Sellars e também em Strawson (1964). Outros autores que se juntaram a essa polêmica - alguns mais diretamente, outros menos - são: Baker (1956), Geach (1950, 1958), Caton (1959), Nerlich (1965), Roberts (1969), Cassin (1970a, b), Jacobson (1970) e Schnitzer (1971); além desses, outros autores relevantes para essa questão são mencionados no apêndice bibliográfico.

[44] Essa interpretação da negação como operação vaga está bastante difundida dentro da Semântica, podendo ser encontrada até em manuais de divulgação, como o de Kempson (1977: 119-120; na tradução brasileira, pp. 121-122). O próprio Frege, em "Função e conceito", estipula a função "–X" que se assemelha muito com essa noção de vagueza da negação, já que ele estabelece "que o valor desta função deva ser o verdadeiro se o verdadeiro for tomado como argumento, enquanto que o valor desta função será o falso em todos os outros casos, a saber, quando o argumento é o falso ou quando ele não é absolutamente um valor de verdade" (1981: 48).

possibilidades de atribuição de valor de verdade para uma proposição, que podem ser estabelecidos em duas etapas: ter ou não valor de verdade e, apenas para os primeiros, ser verdadeiro ou falso; assim, evita-se postulação da ambigüidade, pois a proposição "o rei da França é sábio"[45] não seria nem verdadeira nem falsa.

Quanto à caracterização da pressuposição como fenômeno semântico, as posições se dividem entre um extensionalismo mais estrito, de um lado, e um mais moderado, de outro. Segundo a primeira, à qual Russell parece se ligar,

> a semântica [se preocupa] com as relações entre as expressões e os objetos aos quais elas se referem; e a pragmática com as relações entre as expressões, os objetos aos quais elas se referem e os usuários ou o contexto de uso das expressões. (Montague 1974: 95)[46]

Russell assume esse extensionalismo mais tradicional ao interpretar a exigência referencial dos nomes próprios no sistema fregeano quando diz que

> se dissermos "o rei da Inglaterra é careca", este pareceria não um enunciado acerca do *significado* complexo "o rei da Inglaterra", mas acerca do homem real denotado pelo significado. (Russell 1905: 7)

Mesmo mais tarde, reconhecendo um enfraquecimento da posição extensionalista, Russell não admite completamente uma posição mais intensionalista, à qual ele parece aderir com algumas restrições ao afirmar que "o senso comum concebe uma 'coisa' como tendo qualidades, *mas não a define por elas*" (Russell 1940: 98; o grifo é meu). Mas nessa interpretação, Russell parece ter se esquecido que, para Frege, essa garantia pressuposicional equivale a "indicar nossa intenção ao falar ou ao pensar, para justificar que falemos da referência de um sinal, mesmo que tenhamos de acrescentar a ressalva: *caso tal referência exista*" (Frege 1892: 67; novamente aqui o grifo é meu); ou seja, para Frege, essa exigência referencial era modalizada pela possibilidade de "estar enganados quanto à pressuposição de uma referência" (idem, ibidem). Essa moderação do extensionalismo aparece ainda mais forte em Strawson que, além dessa distinção entre nível da referência e nível do sentido, reconhece dentro do próprio nível do sentido dois outros níveis: o das condições de verdade e o das pré-condições de valor de verdade.[47]

---

[45] Excluindo-se uma provável consideração para com os franceses, Strawson não explica o motivo da alteração do exemplo de Russell - "O rei da França é careca" - para "O rei da França é sábio"; de qualquer forma, isso não afeta em nada sua argumentação.

[46] A tradução oferecida aqui é minha.

[47] Quando se diz nesta dissertação "condições de verdade" e "pré-condições de valor de verdade", estamos na verdade sendo algo redundantes, já que a distinção entre "condição de verdade" e "pré-condição de verdade", ou ainda entre "condição de verdade" e "condição de valor de verdade", seria suficiente para marcar as diferenças conceituais a que aqui se refere. No entanto, preferiu-se a redundância terminológica para não só atestar a filiação à concepção strawsoniana, mas também para reforçar o contraste que acreditamos ter evidenciado, na mesma concepção strawsoniana, entre os dois níveis semânticos.

E é justamente nestas distinções de níveis semânticos que se sustenta a última das três características que diferenciam as duas posições em relação à natureza da linguagem. Para Strawson, principalmente, mas também para Frege, a pressuposição, enquanto pré-condição para um valor de verdade, é algo que distingue as sentenças e os nomes que correspondem a proposições e descrições que admitam uma referência daqueles para os quais não se pode atribuir uma referência. Russell, por outro lado, que não distingue os dois níveis semânticos, não reconhece a possibilidade de não se atribuir referência e interpreta a exigência existencial não como pré-condição, mas como mera condição de verdade; assim, o que seria a pressuposição é apenas um componente a mais do sentido.

Em resumo, essa controvérsia na Lógica entre as duas posições sobre a pressuposição suscita uma questão importante que também vai aparecer na sua discussão dentro da Lingüística, que veremos a seguir. Essa questão da necessidade de níveis de separação dos fenômenos da significação, sustentado por Frege e Strawson, vai aparecer na distinção entre pressuposição e asserção, que aparece nas propostas para os factivos, dos Kiparsky, e dos implicativos, de Karttunen; essa questão aparece ainda nas observações sobre a necessidade dos experimentos psicolingüísticos considerarem a possibilidade dos falantes escolherem estratégias diferentes para processar a pressuposição, o que também envolveria a controvérsia sobre a quantidade de valores de verdades usados pelos falantes.

3. Concepções lingüísticas sobre a pressuposição

3.1 Kiparsky & Kiparsky

Uma das primeiras tentativas de utilização do conceito de pressuposição dentro da Lingüística parece ser a explicação da complementação sentencial infinitiva apresentada em Kiparsky & Kiparsky 1970[48] e que é determinada por aquilo que os autores chamaram de factividade. Segundo eles, sentenças como (1) e (2), apesar de compartilharem a mesma estrutura superficial,[49] apresentariam estruturas profundas distintas, já que as duas sentenças não se comportam da mesma maneira em relação à complementação.[50]

(1) *It's significant that he has been found guilty.*

(2) *It's likely that he has been found guilty.*

Ainda segundo os autores, o maior poder explicativo dessa abordagem, comparada às outras teorias sobre a complementação, se deve à previsibilidade do tipo de complemento, que passa a depender de uma característica semântica dos predicados,[51] e não mais de

---

[48] O texto consultado foi a reedição em Steinberg & Jakobovits (eds.) 1971; assim, a numeração de páginas mencionada aqui será referente ao desta reedição.

[49] O que se afirma literalmente nesse artigo é que "na superfície, as duas parecem ser identicamente construídas" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 345). Atualmente não parece ser mais coerente afirmar esta igualdade superficial, ao menos para os modelos da gramática gerativa que admitam que as transformações são operações que preservam a estrutura.

[50] Apenas os factivos permitem complementos iniciados em "the fact that..." e "the fact of..." (com complemento gerundivo para a preposição); a extraposição é opcional. Para os não factivos, a extraposição é obrigatória, e o alçamento de sujeito e da negação são permitidos. A explicação para o impedimento destes alçamentos seria a condição para sintagma nominais complexos (Ross 1967), segundo a qual os sintagmas nominais funcionam como uma fronteira para as operações gramaticais, já que na estrutura profunda os complementos dos factivos são, na verdade, sintagmas nominais.

[51] O termo "predicado" é usado pelos autores onde normalmente se utilizaria apenas o termo "verbo"; mas esse uso se justifica, pois entre os factivos estão algumas construções predicativas cujo núcleo é um adjetivo, como as sentenças **Error! Reference source not found.** e **Error! Reference source not found.**, chamadas de "predicado nominal" pela gramática tradicional.

marcações lexicais arbitrárias.[52] Essa característica é a pressuposição da verdade do complemento.

Como os autores recorreram à pressuposição para explicar a complementaridade, eles foram obrigados a expor sua concepção desse conceito, que será apresentado a seguir. Depois de algumas observações sobre a relação desse conceito com a concepção filosófica e de alguns comentários sobre sua coerência lingüística, será apresentada uma representação semântica para os itens lexicais factivos, que não aparece explicitamente no artigo, apesar dos autores afirmarem que o seu interesse imediato seja "a estrutura semântica das sentenças, ou, o que nos concerne mais diretamente aqui, as *entradas lexicais* para os predicados" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 349; grifo meu).

3.1.1 Predicados factivos

Logo após introduzir as diferenças sintáticas entre os predicados factivos e não-factivos, mencionadas acima, o casal Kiparsky afirma que "estas diferenças sintáticas estão correlacionadas a uma diferença semântica" e que "todos os predicados que se comportam sintaticamente como os factivos apresentam esta propriedade semântica" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 348). Essa propriedade semântica é a de que "o falante pressupõe que a oração subordinada expressa uma proposição verdadeira" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 348).

A pressuposição é apresentada, por sua vez, como uma "estrutura semanticamente mais complexa" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 349). A idéia por trás dessa afirmação é a de que, enquanto com sentenças livres de pressuposição, como (3) e (4), apenas se assere algo sobre uma proposição, em sentenças que envolvem pressuposição, como (5) e (6), mais do que asserir algo sobre uma proposição apenas, se assere algo sobre uma *proposição verdadeira*.

(3) *It is likely that it is raining.*

(4) *I suppose that it is raining.*

(5) *It is odd that it is raining.*

(6) *I regret that it is raining.*

---

[52] Pode-se perceber aqui uma clara vinculação com a semântica gerativa. Como as possíveis relações entre esse artigo e a semântica gerativa, e mesmo a discussão da validade das concepções deste tipo de semântica, não interessam a essa dissertação, acredita-se que esta pequena indicação é suficiente.

Contudo, tanto a asserção quanto a pressuposição seriam introduzidas por regras de redundância. Para exemplificar esses dois tipos de regras, eles partem da sentença (7), que recebe uma interpretação como (8), onde *x* e *y* substituem a representação semântica de "Mary" e "the room".

(7) *Mary cleaned the room.*

(8) cause(x,become(be clean(y)))[53]

Devido a uma regra de redundância para o componente "cause(x,p)", que estabelece uma relação assertiva com "cause(x,p) & p", (8) pode ser reinterpretada como (9).

(9) cause(x,become(be clean(y))) & become(be clean(y))

Uma outra regra de redundância, relacionada ao componente "become(p)", assegura a relação pressuposicional com "until(become(p),not(p))" e faz com que (9) seja reinterpretada como (10).

(10) [cause (x, become (be clean (y))) & become (be clean (y))]
{until (become (be clean (y)), not (be clean (y)))}[54]

Nessa última reinterpretação se distingue o que é asserido (o que está entre os colchetes) do que é pressuposto (o que está entre as chaves); como o limite das operações lógicas é a asserção, qualquer dessas operações sobre (10) só atingiria o conteúdo do que está entre os colchetes, sem interferir com o conteúdo do que está entre as chaves.

3.1.2 Factivos e representação da pressuposição

Como foi visto, para os Kiparsky, a pressuposição está ligada a uma atitude do falante quanto a uma oração subordinada expressar uma proposição verdadeira. Esta formulação, no entanto, encerra algumas conseqüências em relação à terminologia fregeana.

Se se considerar o uso do termo "proposição" idêntico ao de "pensamento", como parece, o termo "proposição verdadeira" poderia ser interpretado de duas maneiras: ou

---

[53] No artigo, a representação é feita através de notação em árvore (Kiparsky & Kiparsky 1970: 350). A forma de **Error! Reference source not found.** seria apenas uma variação notacional, motivada por dificuldades tipográficas, que pretende representar a mesma informação que a árvore proposta pelos Kiparsky. A única discrepância entre as duas notações é a representação do tempo: enquanto no artigo alguns componentes aparecem ora no presente, ora no passado, aqui optou-se por ignorar esse aspecto.

[54] A função das chaves nesta notação é a mesma da linha tracejada na notação usada no artigo (Kiparsky & Kiparsky 1970: 350) - delimitar a pressuposição; os colchetes, como no cálculo de predicado, simbolizam escopo e delimitam o que é asserido.

como 1) "a verdade de um pensamento", ou seja, uma referência, ou como 2) "um pensamento que é verdadeiro", ou seja, um juízo.

Tomando-se a primeira interpretação, o termo "expressar" não é empregado adequadamente: uma oração subordinada sozinha jamais poderia expressar uma referência, pois "expressar" é o termo usado na tradição fregeana para designar o sentido;[55] e mesmo que na lógica fregeana o sentido possa tornar-se, em algumas situações específicas, a referência de uma oração, uma referência nunca pode vir a ser um sentido. Além disso, a inversão de "uma proposição verdadeira" para "a verdade de um pensamento", convertendo substantivo em adjetivo, e vice-versa, introduz uma inconsistência sintática nesta interpretação. No entanto, consideradas estas duas restrições, esta interpretação parece estar mais de acordo com o fato de que, para Frege (cf. capítulo 2.1.1), a pressuposição é sempre a pressuposição de uma referência para uma expressão e de que a referência direta para as orações normalmente é um valor de verdade.

A segunda interpretação, por outro lado, quando cotejada com a terminologia fregeana, leva a uma posição mais complexa. Além da mesma restrição ao uso de "expressar", que precisaria ser substituído, pois um juízo também não pode ser o sentido de uma oração, se chegaria à conclusão de que a referência da subordinada de um predicado factivo não é um valor de verdade, que seria sua referência costumeira, nem um sentido, que seria sua referência indireta nos casos do discurso indireto e das subordinações especiais discutidas por Frege (1892a), mas sim um juízo (cf. capítulo 2.1.2). No entanto, se se considerar a possibilidade, cujo indício será rapidamente apresentado a seguir, do fregeanismo dos Kiparsky ter sido herdado de Strawson, que sugeriu que apenas as proposições recebessem valor de verdade (e não as sentenças, como afirmava Frege), esta interpretação parece ser mais consistente. Na formalização apresentada em (11), é esta a interpretação privilegiada.

Já fora do âmbito estritamente fregeano, pode-se perceber, nesta noção de pressuposição apresentada como atitude, uma semelhança com a interpretação pragmática da definição strawsoniana, que envolveria a crença do falante e que, no capítulo 2.3.3, se concluiu ser indevida. Embora os autores mencionem Frege,[56] e não citem Strawson, a

---

[55] "Nessa teoria, devemos dizer que a expressão *expressa* um significado; e devemos dizer tanto da expressão quanto do significado que eles *denotam* uma denotação" (Russell 1905: 7n).

[56] "As especulações de Frege, segundo as quais a referência de uma sentença é seu valor de verdade, receberia assim alguma confirmação" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 366).

opinião de Kempson (1977: 140n), de que a abordagem strawsoniana é mais difundida na literatura em inglês do que a fregeana, parece ser assim corroborada.

Essa definição da pressuposição como ato de um falante gera ainda uma contradição com a afirmação de que a pressuposição é um fenômeno semântico, que aparece mais de uma vez no artigo.[57] Se a pressuposição é semântica, de que maneira ela poderia envolver atos, falantes ou crenças,[58] que são entidades que pertencem ao nível pragmático? Contudo, este desrespeito à organização das relações entre os níveis lingüísticos não se restringe à fronteira entre semântica e pragmática: no artigo, quando se afirma que "o falante pressupor a verdade de um complemento contribui de várias maneiras importantes para a determinação da forma sintática que o complemento pode assumir na estrutura superficial" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 345), postula-se relações entre os níveis sintático e pragmático. Ou seja, além da desconsideração do dogma estruturalista sobre a hierarquia das relações lingüísticas, sempre do nível inferior para o superior, os autores sugerem relações entre níveis que não apresentam fronteiras entre si, sem a mediação de nenhum nível intermediário - outro grande dogma estruturalista.

Outra inconsistência descritiva deste mesmo tipo ocorre na representação arbórea que os Kiparsky apresentam para demonstrar as distinções entre asserção e pressuposição. Para esta demonstração eles recorrem a regras de projeção que seriam responsáveis pelo "mapeamento entre as seguintes estruturas:

$[_S\ [_{NP}\ X]\ [_{VP}\ [_V$ cleaned$]\ [_{NP}\ Y]]]$

$[_{P1}\ [_{NP}\ X]\ [_{VP}\ [_V$ cause$]\ [_{P2}\ [_{P3}\ [_{NP}\ Y]\ [_{VP}$ be clean$]]\ [_{VP}$ become$]]]]$

onde *S* representa o objeto sintático 'Sentença', e *P* o objeto semântico 'Proposição'" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 350).[59] O problema desta representação é que a estrutura semântica projetada ainda contém objetos sintáticos, misturando mais uma vez os níveis de análise lingüística. Para se evitar esta impropriedade, bastaria substituir os termos "VP", "V"

---

[57] Os trechos em que mais se percebe isso são os seguintes: "o objetivo desse artigo é explorar o inter-relacionamento entre a sintaxe e a semântica", "essas diferenças sintáticas estão correlacionadas a uma diferença semântica" e "esta estrutura semanticamente mais complexa que envolve a pressuposição" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 345, 348 e 349, respectivamente).

[58] Os autores só não recorrem a proferimentos.

[59] Mais uma vez substituiu-se a representação em árvore, usada pelos Kiparsky, por colchetes rotulados, devido a dificuldades tipográficas.

e "NP", na representação semântica, por "Predicado", "Predicador" e "Argumento", respectivamente.[60]

A última observação à noção kiparskyana de pressuposição, antes de passarmos à representação semântica dos factivos, ainda tem a ver com a distinção entre asserção e pressuposição mencionada acima, e é a mais importante. Depois da operação da regra de projeção, a asserção e a pressuposição seriam introduzidas, segundo os Kiparsky, por regras de redundância distintas; no entanto, eles não determinam muito claramente a maneira pela qual esses dois tipos de regras seriam acionadas pelos itens lexicais. Os únicos indícios que os autores fornecem estão relacionados, respectivamente, a (9) e (10), e estabelecem que "uma regra de redundância especifica que o objeto de 'cause' constitui, ele próprio, uma asserção" e "pressupõe-se, para a conseqüência, que o quarto estava sujo antes do evento descrito pela sentença. Infere-se isto de 'become', que pressupõe que seu complemento não era, até o momento da mudança mencionada através de 'become', verdadeira. Isto deve ser expresso enquanto regra de redundância" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 350; ambas).

Do jeito como são apresentadas no texto, não é possível dizer como essas regras funcionariam; mas como elas são regras de redundância, pode-se esperar que não estejam inserida em cada um dos itens lexicais. Uma primeira solução seria imaginar que houvesse dois módulos, cada um responsável por um tipo de regra; dessa maneira, alguns componentes poderiam ser ambíguos em relação ao tipo de regra acionada, pois não poderíamos esperar que um mesmo componente não fosse capaz de acionar os dois tipos de regras.[61] Além disso, a forma da regra também apresenta alguma controvérsia, pois ela estabelece que um componente como "cause(x,p)" assere "cause(x,p) & p"; esta solução introduz uma recorrência inadequada, podendo gerar algo como "cause(x,p) & p & p..." (com infinitas ocorrências de "& p"). Esta inadequação, porém, não pareceria tão grave se se recorresse ao princípio segundo o qual "p & p ≡ p", que anularia os efeitos da recorrência infinita; a inconsistência, nesse caso, se deveria a uma característica da representação que tem apenas conseqüências formais,[62] que não correspondem a evidências empíricas. O que

---

[60] Na verdade, a sugestão dos rótulos "Predicado" e "Predicador", para a projeção semântica das categorias sintáticas "Sintagma verbal" e "Verbo", está ligada à idéia da predicado como função, cujo funtor é o predicador. Uma outra solução seria tratar o predicado como o operador da função e chamar a função de predicação, então deveríamos usar os termos "Predicação" e "Predicado".

[61] O próprio componente "become", citado como responsável por uma regra de pressuposição, deveria ser responsável ainda por uma regra de asserção como "become (x, p) *ASSERTS* become (x, p) & p". Além disso, a ambigüidade não pode ser encarada aqui como "várias opções da qual se deve escolher uma", que é o que se supõe normalmente quando se pensa em termos de processamento lingüístico, mas sim como "várias opções que devem ser esgotadas".

[62] Ainda que apresente conseqüências em relação a eventuais implementações computacionais.

parece mais grave no tratamento da pressuposição como regra de redundância, no entanto, é o fato de que, para os factivos, a regra precisaria agregar um elemento que depende da subordinada, e não apenas dele, ao contrário do exemplo com o verbo *clean*, em que a regra introduz um componente semântico arbitrário e fixo. Isso nos levaria à conseqüência absurda de ter que escrever uma regra de projeção pressuposicional para cada complemento de cada factivo.

A reformulação das regras precisaria considerar ainda, ao contrário do que se supunha anteriormente, a possibilidade de asserção e pressuposição não corresponderem ambas à implicação lógica; desta maneira, cada uma das regras seria representada por um mecanismo lógico diferente. Neste sentido, a implicação parece representar bem a asserção, visto que "deve ser enfatizado que o *conjunto* de asserções é operado tanto pela interrogação quanto pela negação" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 351); para a pressuposição, seria preciso implementar um mecanismo que cumprisse a função das chaves na notação adotada aqui, que, ao introduzir o elemento pressuposto, o deixasse fora do alcance das operações lógicas.

Consideradas as principais restrições que se poderiam ser feitas, podemos passar à proposta para a representação semântica dos factivos.

Recorrendo à notação usada no cálculo de predicado, as sentenças (3), (4), (5) e (6) corresponderiam às sentenças (11), (12), (13) e (14), onde a referida complexidade da pressuposição estaria representada em (13) e (14) pelo enunciado "rain(e,V)", em que *V* designa a verdade pressuposta pela proposição "rain(e)".[63]

(11) ∃e [likely(e) & rain(e)]

(12) ∃e [suppose(I,e) & rain(e)]

(13) ∃e [odd(e) & rain(e,V)]

(14) ∃e [regret(I,e) & rain(e,V)]

---

[63] Nesta notação as letras minúsculas representam variáveis; ou seja, as posições insaturadas. Já as maiúsculas representam as posições instanciadas. Assim, *I* designa um (e não "o") indivíduo que profira a sentença, *e* designa uma variável para o evento (cf. Higginbotham 1985, que credita a idéia a Davidson 1966 e cita Barwise & Perry 1983 como aprimoramento dela) e *V*, como se disse, o valor verdadeiro atribuído a um predicado.

Em (11) e (12), ao contrário, não se estabelece um valor de verdade para a proposição expressa pela oração subordinada, apenas se assere algo sobre uma proposição sem comprometimento com sua verdade.[64]

Essa notação, contudo, ainda não é tão clara em relação a outra característica da pressuposição apontada pelos Kiparsky: ela não é afetada por algumas operações lógicas. Segundo os autores, a pressuposição não é alterada nem pela negação, nem pela interrogação, nem pelo imperativo, nem pela subordinação e nem pela conjunção da forma "... and... too" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 351-355). Conseqüentemente, a pressuposição exigiria um mecanismo representacional que impedisse o acesso das operações lógicas, ou que pelo menos delimitasse os níveis de atuação dessas operações, de forma que o que fosse asserido[65] estivesse em sua amplitude, e o que fosse pressuposto estivesse em outro nível, além dos limites das operações.

Retornado aos factivos, a representação de (6) precisaria ser escrita não mais como (14), mas sim como (15).

(15) ∃e [regret (I, e) {rain (e, V)}]

E sua negação, em (16), seria representada por (17), que corresponderia mais ou menos a "está chovendo e esse fato eu não lamento", e não por (18), que poderia ser lido como "não está chovendo ou o fato de não estar chovendo é que eu não lamento".

(16) I don't regret that it is raining

(17) ~∃e [regret (I, e) {rain (e, V)}]
= ∃e [~regret (I, e) {rain (e, V)}]

(18) ~∃e [regret (I, e) & rain (e, V)]
= ∃e [~regret (I, e) ν ~rain (e, V)]
= ∃e [~regret (I, e) ν rain (e, F)]

---

[64] Se se exigisse que toda proposição já contenha a posição que será ocupada pela verdade (ou seja, se o valor de verdade sempre for um argumento para a proposição), teríamos uma representação um pouco diferente da apresentada acima: ao invés de "rain(e)", teríamos "rain(e,v)", onde *v* representaria uma variável para uma futura atribuição de valor de verdade; para ser mais preciso e exaustivo, ao invés de "∃e... (e)", teríamos "∃e ∃v... (e,v)". Na verdade, se a estrutura argumental ocupa um papel importante no processamento cognitivo, como indica os experimentos de Shapiro, Zurif & Grimshaw 1987, esse diferença não seria apenas uma variação notacional com conseqüências unicamente formais, mas corresponderia a complexidades cognitivas distintas; como essa questão não é estritamente lingüística e também não é tratada no artigo comentado aqui, ela não será abordada aqui. No entanto, como na notação apresentada acima é mais evidente a distinção entre proposição em que não se assegura um valor de verdade e proposição onde se pressupõe seu valor de verdade, preferimos adotá-la para a resenha deste artigo.

[65] Os autores preferem o termo "'asserir' [*assert*] ao invés de 'implicar' [*imply*] porque este último sugere conseqüências que não apenas aquelas baseadas no conhecimento da língua" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 349).

Assim, de uma maneira geral, qualquer factivo seguiria o seguinte modelo: "'P' $\Rightarrow$ P(x,e,v) {λQ [Q(x,y,z,e,V)]}",[66] que significaria: "uma parte da representação semântica de um item lexical (factivo) é composta pela asserção de uma proposição, cujo predicado (componente semântico) é determinado pelo próprio item, e pela pressuposição de outra proposição, que não sofre as mesmas operações lógicas do anterior (contra-escopo, garantido no formalismo pelas chaves) cujo predicado é determinado em relação à oração subordinada (essa ligação é garantida, no formalismo, pelo operador lambda); caso essa segunda proposição não apresente restrições, alguns fenômenos de concordância ocorrem entre ambas".

Introduzindo, então, a idéia da regra de redundância, que nessa notação corresponderia a "P(x,e,v) $\rightarrow$ {λQ [Q(x,y,z,e,V)]}", poderíamos reescrever o modelo para os factivos apenas como "'P' $\Rightarrow$ P(x,e,v)". Contudo, como não é tão evidente por si só que essa regra seja efetivamente produtiva - já que precisaríamos escrever uma para cada factivo, uma posição definitiva sobre a validade desse tipo de regra ainda dependeria de constatações empíricas, relativas à descrição efetiva de cada factivo: com a representação dentro do próprio item lexical, como no parágrafo anterior, não seria preciso lidar, ao menos, com a restrição em relação à recorrência infinita, mencionada acima.[67]

---

[66] Nessa representação, recorreu-se ao operador lambda, como é empregado em Dowty, Wall & Peters 1981: 98-110, e às chaves, segundo a explicação da nota 54 e com função aproximadamente semelhante à que tem na linguagem Prolog, de programação (cf. Clocksin & Melish 1981: 226-228). O símbolo "$\Rightarrow$" pode ser entendido como uma regra de reescrita ou, mais adequadamente, como regra de projeção. As variáveis *x*, *y* e *z*, que não apareciam no exemplo com "rain", representam as posições argumentais do predicado, que são determinadas por ele; a necessidade da ligação entre os primeiros argumentos, ou argumentos externos, dos dois predicados *P* e *Q* será contestada mais adiante, no capítulo 3.2.1.1.

[67] Na discussão dos implicativos (cf. capítulo 3.2.1.1) serão introduzidas outras questões importantes para esta determinação.

3.2 Karttunen

3.2.1 *Verbos implicativos*

No artigo "Implicative verbs", Karttunen (1971) introduz outra categoria semântica para os verbos, além da dos factivos,[68] sugeridos em Kiparsky & Kiparsky 1970, que reúne o que ele chamou de **verbos implicativos**. Também como os factivos, a asserção de uma sentença com um verbo implicativo "implica a crença na verdade de seu complemento" (Karttunen 1971: 341); por isso, ainda como os factivos, a negação posterior do complemento do implicativo gera uma contradição - respectivamente (1) e (2) - ao contrário dos verbos neutros (3).

(1) * *John regretted to solve the problem, but he didn't solve it.*

(2) * *John managed to solve the problem, but he didn't solve it.*

(3) *John hoped to solve the problem, but he didn't solve it.*

O que distingue implicativos de factivos é a diferença no comportamento de cada um dos dois tipos de predicado em relação à sua negação:[69] ao contrário dos factivos, cujo complemento não é atingido (cf. capítulo 3.1.1), "a negação de uma sentença com um predicado implicativo implica a negação de seu complemento" (Karttunen 1971: 343). Desta maneira, tanto (4) quanto (5) levam a (8); mas (9), por outro lado, é induzida apenas por (7), e não por (6), que, como (4) e (5), também leva a (8).

(4) *John regretted to solve the problem.*

(5) *John didn't regret to solved the problem.*

(6) *John managed to solve the problem.*

---

[68] O termo usado pelos Kiparsky é "predicado factivo" (Kiparsky & Kiparsky 1970: 345), e parece mais adequado para exprimir esse fenômeno semântico que pode corresponder sintaticamente não só a verbos, mas também ao que a gramática tradicional chama de predicado nominal. O próprio Karttunen reconhece isso quando essas mesmas construções aparecerem nas listas dos vários tipos de implicativos e ao utilizar o termo "predicado" para designar os implicativos (Karttunen 1971: 341), ainda que não tanto quanto "verbo".

[69] Na verdade, Karttunen menciona outras operações que distinguem os implicativos dos factivos, como a interrogação e a modalização, por exemplo (Karttunen 1971: 345-348). Como o objetivo dessa dissertação é determinar a noção de pressuposição, acredita-se que a discussão apenas da negação é suficiente para esses objetivos, devido principalmente ao fato do teste da negação ter ocupado uma posição privilegiada na definição da pressuposição em Lingüística.

(7) *John didn't manage to solve the problem.*

(8) *John solved the problem.*

(9) *John didn't solve the problem.*

É com esses dados que Karttunen deduz a equivalência de (6) e (8), da seguinte maneira:

1. (6) → (8)	proposição
2. (7) → (9)	proposição
3. (7) ↔ ~(6)	proposição
4. (9) ↔ ~(8)	proposição
5. ~(6) → ~(8)	por 2, 3 e 4
6. (8) → (6)	por 5 e *modus tolens*
7. (6) ↔ (8)	por 1 e 6

Para defender esta argumentação do estranhamento que a equivalência lógica entre (6) e (8) pudesse causar, Karttunen atribui a distinção entre as duas sentenças a outro nível que não o lógico. Como só se pode recorrer a (6) ou a (7) quando se supõe "que John fez ao menos uma tentativa de resolver o problema" (p. 344) - exigência que não é feita em relação a (8) -, a equivalência é válida apenas quando esta pressuposição é satisfeita, ou seja, quando (6) deixa de ser "um proferimento infeliz, ao qual nenhum valor de verdade pode ser atribuído" (p. 344). Mesmo assim, como o autor ainda continua achando que a equivalência não é possível, ele sugere que se considere a implicação no sentido que Austin (1962) chamou de fraco.

Além da transitividade da negação, da qual resulta a equivalência com seu complemento, os implicativos ainda permitem o cancelamento da dupla negação. Assim, (10) seria sinônima de (6), mas não de (7), e acarretaria (8), também como (6); com (11), por sua vez, o duplo cancelamento da negação não ocorre, de forma que a sinonímia com (4) também não ocorre, e o acarretamento só se dá em relação a (9).

(10) *John didn't manage not to solve the problem.*

(11) *John didn't regret not to solve the problem.*

A fim de determinar uma representação semântica geral dos implicativos, que respeite as características apresentadas, Karttunen sugere que se distinga dois elementos desta representação: 1) a parte proposicional, que carregaria a força ilocucionária da

sentença e, por isso, a única que pode ser asserida ou interrogada, e 2) a parte pressuposicional, que expressaria as crenças não asseridas pelo falante e que subjazem à proposição.

Assim, para uma sentença com o verbo *manage*, "o falante deve assumir que o que quer que signifique seu complemento sentencial, ele é de alguma maneira difícil de realizar" e o seu sujeito, que é o mesmo da principal, deve ter tentado realizar "a ação descrita no complemento"; para Karttunen, ainda, "a sugestão da dificuldade deve resultar do fato de que não se imagina que alguém procure ou tente fazer algo a menos que haja alguma razão para se acreditar que não seja possível conseguir" (Karttunen 1971: 351). Deste raciocínio, o autor conclui que a sentença com *manage* pressupõe "v(S) é uma condição necessária e suficiente para S" (Karttunen 1971: 352), onde *v*, *S* e *v(S)* representam, respectivamente, o verbo implicativo, seu complemento e a sentença principal; essa representação seria válida para qualquer verbo implicativo.

Finalmente, depois de estabelecer a distinção entre os factivos e os implicativos, e de determinar uma notação para a representação semântica destes últimos, Karttunen passa a apresentar uma subcategorização para os implicativos, já que ele só vinha utilizando uma das seis subcategorias.

Os verbos dessa primeira subcategoria, que ele vinha chamando apenas de implicativos, pressupõem que a sentença principal, como se viu acima, é condição necessária e suficiente para seu complemento, ou seja: v(S) ↔ S. Além de *manage*, Karttunen menciona *remember*, *bother*, *get*, *dare*, *care*, *venture*, *condescend* e *happen*, como verbos que também pertencem a esta subcategoria.[70]

A segunda subcategoria mencionada e a última a receber um nome (as outras quatro restantes já não foram rotuladas) foi a dos implicativos negativos, cuja pressuposição é a de que as sentenças em que ele ocorre é condição necessária e suficiente para a negação de seu complemento, ou seja: v(S) ↔ ~S. Dentre estes estão *forget*, *fail*, *neglect*, *decline*, *avoid* e *refrain*.

Existem ainda os verbos cuja sentença pressupõe uma condição necessária para seu complemento, divididos em: 1) positivos, v(S) ← S, como *choose*, e 2) negativos, v(S) ← ~S, como *refuse*; e os verbos cuja sentença pressupõe uma condição suficiente para

[70] Como dissemos anteriormente, Karttunen menciona ainda as construções chamadas de predicados nominais; elas foram omitidas aqui apenas por brevidade.

seu complemento, também divididos em: 1) positivos, v(S) → S, como *cause*, *make*, *have* e *force*, e 2) negativos, v(S) → ~S, como *prevent* e *dissuade*.

Como esses verbos se comportam basicamente todos do mesmo modo, e como o interesse desta dissertação se concentra na pressuposição, e não diretamente nos implicativos, passaremos a discutir a articulação entre os dois, sem nos demorarmos numa explicação mais detalhada de todas as subcategorias dos implicativos, supondo que as reflexões feitas para um valem para os outros, como o próprio Karttunen sugere em vários momentos do seu artigo.

3.2.1.1 Implicativos e representação da pressuposição

Como a pressuposição é apresentada por Karttunen fundamentalmente como crença do falante, esse conceito está sujeito a quase todas as observações feitas à concepção dos Kiparsky; sendo assim, passa-se diretamente à discussão de sua representação.

Considerado-se o tratamento dos implicativos sugerido por Karttunen, e ainda recorrendo à notação desenvolvida na discussão dos factivos,[71] poderíamos supor inicialmente que a representação semântica de (6) seria algo como (12).

(12) ∃V ∃E [manage(john,E,V) {try(john,E,v)} ↔ solve(john,the problem,E,V)]

Esta representação, por um lado, lembra pouco a sua tradução para a fórmula da pressuposição "v(S) ↔ S", que Karttunen apresenta para os implicativos, em (13).

(13) manage(john,solve(john,the problem))
{manage(john,solve(john,the problem)) ↔ solve(john,the problem)}

Por outro lado, (13) introduz uma contradição entre o que é asserido e o que é pressuposto, discutida posteriormente pelo próprio Karttunen,[72] que (12) não apresenta; dessa forma, (13) será descartada. Mesmo assim, desconsiderando-se toda a complexidade lógica e algumas possíveis incoerências da argumentação que prova a equivalência, envolvendo a dedução com o *modus tolens* e o sentido fraco da implicação, de Austin,[73] (12) ainda

---

[71] Aqui, porém, introduziu-se uma pequena modificação em relação à notação usada com os factivos, que a aproxima ainda mais do Prolog: as variáveis nesta notação são representadas por letras maiúsculas, enquanto que as minúsculas representam constantes. Essa notação se assemelha também com a representação dos predicados implicativos utilizada pelo próprio Karttunen: v(S) - onde o *S* designa, de alguma maneira, uma variável, apesar de *v*, que também designa uma variável, aparecer em minúscula.

[72] Sobre essa contradição, ver adiante o capítulo 3.2.2.

[73] Esse "sentido fraco" parece ser válido apenas para as implicações de tipo condição suficiente, e não para as implicações necessárias e suficientes; dessa forma, esse "sentido fraco" não seria válido para todos os tipos de implicativos, e principalmente para "manage".

apresenta uma conseqüência lingüística empiricamente complicada: precisaríamos acreditar que resolver alguma coisa envolve sempre conseguir essa coisa, se se pressupõe que se tentou; ou seja, "manage(X,E,V) {try(X,E,v)}" precisaria fazer parte da representação de todos os verbos, ou pelo menos de todos os verbos do mesmo tipo de "solve". Esse problema, no entanto, seria evitado se se representasse (6) não como (12), mas sim como (14).

(14) ∃V ∃E [manage(john,E,V) ↔ solve(john,the problem,E,V) {try(john,E,v)}]

Assim, *manage* não seria sempre equivalente a *solve*; a equivalência só ocorreria quando, além da asserção de *solve*, a pressuposição de *try* estivesse envolvida.

Outra restrição que precisa ser feita diz respeito à ligação entre os sujeitos de *manage* e *solve*, que Karttunen supõe sem apresentação de qualquer evidência; apesar dessa ligação não ter sido discutida pelos Kiparsky, que não a mencionaram explicitamente, a restrição também vale para os factivos.

Como na discussão dos dois tipos de predicados aparecem apenas as construções infinitivas como seu complemento, os autores não puderam perceber que esta ligação não é sempre necessária. [74] Quando se leva em consideração outras construções, como (15) e (16), o que ocorre é justamente o contrário: a ligação não só não é necessária, como é impossível.

(15) João conseguiu que resolvessem o problema.

(16) João conseguiu que o problema fosse resolvido

Em outra construção, como (17), a ligação assume uma terceira possibilidade: apesar de poder ocorrer, ela não é necessária; ou seja, o causador da resolução pode ter sido tanto o João quanto outra pessoa qualquer.

(17) João conseguiu a resolução do problema

Para uma representação mais precisa dos verbos implicativos, é necessário ainda determinar a ligação do agente da pressuposição. Para isso, pode-se reparar que (17) aceita (18), (19) e (20) como interpretações possíveis, mas não (21).

(18) ∃V ∃E [manage(john,E,V) ↔ solve(john,the problem,E,V) {try(john,E,v)}]

---

[74] Em inglês, ao menos segundo o **Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English**, "manage" não aceita outro complemento sentencial além do infinitivo (bem como os outros implicativos); assim, seria impossível para Karttunen perceber este fato. Já com "regret", que, segundo o mesmo dicionário, aceita outros complementos sentenciais, seria possível percebê-lo; os Kiparsky, por outro lado, não chegaram nem a mencionar a necessidade ou não da ligação.

(19) $\exists V \exists E$ [manage(john,E,V) $\leftrightarrow$ solve(X,the problem,E,V) {try(john,E,v)}]

(20) $\exists V \exists E$ [manage(john,E,V) $\leftrightarrow$ solve(X,the problem,E,V) {try(X,E,v)}]

(21) $\exists V \exists E$ [manage(john,E,V) $\leftrightarrow$ solve(john,the problem,E,V) {try(X,E,v)}]

Através dessas sentenças percebe-se que a posição de agente da pressuposição precisa estar ligada a uma das duas posições de agente da asserção (ou, como em (18), às duas). Assim, a representação da parte semântica de cada um dos seis tipos de implicativo poderia seguir o seguinte esquema geral:

(22) $P' \Rightarrow P(X_1,E,V) \leftrightarrow \lambda Q\ [Q(X_2,E,V)]\ \{R(X_{1/2},E,v)\}$

(23) $P' \Rightarrow P(X_1,E,V) \leftrightarrow \lambda Q\ [Q(X_2,E,\sim V)]\ \{R(X_{1/2},E,v)\}$

(24) $P' \Rightarrow P(X_1,E,V) \rightarrow \lambda Q\ [Q(X_2,E,V)]\ \{R(X_{1/2},E,v)\}$

(25) $P' \Rightarrow P(X_1,E,V) \rightarrow \lambda Q\ [Q(X_2,E,\sim V)]\ \{R(X_{1/2},E,v)\}$

(26) $P' \Rightarrow P(X_1,E,V) \leftarrow \lambda Q\ [Q(X_2,E,V)]\ \{R(X_{1/2},E,v)\}$

(27) $P' \Rightarrow P(X_1,E,V) \leftarrow \lambda Q\ [Q(X_2,E,\sim V)]\ \{R(X_{1/2},E,v)\}$

em que *P'* é a entrada lexical, *P*, *Q* e *R* são componentes semânticos relativos aos sentidos, respectivamente, do item lexical analisado, da oração subordinada a ele e da sua pressuposição. O operador lambda e as chaves são os mesmos recursos usados para os factivos (cf. p. 55); já a caixa alta para representar variáveis é uma notação mais parecida à do Prolog.

Para encerrar essa discussão sobre os implicativos, restam ainda três questões, das quais duas têm uma resposta fácil; para a terceira, infelizmente, até o momento não foi possível encontrar uma resposta adequada.

A primeira das questões está relacionada a um comentário de Karttunen, citado acima (cf. p. 58) sobre as conseqüências do uso de *manage*, que

> requer que o sujeito ao menos tente a ação descrita no complemento. A sugestão da dificuldade deve resultar do fato de que não se imagina que alguém procure ou tente fazer algo a menos que haja alguma razão para se acreditar que não seja possível conseguir.

Segundo esse comentário, poderíamos supor que a pressuposição de "manage" exigisse mais do que apenas "try(X,E,v)"; traduzindo o comentário para a notação que vem sendo empregada, chegaríamos a algo como "try(X,E,v) $\rightarrow \Diamond\sim$manage(X,E,v) $\rightarrow$ difficult(X,E,v)". Contudo, regras de redundância para "try" e "$\Diamond\sim$manage" resolveriam isso, já que uma

tentativa envolve a possibilidade de não conseguir, e não conseguir envolve alguma dificuldade.

A segunda questão é suscitada pelas sentenças (12), (14) e, principalmente, (18), (19) e (20): não seria possível que a parte assertiva da implicação, ao invés de "solve(X,Y,E,V)", fosse apenas "solve(Y,E,V)"? Ou seja: "o problema está resolvido",[75] e não "alguém resolveu o problema". Na verdade, esta questão parece estar ligada à possibilidade de decomposição do sentido de *solve*, e pode ser ainda mais complicada, dependendo da interação dos componentes deste item lexical com os do implicativo. Mas não parece haver grandes dificuldades em reescrever o esquema geral, ainda que para cada implicativo, de forma a se acessar o traço adequado da subordinada que é implicado. Como essa não parece ser uma questão essencial à dissertação, ela não será aprofundada aqui.

A última das três questões será apenas apresentada, pois, como se disse, não se encontrou uma resposta conveniente. Essa questão decorre da sentença (28), que parece pressupor (30), e não (29).

(28) João conseguiu cair da escada.

(29) João tentou cair da escada.

(30) É difícil cair da escada

Dados como estes poderiam indicar que o sentido de dedução não fosse "try(X,E,v) → ◊~manage(X,E,v) → difficult(X,E,v)", e sim "difficult(X,E,v) → ◊~manage(X,E,v) → try(X,E,v)"; ou ainda que, ao contrário da indicação de Karttunen, *try* pudesse ser um verbo implicativo, com a seguinte representação: "try(X,E,V) → ◊~manage(X,E,v) {difficult(X,E,v)}".[76] De qualquer maneira, uma solução para esta questão afetaria completamente a primeira questão. Como o objetivo desta dissertação não é determinar exaustivamente a representação semântica dos itens lexicais, e sim determinar um conceito lexical para a pressuposição, também esta questão não será aprofundada aqui.

---

[75] Preferi "está", e não "foi", para evitar a passiva, que reintroduziria a questão do agente e, conseqüentemente, de "cause(X,E,V)".

[76] Nenhuma das duas possibilidades constituem uma solução consistente pois, apesar de indicar corretamente "difficult(X,E,v)" como pressuposição de "manage", ainda mantém "try(X,E,v)", que não é pressuposição adequada para **Error! Reference source not found.**

3.2.2 O Problema da Projeção: tampas, furos e filtros

Em "Presuppositions of compound sentences", Karttunen (1973) apresenta o que talvez seja a primeira sugestão mais consistente para solucionar a questão da projeção das pressuposições paras as sentenças complexas, compostas por mais de uma sentença, que já havia sido detectada em Morgan 1969 e Langendoen & Savin 1971.

O problema da projeção diz respeito ao comportamento das pressuposições das sentenças compostas em relação às pressuposições de suas encaixadas; de uma outra perspectiva, esse problema também pode ser apresentado como o modo pelo qual as pressuposições das subordinadas colaboram nas pressuposições das sentenças complexas das quais elas fazem parte.

Em seu artigo, Morgan demonstrou que o que ele chamou de hipótese acumulativa, devido às sentenças complexas sempre compartilharem as mesmas pressuposições de suas encaixadas, atribuída a Langendoen e Savin,[77] não explica completamente a questão da projeção, já que é possível encontrar sentenças em que o alçamento de alguma pressuposição da encaixada é bloqueado. Isso ocorre, por exemplo, em (31), onde a sentença como um todo não apresenta a pressuposição de que João tenha filhos, apesar de que esta seja uma pressuposição apropriada para a encaixada.

(31) Se João tem filhos, todos os filhos de João são carecas.

No entanto, como o próprio Morgan (1969: 176) admite, apesar de sugerir que uma explicação que considerasse mundos possíveis pudesse explicar os exemplos que ele apresenta, não se chega a apresentar uma solução consistente para a questão da projeção da pressuposição.

Como Karttunen, por sua vez, reconhece duas possibilidades para se conceber a pressuposição,[78] mas acredita que qualquer questão de projeção de pressuposições pode ser resolvida por seu critério, para apresentar sua sugestão, que recorre à idéia de contexto

---

[77] Essa hipótese também é empregada, ainda que não tão claramente, em Kiparsky & Kiparsky 1970.

[78] Segundo o próprio Karttunen (1973: 169), existem dois tipos de concepção para a pressuposição: 1) uma noção *semântica*, representada pela definição em termos de verdade e conseqüência, de Fraassen (1968, 1969, 1971), para quem a pressuposição é uma condição para a bivalência, definida como "A pressupõe B, se, quando B for verdadeiro, A for ou verdadeiro ou falso", assim a "pressuposição é uma relação semântica entre sentenças; ela não recorre a falantes ou ouvintes, e nem a contextos em que a sentença tenha sido pronunciada" (Karttunen 1973: 169); 2) uma noção *pragmática*, representada pela definição em termos de condições de sinceridade, de Stalnaker (1970) e de Keenan (1971), para os quais as pressuposições de uma sentença determinam "uma classe de contextos lingüísticos nos quais ela pode ser pronunciada sinceramente" (Karttunen 1973: 170), assim a pressuposição "é uma noção *pragmática* e envolve tanto falantes quanto ouvintes" (Karttunen 1973: 169).

lingüístico, ele precisa "encontrar uma maneira formal de relacionar as duas noções de pressuposição entre si" (1973: 170). Essa relação seria fornecida, ainda segundo o autor, por uma observação de Stalnaker (1970: 279), para quem toda pressuposição semântica é também uma pressuposição pragmática.

Apesar de reconhecer que "o inverso nem sempre acontece" (Karttunen 1973: 170), ou seja, mesmo tendo percebido que a sugestão de Stalnaker não reduz qualquer pressuposição semântica a uma pressuposição pragmática, Karttunen prefere "esquecer a distinção entre pressuposições semântica e pragmática", na esperança de que "o que é dito sobre um tipo de pressuposição também será pertinente ao outro" (1973: 171). Mas, como nem toda pressuposição pragmática é também semântica, mesmo com toda pressuposição semântica sendo pragmática, nem tudo o que se pode dizer sobre a pressuposição pragmática deve servir da mesma forma para a pressuposição semântica, o que já é o bastante para frustrar as esperanças de Karttunen mencionadas no parágrafo anterior. No entanto, vejamos como ele apresenta sua sugestão.

Karttunen afirma que "uma solução adequada para o problema da projeção exige a distinção de três tipos de predicados que aceitam complementação" (1973: 173), que ele sugere que chamemos de **tampas** [*plugs*], **furos** [*holes*] e **filtros** [*filters*]. Essa sugestão pretende recuperar o princípio acumulativo, estabelecendo alguns parâmetros para a sua composição, ao contrário da versão de Langendoen & Savin, em que ele era aplicado incondicionalmente.

Os três tipos de predicados são apresentados da seguinte maneira:

> *tampas*: predicados que bloqueiam todas as pressuposições da sentença complementar;
>
> *furos*: predicados que permitem que todas as pressuposições da sentença complementar se tornem pressuposições da sentença principal;
>
> *filtros*: predicados que, sob certas condições, cancelam algumas das pressuposições do complemento. [Karttunen 1973: 174]

Os predicados-tampas seriam os "'verbos de dizer', ou 'performativos', tais como 'dizer' [*say*], 'mencionar' [*mention*], 'contar' [*tell*], 'pedir' [*ask*], 'prometer' [*promise*], 'advertir' [*warn*], 'solicitar' [*request*], 'mandar' [*order*], 'acusar' [*accuse*], 'criticar' [*criticize*], 'culpar' [*blame*] etc." (Karttunen 1973: 174). Já entre os predicados-furos teríamos "saber" [*know*], "lamentar" [*regret*], "compreender" [*understand*], "surpreender" [*surprise*], "ser significativo" [*be significant*], "começar" [*begin*], "parar" [*stop*], "continuar" [*continue*], "conseguir" [*manage*], "evitar" [*avoid*], "poder" [*be able*], "ser possível" [*be possible*], "obrigar" [*force*], "impedir" [*prevent*], "hesitar" [*hesitate*],

"parecer" [*seem*], "ser provável" [*be probable*] etc.; segundo Karttunen (1973: 175), entre esses predicados estariam os factivos, de Kiparsky & Kiparsky 1970, os aspectuais, de Newmeyer 1969, e os implicativos, de Karttunen 1971. Dentre os predicados-filtros, diferentemente dos outros predicados, estariam os conectivos lógicos, como "se... então" [*if... then*], "e" [*and*] e "ou... ou" [*either... or*]; como, nesses predicados, a pressuposição da sentença complexa nem sempre é composta, como nos furos, pela mera união das pressuposições de suas encaixadas, nem pelo seu cancelamento total, como nas tampas - ou seja, como algumas das pressuposições das encaixadas podem ser canceladas em casos especiais - é sobre eles que atuarão os parâmetros que definem o princípio de acumulação.[79]

Para apresentar o parâmetro referente ao conectivo "se... então", Karttunen (1973: 177) compara as sentenças (32) e (33), e (34) e ((35)), em que apenas (34) não obedece ao princípio da acumulação, ao contrário das outras três sentença.

(32) Se a calvície é hereditária, então todos os filhos do José são calvos.

(33) Se todos os filhos de José são calvos, então a calvície é hereditária.

(34) Se José tem filhos, então todos os filhos de José são calvos.

(35) Se todos os filhos de José são calvos, então José tem filhos.

Segundo Karttunen, o que distingue (34) das demais sentenças é "uma determinada relação entre o antecedente e o conseqüente" (1973: 177); neste caso, o antecedente assere o que o conseqüente pressupõe. Algo semelhante ocorre com as sentenças (36), (37) e (38), ainda que, ao contrário de (34), seus antecedentes não assiram o que seus conseqüentes pressupõem; o que faz com que as pressuposições dos conseqüentes de (36), (37) e (38) sejam bloqueadas é o fato de que elas também sejam acarretadas semanticamente pelos seus antecedentes.

---

[79] Esses mesmos princípios seriam generalizados ainda mais através da noção de **satisfação da pressuposição**, em Karttunen (1974: 184-186), de forma a dar conta de todos os predicados, e não apenas dos predicados lógicos. No entanto, neste artigo, a "pressuposição é vista como uma relação entre sentenças, ou mais acuradamente, como uma relação entre uma sentença superficial e a forma lógica de uma outra" (Karttunen 1974: 182), como se esses dois tipos de relações fossem indistintos, ou como se a diferença entre eles não fosse relevante.

Para Karttunen (1974: 182), as sentenças superficias são expressões de uma língua natural qualquer, enquanto que as formas lógicas são expressões de uma linguagem formal com a qual as sentenças superficiais estão relacionadas. Essa concepção desses termos me parece um pouco diferente da que eles recebem comumente na lingüística, em que as sentenças superficiais são unidades de um determinado nível da análise sintática e as formas lógicas são unidades da interpretação semântica; nesta atribuição, tanto as sentenças superficiais quanto as formas lógicas são sempre expressões de uma linguagem formal, cuja pretensão é descrever uma língua natural (ou pelo menos alguma parte específica dela).

Mas esse artigo não será discutido aqui, nem tanto por esse imprecisão en relação às sentenças superficiais e às formas lógicas, e sim porque ela é apenas uma versão intermediária entre esta que estamos vendo aqui e a de Karttunen & Peters (1979), que será vista no capítulo 3.3.1.

(36) Se é verdade que José tem filhos, então todos os filhos de José são calvos.

(37) Se Pedro conseguiu beijar Cecília, então ele vai beijá-la de novo.

(38) Se Antônio é casado, então sua esposa não vive mais com ele.

Assim, para qualquer sentença *S*, do tipo "Se *A*, então *B*", as pressuposições de *S* precisam satisfazer duas condições: "(a) se *A* pressupõe *C* (*A* >> *C*), então *S* pressupõe *C* (*S* >> *C*)" e "(b) se *B* pressupõe *C* (*B* >> *C*), então *S* pressupõe *C* (*S* >> *C*), a menos que *A* acarrete semanticamente *C* (*A* ⊩ *C*)" (Karttunen, 1973: 178).

Essas duas condições para as pressuposições das condicionais também servem como condições para as pressuposições das conjunções. Assim, as sentenças (39), (40), (41) e (42) se comportam, em relação às suas pressuposições, exatamente do mesmo modo que as sentenças (32), (33), (34) e (35); ou seja, apenas (41) não compartilha de todas as pressuposições de suas encaixadas.

(39) A calvície é hereditária e todos os filhos de José são calvos.

(40) Todos os filhos de José são calvos e a calvície é hereditária.

(41) José tem filhos e todos os filhos de José são calvos.

(42) Todos os filhos de José são calvos e José tem filhos.

As sentenças (36) e (37), com seus conectivos devidamente substituídos pela conjunção, também apresentariam este mesmo comportamento.

E, ainda que Karttunen não tenha mencionado essa possibilidade, esses parâmetros poderiam explicar também o funcionamento seqüencial da conjunção "e", que, nas línguas naturais, impede que as sentenças (43) e (44) possam ser sempre consideradas paráfrases uma da outra, como era de se esperar, caso a conjunção nas línguas naturais se comportasse como a conjunção lógica.

(43) O pistoleiro montou em seu cavalo e saiu.

(44) O pistoleiro saiu e montou e seu cavalo.

Para a disjunção, finalmente, Karttunen sugere que a restrição à assimilação da pressuposição da segunda encaixada envolva um acarretamento semântico causado pela negação da primeira; as condições para as pressuposições das disjunções seriam, então: "(a) se A >> C, então S >> C" e "(b) se B >> C, então S >> C, a menos que [~A] ⊩ C" (Karttunen 1973: 181). Em sentenças como (45), (46) e (47), que envolvem as mesmas sentenças encaixadas de (36), (37) e (38), encontramos o mesmo comportamento - ou seja,

a pressuposição da segunda encaixada é cancelada - quando se troca seus conectivos e se nega a primeira encaixada.

(45) Ou é falso que José tem filhos, ou todos os filhos de José são calvos.

(46) Ou Pedro não conseguiu beijar Cecília, ou ele vai beijá-la de novo.

(47) Ou Antônio não é casado, ou então sua esposa não vive mais com ele.

Aqui, ao contrário do que foi feito para os factivos e para os implicativos, não parece possível propor nada, em relação à representação lexical desses predicados, além de uma simples marcação de traços que indiquem quando um predicado é do tipo tampa, furo ou filtro. Nesse sentido, apenas um traço, que poderíamos chamar de [opaco], bastaria; quando um predicado fosse marcado positivamente para esse traço (+[opaco]), ele seria do tipo tampa, e não permitiria que nenhuma das pressuposições da encaixada se tornem pressuposições da sentença completa; quando o predicado fosse marcado negativamente (-[opaco]), ele seria do tipo furo, e aceitaria todas as pressuposições da encaixada; quando o predicado não fosse marcado para esse traço,[80] então ele seria do tipo filtro, e ele estaria sujeito às condições para esse tipo de predicado.[81] Nesse último caso, talvez fosse preciso pelo menos mais um traço, para distinguir os três tipos de filtros. Uma outra solução seria considerar a distinção entre esses predicados sintática, e não semântica, de forma que pudéssemos utilizar a teoria montagueana para dar conta deles sem recorrer a traços semânticos; é justamente esse tipo de solução que aparece no artigo que veremos a seguir.

---

[80] O uso que se faz aqui do conceito de marcação não é canônico, em que se mencionam apenas os "marcado" e "não-marcado"; a introdução da noção de "negativamente marcado", porém, em oposição a "positivamente marcado" e "não-marcado", não deixa de ser uma exploração matematicamente possível para ele.

[81] Poderíamos imaginar algumas outras maneiras de resolver esse problema, usando este mesmo raciocínio; se considerarmos que o traço determina três estados possíveis (completamente desativado: permitindo que todas as pressuposições da encaixada sejam pressuposições da composta; completamente ativado: bloqueando todas as pressuposições da encaixada, e parcialmente ativado: submetendo o cancelamento a condições) de um filtro, poderíamos chamar o traço de [pressuposição]. Assim, um predicado não marcado em relação a esse traço não teria o filtro ativado; um predicado com esse traço marcado negativamente (-[pressuposição]) teria o filtro completamente ativado; finalmente, quando o predicado tivesse o traço marcado positivamente, o filtro seria ativado apenas em condições determinadas. A definição da melhor solução poderia envolver ou um critério de freqüência, do tipo: o caso mais freqüente corresponde ao não-marcado, ou um critério cognitivo, do tipo: a operação com menor latência seria a não-marcada, ou mesmo ambos.

3.3 Karttunen & Peters

3.3.1 Implicatura convencional

Para Karttunen & Peters,

> as pressuposições constituem um aspecto do significado diferente da espécie de conteúdo semântico que é o principal objetivo de uma semântica comum de condições de verdade.
>
> Nós não temos nenhuma restrição quanto à idéia de se reconhecer aspectos do significado distintos das condições de verdade; pelo contrário, nós estamos convencidos de que isto é inevitável. Mas nós discordamos enfaticamente da perspectiva segundo a qual tudo o que foi chamado de pressuposição seja instância do mesmo fenômeno. Nós acreditamos que uma grande parte de diferentes coisas foram amontoadas sob um único rótulo e que este fato é, mais do que qualquer outro, responsável pela contínua controvérsia sobre como analisar as pressuposições. Para resolver isto, nós nos propomos a fazer algo mais sensato, que é a separação dessa coleção heterogênea e a alocação dos casos particulares em outras categorias de fenômenos, tais como a das implicaturas conversacionais generalizadas e particularizadas (Grice, 1975), a das condições preparatórias para os atos de fala (Searle, 1969), e a das implicaturas convencionais. [Karttunen & Peters 1979: 1-2]

Para essa "limpeza" epistemológica, os autores começam pelos chamados condicionais contrafatuais, ou condicionais subjuntivos, como eles preferem. Esses condicionais, segundo autores como Lakoff (1970), se caracterizariam por pressupor a falsidade do antecedente; em todos os exemplos que Karttunen & Peters apresentam desses contrafatuais, tanto o antecedente (com um auxiliar de passado) como o conseqüente (com um auxiliar de futuro) se encontram na forma subjuntiva, como a sentença (1), que é discutida no artigo.

(1) *If it were raining outside, the drumming on the roof would drown out our voices.*

Para eles, "em várias situações conversacionais o ouvinte está autorizado a assumir, ao ouvir a sentença (1), que o falante considera o antecedente falso. No entanto, é um erro concluir, a partir desta observação, que este fato deva ser registrado pela descrição semântica desta sentença em particular, e que deva existir uma regra gramatical que a efetue" (Karttunen & Peters, 1979: 4). Na verdade, a sentença (1) se comporta como qualquer condicional comum: para que ela exprima a falsidade do antecedente, como em

todo *modus tollens*, é preciso que seu conseqüente também seja falso; assim que a sentença (1) é escutada pelo ouvinte, ela encontra um contexto que, ao colaborar com a negação do conseqüente, sustenta a dedução da negação do antecedente pelo *modus tollens*. Assim, os condicionais contrafatuais seriam casos de implicaturas conversacionais particularizadas, já que dependem do contexto e das máximas conversacionais, de forma que

> quando o proferimento de uma sentença subjuntiva condicional indique a falsidade do antecedente, esta conclusão por parte do ouvinte é induzida pela necessidade de reconciliar o fato, evidente no contexto do proferimento, de que o conseqüente é falso com a suposição de que o falante está observando as máximas griceanas da conversação - em particular, a máxima "Fale a verdade!" Por outro lado, quando se profere uma sentença condicional subjuntiva em um determinado contexto que indica a crença do falante na possibilidade do antecedente ser verdadeiro, está conclusão é necessária para que o ouvinte reconcilie a suposição de que o falante esteja observando a máxima griceana "Seja relevante!" com o que se sabe sobre a verdade do conseqüente da sentença proferida. [Karttunen & Peters 1979: 6]

Outro caso mencionado pelos autores de tratamento pressuposicional através de critérios distintos do anterior é o da análise que Fillmore (1972) apresenta para os verbos de julgamentos. Segundo essa análise, um verbo como "*criticize*" na sentença (2) determina a pressuposição de uma sentença como (3).

(2) *John criticized Harry for writing the letter.*

(3) *Harry is responsible for writing the letter.*

No entanto, alegando a cancelabilidade de (3) com (4), os autores qualificam a relação entre (2) e (3) como uma implicatura conversacional generalizada.

(4) *John criticized Harry for writing the letter. Since the letter was actually written by Mary, it was quite unfair of John.*

A utilização na sentença (2) do verbo "*criticize*", que não pode ser usado performativamente como os outros verbos de julgamento,[82] estaria sujeita a um princípio de confiança entre os falantes - atribuído a Lewis (1969) - que, na ausência de indícios contrários como em (4), faz o interlocutor supor que o ato de fala relatado em (2) - ou seja, a crítica de João por

[82] Parece que ao afirmar que "ao contrário de alguns outros verbos de julgamento, ele [*criticize*] não pode ser usado performatiamente", Karttunen & Peters (1979: 10) podem estar cometendo uma incoerência, pois eles parecem supor que as características de "*criticize*" devem valer para todos os verbos de julgamento, já que eles deixam "para o leitor aplicar um tratamento similar aos outros" (Karttunen & Peters, 9). No entanto, como uma afirmação categórica dessa incoerência exigiria um grande trabalho (tanto em relação ao que é dito e o que é sugerido pelo discurso dos autores, quanto em relação à análise efetiva dos outros verbos de julgamento), deixo a questão em aberto.

Harry ter escrito uma carta - se efetivou;[83] conseqüentemente, sua condição preparatória - o fato de Harry ser responsável por aquilo que João está criticando - também precisa ser satisfeita. Dessa maneira é que a utilização da sentença (2) nos impõe que Harry tenha escrito uma carta, mas a sentença (4) não.

Depois de apresentar esses dois exemplos de usos distintos do conceito de pressuposição, Karttunen & Peters passam a apresentar um caso evidente de implicatura convencional, para o qual eles sugerem um tratamento pressuposicional que envolve uma formalização de tipo montagueno. Segundo os autores,

> Um grande grupo de casos daquilo que tem sido chamado de pressuposição é na verdade exemplo de implicatura convencional. Os exemplos mais evidentes estão associados a partículas como *too*, *also*, *even*, *only*, *only* etc. Esta classe também inclui as pressuposições de certos verbos factivos, como *forget*, *realize*, *take into account* etc., e as que acompanham verbos implicativos como *manage* e *fail*. As pressuposições das construções pseudo-clivadas e das clivadas também parecem um genuíno caso de implicatura convencional. [Karttunen & Peters 1979: 11]

E o caso paradigmático sugerido por eles é o de "*even*", na sentença (5), que já para Stalnaker (1974), ainda segundo Karttunen & Peters, não interfere nas condições de verdade da sentença em que ele aparece; no entanto, sua utilização nos permite inferir proposições que não estavam relacionadas com a mesma sentença sem "*even*". Dessa forma, quanto às condições de verdade, as sentenças (5) e (6) são equivalentes, mas apenas (5) implica (7) e (8).

(5) *Even Bill likes Mary.*

(6) *Bill likes Mary.*

(7) *Other people besides Bill like Mary.*

(8) *Of the people under consideration, Bill is the least likely to like Mary.*

Para dar conta desse outro aspecto do significado, distinto das condições de verdade, Karttunen & Peters sugerem que as operações de tradução semântica associem cada expressão lingüística não apenas a uma única expressão da lógica intensional, que em Montague exprime as suas condições de verdades, mas sim a um par ordenado de expressões também da lógica intensional que expressariam, cada uma delas, as condições de verdade e as implicaturas convencionais.

---

[83] O termo original é "*was felicitous*".

Seguindo essas sugestões, que são adicionadas à Regra 8 de Montague, e as estipulações para "*fail to*" e "*arrive*", os autores atribuem a um predicado como "*fail to arrive*" duas expressões intensionais:

(9) $fail\text{-}to\text{-}arrive^{e} = \hat{}fail\text{-}to^{e}(\hat{}arrive^{e})$

(10) $fail\text{-}to\text{-}arrive^{i} = \lambda x[fail\text{-}to^{i}(x,\hat{}arrive^{e}) \,\&\, fail\text{-}to^{h}(x,\hat{}arrive^{i})]$

Nas expressões (9) e (10), os índices *e* e *i* representam as traduções das expressões, respectivamente, para condições de verdade e para implicaturas convencionais - ou seja, α^{e} deve ser lido como "as condições de verdade da expressão α", e α^{i} como "as implicaturas convencionais da expressão α".

Já o índice *h* tem uma motivação um pouco diferente, e parece implementar nesse formalismo as estipulações que antes foram chamadas por Karttunen (1973) de "tampas, furos e filtros"; ao contrário das condições de verdade, as implicaturas convencionais (como antes as pressuposições) não estão sujeitas a um único processo cumulativo, e sim a três tipos de operações de transferência, que juntas definem o que tem sido chamado de "problema da projeção".

Assim, sentenças como (11), (12) e (13) apresentam implicaturas convencionais distintas, já que os predicados "*forget*", "*hope*" e "*tell*" se comportam de maneiras distintas em relação à projeção. Em (11), que apresenta na principal um predicado de tipo furo, todas as implicaturas convencionais da encaixada são herdadas; já em (13), que contém um predicado de tipo tampa, nenhuma das implicaturas convencionais da encaixada são transferidas à principal; em (12), por outro lado, a transferência das implicaturas convencionais da encaixada para a principal só pode ser feita através de uma operação que atribui não mais ao falante, e sim ao sujeito da principal, a crença nessas implicaturas.[84]

(11) *John forgot that Mary failed to arrive.*

(12) *John hoped that Mary failed to arrive.*

(13) *John told that Mary failed to arrive.*

Esse comportamento distinto dos três tipos de predicados é que motiva Karttunen & Peters a estabelecer esse índice *h* para uma parte da expressão que traduz as implicaturas

[84] O conceito original de filtro envolve apenas a noção de separação, como já vimos; no entanto, lembrando que a função dos filtros é a de estabelecer certas condições a serem obedecidas, essa noção não é incompatível com essa mudança de foco de crença entre os falantes - ou seja, ao invés de um filtro apenas seletivo, como era estipulado por Karttunen (1973), a idéia de filtro poderia englobar também as operações de adequação. Mas isso ainda não passa de uma especulação, e não há nada nas propostas de Karttunen que permita interpretá-la dessa maneira.

convencionais e que define, através de postulados de significado, como cada um deles herda as implicaturas convencionais de seus argumentos, além daquelas que já lhe caberiam normalmente.

Voltando então ao predicado *fail to arrive*, e principalmente à sua tradução em termos de implicatura convencional, já que a parte das condições de verdade não difere do tratamento montagueano, em (10) essa tradução é composta de duas partes: a das implicaturas convencionais - $fail\text{-}to^{i}(x,\hat{}arrive^{e})$ - e a do controle de suas projeções - $fail\text{-}to^{h}(x,\hat{}arrive^{i})$. Aplicando-se os postulados de significado (14)[85] e (15), sugeridos pelos autores para essas duas expressões, chega-se também a duas conclusões: 1) ou se tentou chegar ou a chegada era esperada por alguém (16), e 2) todas as implicaturas convencionais da chegada continuam válidas mesmo que ela não tenha se concretizado (17).

(14) $\hat{}fail\text{-}to^{i} = \hat{}\lambda P\lambda x[try\text{-}to^{e}(x,P)\ \vee^{v} y\ expect\text{-}that^{e}(y,\hat{}WP\{x\})]$

(15) $\hat{}fail\text{-}to^{h} = \hat{}\lambda P\lambda x P\{x\}$

(16) $\hat{}\lambda x[try\text{-}to^{e}(x,\hat{}arrive^{e})\ \vee^{v} y\ expect\text{-}that^{e}(y,\hat{}Warrive(x)]$

(17) $\hat{}\lambda x[arrive(x)]$

A partir daí, os autores utilizam essas mesmas ferramentas para analisar a partícula "*even*" e as sentenças compostas; no entanto, como o que já foi discutido parece suficiente para compreender principalmente o tratamento lexical que Karttunen & Peters sugerem para a pressuposição (ou implicatura convencional, como eles preferem), não nos alongaremos nesses detalhes e passaremos diretamente à avaliação dessa proposta e de seu aproveitamento para os objetivos desta dissertação.

3.3.1.1 Implicatura convencional e representação da pressuposição

A solução de Karttunen & Peters, atribuindo alguns dos fenômenos que têm sido reconhecidos como pressuposição a categorias como a das implicaturas, esbarra numa complicação metodológica pois, ao contrário do que eles afirmam, o conhecimento sobre as implicaturas não é assim tão sólido; para Saddock (1978: 282),[86] por exemplo,

> a classe das implicaturas é definida negativamente como: o que é veiculado menos o que é dito. O que ocorre normalmente é que as classes definidas negativamente

---

[85] O *W*, nesta notação, representa o tempo futuro, segundo a Regra 17 (Karttunen & Peters 1979: 51).

[86] Sobre o uso griceano do termo **dizer**, ver Grice (1975: 44; trad. port.: pp. 84-85); o termo **veicular**, usado na tradução deste trecho do artigo de Saddock, pretende abarcar todos os dois tipos de conteúdos que uma enunciação pode transmitir: 1) o que é explicitamente expresso (para Grice, aquilo que é dito), e 2) o que não é explicitamente expresso (para Grice, aquilo que é implicado).

> não são classes uniformes; sua única propriedade comum, que a define, é a de que nenhum dos membros daquela classe possui uma determinada propriedade. Eu suspeito que isto também seja verdadeiro para a classe das implicaturas de Grice.

O próprio Grice (1975: 44-45) apresenta um caso de implicatura convencional que não nos parece ser um exemplo incontestável; segundo ele, a enunciação da sentença "Ele é um inglês; ele é, portanto, um bravo" compromete seu falante com o fato da bravura ser uma conseqüência da naturalidade britânica do indivíduo sobre o qual se está falando. No entanto, essa conseqüência não foi dita (ou seja, não foi expressa explicitamente pelo significado convencional das palavras), mas apenas implicada convencionalmente; apesar de Grice não nos explicar porque ele classifique esta implicatura como convencional, e não como conversacional, supomos que ele acreditasse que ela não pudesse ser calculada, pois

> a presença de uma implicatura conversacional deve poder ser deduzida, elaborada; pois, ainda que possa ser intuitivamente compreendia, se a intuição não for substituída por um argumento, a implicatura (se presente) não contará como implicatura CONVERSACIONAL; será uma implicatura CONVENCIONAL. [Grice, 1975: 50; trad. port.: p. 92].

Contudo, pode-se analisar a enunciação dessa sentença como tendo a forma de um silogismo categórico,[87] cuja premissa não expressa pode ser recuperada por uma implicatura conversacional, da seguinte maneira: com a enunciação da sentença acima, foi dito apenas que, por ser inglês, um determinado indivíduo é bravo; para que essa enunciação seja uma argumentação relevante (respeite a máxima da relação, Grice 1975: 46) é preciso considerar que o falante esteja se comprometendo com a premissa "Todo inglês é um bravo" (que pode ser reconstruída, pois seus termos médio e maior aparecem na premissa e na conclusão, que foram expressas) que torna e enunciação um silogismo categórico; caso não haja evidências de que o princípio de cooperação não esteja sendo respeitado, pode-se considerar que o fato de todo inglês ser um bravo seja uma implicatura conversacional da enunciação da sentença "Ele é um inglês; ele é, portanto, um bravo".

Outra restrição metodológica que poderia ser apontada, principalmente a partir de uma semântica formal, é a de que os teóricos que recorrem às implicaturas não apresentam um procedimento explícito que garanta sua calculabilidade; essa característica dedutiva das implicaturas foi estipulada pelo próprio Grice (1975: 50), mas ele mesmo não chegou a definir o procedimento para o seu cálculo: ele só nos apresenta as condições que determinam a necessidade desse cálculo e alguns exemplos da relação entre as implicaturas e as condições gerais que as especificam, sem apresentar uma função que formalize essa relação.

---

[87] Para a definição de silogismo categórico e dos termos que o compõem, ver Nolt & Rohatyn (1988: 228 (trad. port.)).

Mesmo descontando-se essa dificuldade teórica, e se nos ativermos apenas no aspecto técnico dessa solução, ela apresenta também algumas dificuldades sobre a questão das fronteiras entre a semântica e a pragmática e sobre a modularidade do processamento lingüístico, em particular, e cognitivo, em geral. Ao postular uma solução que não envolve diretamente nem condições de verdade, de ordem semântica, nem condições tipicamente pragmáticas - como o princípio de cooperação e as máximas conversacionais de Grice, as condições de adequação de Austin ou as condições preparatórias de Searle - e, principalmente, ao exigir de seu formalismo que ele contenha duas expressões da lógica intensional, uma com as condições de verdade e outra com as implicaturas convencionais,[88] Karttunen & Peters estão definindo um nível intermediário abstrato de análise que deve estar sujeito ao famoso princípio da navalha de Occam; a primeira questão que se coloca é a da necessidade desse tipo de análise: será que não há forma mais simples, sem recorrer à noção de implicatura convencional ou ao menos às duas expressões intencionais, de explicar os mesmos fatos? Já do ponto de vista cognitivo, uma outra questão que se poderia colocar é: será que os indivíduos de alguma forma realmente manipulam mais de uma expressão intensional?[89]

Essa solução, por outro lado, não parece incompatível com a sugestão de se tratar a pressuposição como contra-escopo, expressa pelas chaves, feita acima. Ainda que os autores não afirmem, uma das vantagens em se postular duas expressões é a de que elas passam a ser independentes em relação a operações lógicas como a negação, por exemplo; assim, ainda sobre a negação, pode-se assumir "que as sentenças negativas compartilham todas as implicaturas convencionais de sua contraparte afirmativa" (Karttunen & Peters 1979: 46) - ou seja, funcionam como furos e apresentariam um postulado de significado como (18), de forma que a negação não afetaria as implicaturas convencionais, do mesmo modo que ela não afeta a pressuposição.

(18) $\hat{}not^{h} = \hat{}\lambda P \lambda x P\{x\}$

---

[88] E aí poderíamos nos perguntar: por que não uma outra expressão para as implicaturas conversacionais, outra ainda para as condições de adequação, e mais uma para as condições preparatórias, e assim por diante? No entanto, essa questão não é abordada pelos autores, e se a estamos mencionando qui não é para alegar a inadequação dessa multiplicação de níveis de análise, e sim para lembrar a necessidade de se determinar uma hierarquização entre esses níveis quando se os multiplica.

[89] Como se poderia alegar que minha indagação não é adequada, já que esse tipo de formalismo não pretende descrever fenômenos cognitivos concretos, e sim apenas fenômenos semânticos abstratos, insisto no fato de que essa dissertação pretende justamente especular sobre possíveis condições determinantes do funcionamento cognitivo; enquanto solução para uma questão semântica, qualquer análise se apresenta como possível candidata a modelo do processamento lingüístico, ainda que à sua revelia.

Por isso, acreditamos ser possível conjugar essa análise da pressuposição como implicatura convencional com a nossa sugestão de pressuposição enquanto contra-escopo, representada pelas chaves, obtendo-se uma representação semântica como (19) para a expressão lingüística α, que apresenta uma única expressão intensional, ao invés da proposta de Karttunen & Peters, em (20).[90]

(19) $\alpha^e \{\alpha^i\}$

(20) $<\alpha^e; \alpha^i>$

3.4 Conclusão

Apesar das diferenças entre si, o que se pode perceber de comum em todas as três propostas (Kiparsky & Kiparsky 1970, Karttunen 1971 e 1973, e Karttunen & Peters 1979) para descrever ou explicar a pressuposição é a constatação da impossibilidade de sua atribuição às condições de verdade; mais do que isso, pode-se mesmo perceber uma linha evolutiva a partir deste afastamento entre pressuposição e condição de verdade, desde a primeira proposta, onde se afirmava que as sentenças veiculavam dois tipos de informação - a asserção e a pressuposição (Kiparsky & Kiparsky 1970, e Fillmore 1969 e 1971) - sem se determinar como, até a sugestão de formalização montagueana (Karttunen & Peters 1979), em que cada uma dessas informações corresponde a uma expressão intensional gerada por regras do algoritmo que atribuem automaticamente às expressões lingüísticas pares ordenados dessas expressões intensionais.

Uma das conseqüências desse afastamento foi a conclusão de que a pressuposição era mesmo um fenômeno pragmático, de forma que atualmente quase todas as abordagens à questão da pressuposição partem incondicionalmente de explicações pragmáticas. No entanto, se considerarmos que são necessárias duas operações para se chegar efetivamente a um valor de verdade para um proferimento - primeiro estabelecer as condições de verdade, que cabe à semântica, para só depois atribuir o valor de verdade, o que é feito pela pragmática - como fizemos no capítulo 2.3.3, podemos ainda explicar uma boa parte dos

[90] As expressões (19) e (20) poderiam parecer, à primeira vista, variantes notacionais; contudo, uma grande diferença em relação ao tipo de processamento envolvido as separa: a primeira é composta de uma única expressão intensional, enquanto que a segunda é composta de um par ordenado dessas expressões. Além disso, não compartilhamos da crença de que existam variantes notacionais - nos parece bastante raro alguma variação na notação que não envolva uma diferença pelo menos de processamento.

fenômenos pressuposicionais, que antes eram considerados pragmáticos, como sendo essencialmente semânticos.

Essa conclusão parece estar, inclusive, de acordo com as sugestões de Carnap (1958: 16) para quem

> investigar uma certa sentença a fim de estabelecer seu valor-de-verdade. O procedimento necessário para isso pode ser dividido em duas etapas. De início, evidentemente, devemos entender a sentença; portanto, a primeira etapa exige que se estabeleça o significado da sentença. Aqui, duas considerações são pertinentes: por um lado, precisamos conhecer os significados dos vários signos que aparecem na sentença (estes significados podem talvez ser dados por uma lista de regras de siginificado, organizadas sob a forma de um dicionário, por exemplo); e por outro lado, precisamos conhecer a forma da sentença, ou seja, o padrão pelo qual os signos estão relacionados. A segunda etapa de nosso procedimento consiste na comparação daquilo que a sentença diz com o estado efetivo de coisas a que a sentença se refere. O significado da sentença determina que coisas devem ser levadas em consideração, ou seja, quais objetos, e propriedades ou relações destes objetos etc. Através da observação (entendida no sentido mais amplo), definimos como estas coisas estão, ou seja, quais são os fatos; então comparamos estes fatos com o que é enunciado de acordo com a sentença. Se estes fatos são como a sentença diz ser, então a sentença é verdadeira; senão, é falsa.

Segundo esse perspectiva, poderíamos esperar explicar os comportamentos das sentenças que apresentam pressuposição semântica apenas a partir do seu arranjo sintático e da especificação de como cada item lexical colabora para as condições de verdade; o que estamos postulando aqui nesta dissertação é a possibilidade de que a pressuposição semântica seja efeito de um operador de bloqueamento de escopo - chamado aqui de contra-escopo - introduzido pelo sentido de certos itens lexicais, como pretendemos ter demonstrado ao longo de quase todo este capítulo.

Para concluir, ainda que aparentemente afastando-se da questão principal sobre a representação da pressuposição nos itens lexicais, é preciso observar que esse operador pode ainda ser introduzido por certas operações sintáticas, como a clivagem, que reconhecidamente também introduzem pressuposição. Assim, para uma sentença como (1), sugerimos uma representação semântica[91] como (2), que depois de passar por simplificações[92] resulta em (3), como é regularmente atribuída pela Lógica e que é a mesma representação que esperaríamos para as paráfrases de (1), em (4) e (5).

(1) Foi o João que estacionou o carro.

---

[91] Como aqui estamos interessados exclusivamente na pressuposição, outras questões - como o tempo das sentenças, por exemplo - não aparecerão em nossas representações.

[92] A única regra especial para essa simplicifação, que já não está em manuais de introdução à Lógica, é a de absorção do contra-escopo - "$a\ \{b\} = a\ \&\ b$".

(2) X = joão {estacionar(X,carro)}

(3) estacionar(joão,carro)

(4) Quem estacionou o carro foi o João.

(5) O João estacionou o carro.

Para a negação de (1), em (6), teríamos então (7), que depois de também passar por simplificações,[93] resultaria em (8); dessa vez, no entanto, (8) não é representação adequada para (10), como era de se esperar, mas sim de (9), que introduz a mesma pressuposição que (1) e (4) - ou seja, "alguém estacionou o carro".

(6) Não foi o João que estacionou o carro.

(7) ~[X = joão {estacionar(X,carro)}]

(8) estacionar(X,carro) & X ≠ joão

(9) Quem estacionou o carro não foi o João.

(10) João não estacionou o carro.

Com essa discussão sobre o contra-escopo, esperamos ter indicado as novas possibilidades que ela nos oferece não só para a representação semântica dos itens lexicais, mas de toda a sentença, e que não encontramos em nenhum dos textos lidos para a elaboração dessa pesquisa.

E, finalmente, essa possibilidade de tratar a pressuposição como contra-escopo, discutida neste capítulo, e a necessidade de um terceiro valor de verdade, discutida no capítulo anterior, nos parecem ser questões importantes para a determinação dos mecanismos cognitivos envolvidos no processamento de sentenças com pressuposição. Como veremos no próximo capítulo, essas questões foram quase que completamente desconsideradas em experimentos de tipo psicolingüísticos que tentaram determinar essa natureza cognitiva da pressuposição.

---

[93] Para essa simplificação, agora, além da especificação feita na nota anterior, é preciso ainda estipular a precedência a operação de negação sobre a de contra-escopo - ou seja, numa fórmula como "~[*a* {*b*}]", efetuamos primeiro a negação, obtendo "~[*a*] {*b*}", e depois a contra-escopo, chegando à "~*a* & *b*". A inversão da ordem entre os argumentos do operador &, e a equivalência entre a diferença e a negação da igualdade ("~[*X* = *a*] ≡ [*X* ≠ *a*]") pdem ser encontradas em qualquer desses manuais de introdução à Lógica.

4. Perspectivas para a pressuposição em Ciências Cognitivas

4.1 Dois experimentos psicolingüísticos

Com base na fundamentação lógico-filosófica e lingüística sobre a pressuposição, espera-se, com a resenha de dois experimentos psicolingüísticos, poder discutir, por um lado, questões práticas em relação à elaboração dos experimentos e, por outro, questões teóricas que determinam essa elaboração.

Espera-se, com isso, poder colaborar, ainda que a partir de um ponto de vista diferente do da psicologia experimental, com questionamentos metodológicos e teóricos que sejam relevantes para possíveis elaborações posteriores de experimentos desse tipo, em especial os de pressuposição.

4.1.1 Pressuposição e Inferência em um Experimento Off-Line

Harris (1974: 628) relata um experimento psicolingüístico onde "duas hipóteses rivais para os valores de verdade dos complementos sentenciais das sentenças complexas são desenvolvidas e testadas".

A primeira delas, que o autor chamou de Hipótese Lógico-Lingüística, é derivada dos estudos sobre os predicados factivos (Kiparsky & Kiparsky 1970), e sobre os predicados implicativos (Karttunen 1971), e que já foram aqui resenhados;[94] segundo essa hipótese, devido à dependência dos valores de verdade desses predicados em relação a seus componentes, pode-se prever os valores de algumas combinações apenas (ver Tabela 1).

---

[94] Sobre os factivos, ver o capítulo 3.1.1, acima; quanto aos implicativos, ver o capítulo 3.2.1, acima.

A segunda hipótese, chamada de Inferencial, segue os padrões das "inferências convidadas" (Geis & Zwicky 1971), em que se prevê os valores de todas as combinações; as inferências convidadas seriam "uma classe especial de 'implicaturas', na terminologia do filósofo H. Paul Grice [...], ainda que elas sejam claramente distintas das 'implicaturas conversacionais'" (Geis & Zwicky 1971: 565).[95] Assim, obteríamos a Tabela 1.

Tabela 1 - Previsões lógico-lingüística e inferencial (Harris 1974: 629)

Predicado	Combinação	H. Lógico-Lingüística	H. Inferencial
Factivo	+ +	V	V
	+ -	F	F
	- +	V	V
	- -	F	F
Contrafactivo	+ +	F	F
	+ -	V	V
	- +	F	F
	- -	V	V
Não-factivo	+ +	?	V
	+ -	?	F
	- +	?	V
	- -	?	F
Implicativo	+ +	V	V
	+ -	F	F
	- +	F	F
	- -	V	V
Implicativo Negativo	+ +	F	F
	+ -	V	V
	- +	V	V
	- -	F	F
Se	+ +	V	V
	+ -	F	F
	- +	?	F
	- -	?	V
Se Negativo	+ +	F	F
	+ -	V	V
	- +	?	V
	- -	?	F
Apenas Se	+ +	?	V
	+ -	?	F
	- +	F	F
	- -	V	V

[95] Como a inferência convidada não é uma implicatura conversacional, ela só poderia ser uma implicatura convencional; no entanto, os autores não chegam a afirmar isso explicitamente. Há ainda outra controvérsia em relação a esses termos, já que Grice (1975), por sua vez, não chega a opor explicitamente "implicatura" e "implicação", dando margem à possibilidade de associar implicação a implicatura convencional, de forma que as inferências convidadas seriam novamente igualadas à implicação; mas essa controvérsia exigiria uma interpretação mais cuidadosa dessas questões, que fogem aos objetivos dessa dissertação.

Na coluna "combinação" estão as possibilidades de polaridade dos dois predicados que aparecem nas construções de tipo factivo ou implicativo: o da principal, responsável pela inferência, e o da subordinada; o primeiro sinal representa a principal, e o segundo a subordinada. Os símbolos + e - representam, respectivamente, afirmativo e negativo; assim, + - significa: verbo da principal na afirmativa e verbo da subordinada na negativa, e assim por diante. Os símbolos V e F representam, por sua vez, os valores verdadeiro e falso.

Para a coleta dos dados, Harris elaborou sentenças com quatro verbos de cada um dos seis tipos, nas quatro combinações entre afirmação e negação, da forma "SN - $V_{passado}$ - S". Os verbos usados foram: *realize*, *regret*, *be happy* e *take into account* (factivos); *pretend*, *make believe*, *wish* e *dream* (contrafactivos); *say*, *believe*, *answer* e *claim* (não-factivos); *manage*, *happen*, *get* e *take the trouble* (implicativos); *fail*, *avoid*, *forget to* e *refrain from* (implicativos negativos); *force*, *compel*, *scare into* e *trick into* (se); *prevent*, *keep from*, *exclude* e *be impossible* (se negativos); e *be able*, *have the time*, *have the chance* e *be in a position* (apenas se).[96]

Com essas sentenças, foram preparadas oito listas de 32 sentenças que continham apenas uma ocorrência de cada um dos 32 verbos em um dos 32 padrões. Essas oito listas foram gravadas em fitas de áudio e apresentadas em três situações. Na primeira situação, que o autor chamou de "condição de compreensão", oito grupos de oito indivíduos julgaram o valor de verdade da subordinada (S) logo após a apresentação de cada sentença da lista; na segunda situação, que recebeu o nome de "condição de memória", outros oito grupos, também de oito indivíduos cada, julgaram o valor de verdade da subordinada só quando todas as sentenças das listas já tinham sido ouvidas; e a terceira situação, finalmente, chamada de "probabilidade subjetiva", oito grupo de três indivíduos apenas foram solicitados a dar, também logo após a audição de cada sentença, uma nota de 0 a 1 que refletisse seu grau de certeza de falsidade ou veracidade da subordinada - ou seja, para sentenças seguramente verdadeiras o indivíduo deveria atribuir a nota 1, para as seguramente falsas a nota atribuída deveria ser 0; para os casos de incerteza total, o indvíduo deveria atribuir a nota 0,50. Os resultados obtidos por este experimento de Harris está na Tabela 2.

---

[96] Os verbos a que Harris chama de "se", "se negativo" e "apenas se" correspondem, respectivamente aos implicativos que são: (a) condição suficiente para a afirmação do complemento ("v(S) é uma condição suficiente para S" (Karttunen 1971: 357)), (b) condição suficiente para a negação do complemento (v(S) é uma condição suficiente para ~S), e (c) condição necessária para a afirmação do complemento ("v(S) é condição necessária para S" (Karttunen 1971: 356)); quase todos os verbos implicativos usados no experimento foram tirados das listas apresentadas no artigo de Karttunen (1971) - com excessão dos "se negativos", de cuja lista Harris não aproveitou *dissuade*, o único verbo além de *prevent*.

Tabela 2 - Quantificação dos dados do experimento de Harris (1974: 631)

Predicado	Combinação	Condição de memória			Condição de compreensão			Probabilidade Subjetiva Média
		V	F	?	V	F	?	
Factivo	+ +	59	03	02	62	00	02	0,93
	+ -	06	56	02	01	62	01	0,01
	- +	48	08	08	59	01	04	0,87
	- -	14	38	12	07	52	05	0,21
Contrafactivo	+ +	17	28	18	04	40	20	0,24
	+ -	30	18	16	37	08	19	0,59
	- +	22	28	14	10	18	36	0,44
	- -	30	18	16	35	06	23	0,58
Não-factivo	+ +	44	10	10	23	02	39	0,65
	+ -	13	41	10	03	31	30	0,26
	- +	28	17	19	08	04	52	0,45
	- -	27	17	20	14	09	41	0,58
Implicativo	+ +	58	04	02	60	01	03	0,99
	+ -	04	52	08	00	62	02	0,19
	- +	10	49	05	05	57	02	0,06
	- -	31	16	17	52	09	03	0,72
Implicativo Negativo	+ +	03	56	05	00	62	02	0,01
	+ -	30	28	06	49	13	02	0,74
	- +	47	09	08	60	02	02	0,85
	- -	33	18	12	42	17	05	0,53
Se	+ +	53	09	02	58	00	06	0,87
	+ -	08	51	05	02	60	02	0,05
	- +	13	38	13	06	27	31	0,37
	- -	23	16	25	35	09	20	0,69
Se Negativo	+ +	19	41	04	00	64	00	0,05
	+ -	25	29	10	34	24	06	0,68
	- +	32	14	18	30	01	33	0,63
	- -	29	12	23	30	11	23	0,48
Apenas Se	+ +	44	05	14	18	05	41	0,67
	+ -	09	41	14	05	38	21	0,21
	- +	11	47	06	00	58	06	0,13
	- -	33	22	09	38	12	14	0,75

Recorrendo a uma análise estatística sugerida por R. Wijsman,[97] Harris conclui "que a Hipótese Inferencial prediz melhor a memória do que a Hipótese Lógico-Lingüística", mas

---

[97] A análise consistia em atribuir nota "1" se o teste tivesse sido respondido de acordo com a Hipótese Inferencial, "-1" se a resposta estivesse de acordo com a Hipótese Lógico-Lingüística, e "0" se a resposta não tivesse sido prevista por nenhuma das duas hipóteses. Se a média para o conjunto de testes de cada indivíduo fosse positiva, essa medida corroboraria a Hipótese Lógico-Lingüística; uma média negativa, por outro lado, corroboraria a Hipótese Inferencial; finalmente, se essa média estivesse próxima de zero, nenhuma das duas hipóteses seriam corroboradas. Os resultados dessa análise foram:

$CI_{mem} = -3.19 < \mu < -1.63$; $x = -2.41$

$CI_{comp} = 0.50 < \mu < 2.72$; $x = 1.61$;

onde "x" é a média.

"que a Hipótese Lógico-Linguística prediz os dados de compreensão melhor do que a Hipótese Inferencial" (1974: 632). Ainda segundo Harris, "parece que, em geral, os indivíduos decidiram sobre o valor de verdade das sentenças do teste com uma base mais lógica em relação à compreensão; mas com o tempo, há uma tendência maior de se avaliar esses valores de verdade inferencial ou probabilisticamente em relação à memória" (idem, ibdem).

Em uma análise mais minuciosa, por tipo de verbo, Harris conclui também que nas sentenças com os factivos, com os contrafactivos, com os implicativos, com os implicativos negativos e com algumas combinações dos outros tipos de verbos (os "se" + + e + -, os "se" negativos - + e - -, e os "apenas se" - + e - -), que apresentam os mesmos resultados em relação às duas hipóteses, os dados não apresentaram nenhuma grande discrepância; essa conclusão é válida pricipalmente para os factivos e os implicativos. No entanto, em duas combinações os dados apresentaram alguma inconsistência: os contrafactivos, na combinação - +, resultaram em uma avaliação indeterminada para o valor de verdade da subordinada, apenas na condição de compreensão; já os implicativos negativos, na combinação - -, resultaram, em ambas as condições, na atribuição do verdadeiro à subordinada, quando ambas as hipóteses previam a atribuição do falso.

Para os não-factivos, a conclusão é de que as condições de compreensão e de memória sustentam, respectivamente, as Hipóteses Lógico-Linguística e Inferencial; na condição de compreensão, contudo, pricipalmente nas combinações + + e + -, as respostas não-indeterminadas para o teste apontam para a Hipótese Inferencial. Para os verbos restantes, a conclusão é de que eles são melhor previstos pela Hipótese Inferencial, seguindo o padrão das inferências convidadas (Geis & Zwicky 1971).

A conclusão geral de todo o experimento é a de "que teorias de processamento de sentença devem reconhecer que a entrada lingüística é interpretada à luz de seu contexto, das representações dele armazenadas na memória e dos processos mentais ativados pela sentença. Neste conjunto dinâmico de uma situação de ato de fala particular, as distinções entre as inferências e as implicações ficam obscurecidas" (Harris 1974: 636).

4.1.1.1 Observações sobre as conclusões do experimento

A conclusão mais evidente sobre os resultados deste experimento de Harris, apesar do pouco controle, principalmente sobre os efeitos de "memória" sobre os resultados de

"compreesão",[98] é a de que as Hipóteses Lógico-Lingüística e Inferencial não são exatamente "rivais"[99], mas sim **concorrentes**. Ou seja, as duas hipóteses testadas não se excluem mutuamente; ao contrário, elas parecem colaborar, em momentos diferentes do processamento das sentenças, para a sua interpretação.

Assim, pode-se duvidar da generalização sobre os processos interpretativos das sentenças, mencionados no final da seção anterior, principalmente porque ela parece supor no máximo um processamento paralelo de alguns processos mentais superiores. No entanto, nada no experimento poderia impedir que se chegasse a outras duas conclusões para os mesmos resultados: 1) pode ser que os efeitos de compreensão e memória sejam resultado de um processamento seqüencial, que ocorre paralelamente a outros processamentos mentais - ou seja, o processamento mental seria constituído tanto de operações seriais como paralelas; ou 2) a interpretação das sentenças seria um processo exclusivamente serial, primeiro sujeita às operações lógico-lingüísticas, depois às inferenciais e só então disponível às "inter-relações entre os processos mentais superiores" (Harris 1974: 635).

Pode-se encontrar essa mesma idéia de dois níveis de atribuição de valor de significado na função que Frege introduz na sua discussão sobre funções e conceitos, de forma que "o valor dessa função deva ser o verdadeiro se o verdadeiro for tomado como argumento, enquanto que o valor dessa função será o falso em todos os outros casos, a saber, quando o argumento é o falso ou quando ele não é absolutamente um valor de verdade" (1891: 49).[100] Ou seja, a idéia por trás dessa função é a de que há um nível, de alguma maneira inferior, onde existem as três possibilidades para os valores de verdade: o verdadeiro, o falso e o nem verdadeiro nem falso; e esse nível está sujeito a um outro nível em que existem apenas duas possibilidades: ou o verdadeiro ou o falso.

Ainda que essa restrição sobre a interpretação dos resultados não chegue a invalidar completamente o experimento, ela nos indica que ele não é, de modo algum, conclusivo. Para uma conclusão mais definitiva sobre esta questão, o experimento necessitaria de um

---

[98] "Os indivíduos da condição de compreensão ouviam as mesmas oito gravações que os indivíduos da de memória, mas julgavam a verdade de cada sentença de teste imediatamente após ouvirem a sentença de "aquisição", e não no final da lista. Os indivíduos dispuseram de tanto tempo quanto necessário para responder cada questão e poderiam ouvir qualquer sentença tantas vezes quantas eles solicitassem" (Harris 1974: 630). Como as respostas para a condição de compreensão não eram temporalmente restringidas, e como os efeitos da Hipótese Inferencial exigem mais tempo para aparecerem do que os da Hipótese Lógico-Lingüística, segundo apontam os resultados, é possível que alguns dos indivíduos dessa condição pudessem ter, pelo menos, começado a apresentar os efeitos que apareceram mais claramente na condição de memória.

[99] O termo que Harris usa é "two competing hypotheses" (1974: 628).

[100] Também aqui a citação é a da tradução brasileira.

controle mais adequado da interpenetração desses dois níveis (e mesmo de uma confirmação experimental da existência desses dois níveis), levando em conta perguntas como: quando cada um desses mecanismos começa a agir, em relação ao processamento da frase? como um interfere na atuação do outro? (se é que um realmente interfere no outro) e, principalmente, como elaborar o procedimento experimental de forma que um seja constante enquanto o outro possa ser variado (e vice-versa), para que o experimento esteja sendo efetivamente controlado?

No momento deixaremos estas perguntas suspensas até que tenhamos resenhado outro procedimento experimental que, ao invés do recenseamento de juízos de valores de verdade, recorre justamente ao monitoramento do tempo de resposta para tarefas que, a princípio, se interferem mutuamente.

4.1.2 A Hipótese da Complexidade Representacional dos Factivos em um Experimento On-Line

Ao contrário do experimento de Harris (1974), que não controlava o tempo das tarefas de julgamento, o de Inhoff (1985) assume a idéia de que

> uma das proposições fundamentais da ciência cognitiva é a de que os *recursos de processamento* da mente (ou de qualquer outro sistema cognitivo) são *limitados*. A atenção (recursos de processamento) exigida por uma tarefa depende de sua complexidade, do seu grau de incerteza, e da freqüência com que ela é praticada. Assume-se que a mente possui apenas uma quantidade fixa de recursos de processamento (análogo aos ciclos computacionais por segundo) e que nós os alocamos para realizar as várias tarefas nas quais estivermos engajados, de forma a otimizar a utilização de nosso desempenho geral [...]
>
> Os experimentos de duas tarefas são usados para investigar quanto dessa capacidade de processamento é requerida por tarefas específicas e como as pessoas alocam esses recursos entre as tarefas, em função de sua execução. O desempenho em relação a uma tarefa piora à medida em que menos atenção lhe é destinada; podemos, então, usar essa tarefa como medição *indireta* da quantidade de processamento requerida por outra tarefa concorrente. [Bower & Clapper 1989: 261-262]

Apesar de não parecer, à primeira vista, um experimento de duas tarefas, ao rastrear o movimento ocular durante a leitura, Inhoff está, na verdade, fazendo também uma medição indireta devido à concorrência de tarefas: o reconhecimento visual das palavras e sua manipulação lingüística.

O que o autor vai tentar medir em seu experimento é,

> em primeiro lugar, se as pressuposições semânticas fazem parte da representação lexical de um verbo e, em segundo lugar, se as pressuposições semânticas afetam a integração da sentença durante a leitura de um texto. [Inhoff 1985: 46]

Com isso, ele pretende determinar se a factividade é um fenômeno lexical ou pós-lexical.[101] Para isso, ele parte de duas hipóteses antagônicas: ou 1) os factivos, por imporem restrições sobre o valor de verdade de seus complementos, exigiriam uma carga de processamento lexical maior do que a dos não-factivos; ou 2) os não-factivos, por não estabelecerem um valor determinado para seus complementos, é que exigiriam um processamento lexical mais complexo do que o dos factivos. Em ambos os casos, era de se esperar que as medições dos tempos de reação fossem diferentes para os dois tipos de verbos; no primeiro caso, os factivos deveriam apresentar uma latência maior do que a dos não-factivos; no segundo caso, a latência dos não-factivos é que deveria ser maior do que a dos factivos.

Mas como já existem indícios de que isso não acontece,[102] Inhoff elabora seu experimento de forma a também medir efeitos pós-lexicais. Assim, as sentenças experimentais envolvem sempre verbos factivos e não-factivos com complementos contraditórios, como (1) e (2), ou falsos, como (3) e (4).

(1) He knew that two and two equals three.

(2) He said that two and two equals three.

(3) This proves that the Earth is flat.

(4) We were surprised that speeders get a cash reward.

Como efeito pós-lexical, pode-se esperar que os complementos contraditórios de (1) e (3) sejam mais difíceis de processar, devido às restrições dos factivos, do que os complementos de (2) e (4), que não sofrem as mesmas restrições.

A hipótese ancilar inicial que vai permitir a medição das latências nesse experimento é a de que

> se a computação das pressuposições lexicais for executada concomitantemente, ou seja, durante a fixação do verbo, então os verbos factivos deveriam receber tempos de fixação maiores dos que os dos verbos não-factivos. Além disso, se as pressuposições lexicais afetam o processamento do complemento de um verbo, então complementos incorretos de verbos factivos deveriam receber tempos de

---

[101] Sobre a questão da complexidade representacional dos itens lexicais factivos ou pressuposicionais ver Cutler 1983 e Rayner & Duffy 1986.

[102] Inhoff 1985: 46, menciona sobre isso um experimento de Cutler 1983 que, recorrendo a uma tarefa de monitoramento de fonema, não encontra latências distintas no reconhecimento de fonemas tanto após factivos quanto não-factivos.

> fixação maiores do que os dos complementos incorretos de verbos não-factivos. [Inhoff 1985: 48]

Mas como o processo de leitura não é composto apenas por uma seqüência unidirecional, e sim por movimentos de ida e vinda, existem dois tipos de medições para os tempos de fixação: primeira fixação e observação.[103] A primeira fixação é "a fixação inicial dirigida a uma palavra específica" (Inhoff 1985: 48), e por isso deve ser uma medição particularmente sensível para o acesso lexical; já a observação é "a soma dos intervalos nos quais o olho se dirige a uma determinada palavra, mais do que um movimento de olho que interrompe a fixação de uma palavra" (Inhoff 1985: 48), e deve ser um indicador de operações pós-lexicais. Assim a hipóstese ancilar pode ser reformulada como:

> se as pressuposições lexicais afetam o processamento inicial de um verbo ou de seu complemento, então o efeito da factividade já pode ser percebido nas durações das primeiras fixações. Por outro lado, se as pressuposições lexicais controlam as operações de processamento que ocorrem relativamente tarde na codificação de palavras específicas, então os efeitos da factividade devem se tornar perceptíveis apenas nas durações das observações. [Inhoff 1985: 48-49]

Para a execução do experimento as sentenças foram introduzidas no final de pequenos textos que eram apresentados através da tela de um computador, e os dados relativos aos intervalos de primeira fixação e de observação eram obtidos através de um equipamento para monitorar o movimento ocular.[104] A apresentação dos textos era feita através de duas listas de textos que continham 16 sentenças experimentais e 26 sentenças distratoras; as sentenças experimentais eram compostas de verbos factivos e não-factivos, ambos seguidos de complementos falsos,[105] e a seqüência de factivos e não-factivos numa mesma lista era aleatória; além dessa variável, o autor recorreu a um efeito de mascaramento para para permitir uma análise estatística mais confiável para os resultados do experimento.[106] Os locais de interesse de medição são os verbos factivos e não-factivos e os complementos falsos.

---

[103] Os termos originais para "primeira fixação" e "observação" são "*first fixation*" e "*gaze*"; essa distinção é necessária pois o processo de leitura não é sempre unidirecional, pois o olho não se detém apenas uma única vez sobre um mesmo foco: assim "primeira fixação" é o intervalo de tempo da primeira vez que se focaliza um certo ponto, "observação" é a soma de todos os intervalos de fixação, incluindo a primeira fixação. Como se acredita que não haja captação de informação visual durante a movimentação ocular (movimento de sacada), a fixação pode ser definida como o intervalo entre dois movimentos de sacada. (Espero ter sido fiel às explicações que recebi, em comunicação eletrônica, de Roberto Gonçalves de Almeida, a quem registro meus agradecimentos.)

[104] Como esta é uma dissertação de Lingüística, seu objetivo é antes discutir os dados obtidos do que apresentar o aparato experimental; por isso remete-se os interessados na técnica experimental à bibliografia sugerida pelo próprio Inhoff - Rayner, Inhoff, Morrison, Slowiaczek & Bertera 1981.

[105] Infelizmente, Inhoff não fala nada sobre a construção das sentenças distratoras.

[106] Como esse aspecto metodológico também não interessa a esta dissertação, ele será simplesmente omitido.

Tabela 3 - Principais dados do experimento de Inhoff (1985)

	Primeira Fixação		Observação	
	Factivo	Não-Factivo	Factivo	Não-Factivo
Verbo	280	262	503	541
Complemento	289	273	532	397

Os dados que mais nos interessam podem ser vistos na Tabela 3 acima, sendo que das quatro comparações entre factivos e não-factivos apenas a dos intervalos de observação para o complemento falso apresentou significatividade. A partir dele, a conclusão a que Inhoff chega é a de que:

> este tipo de resultado revela que verbos factivos e não-factivos afetam o processamento dos complementos subseqüentes, ainda que não haja diferença evidente entre os intervalos de primeira fixação e de observação para os próprios verbos factivos e não-factivos. Os dados também revelaram que o efeito das pressuposições lexicais na leitura dos complementos falsos só apareceram nos intervalos de observação do complemento [...] Este tipo de resultado sugere que as pressuposições lexicais afetam a etapa de integração da sentença. Os complementos falsos são mais difíceis de ser integrados à estrutura global do texto quando estão precedidos por um verbo factivo do que quando precedidos por um verbo não-factivo. Esta interpretação para os efeitos da factividade sobre o complemento falso também está de acordo com a descoberta de que as operações exclusivamente de acesso lexical já são evidentes nos dados de primeira fixação. [Inhoff 1985: 53]

4.1.2.1 Observações sobre as conclusões do experimento

Ainda que este experimento de Inhoff seja mais sofisticado do que o de Harris, ele apresenta pelo menos dois pontos controversos, que passaremos a discutir a seguir.

Aquele que parece ser o mais evidente é o tratamento dos complementos dos verbos factivos e não-factivos; apesar de perceber que esses complementos constituem uma "**contradição** em relação ao conhecimento empírico ou definicional do leitor" (Inhoff 1985: 50; o grifo é meu), o autor não percebe que, do ponto de vista semântico, uma sentença contraditória é completamente diferente de uma sentença falsa: a primeira é um caso de anomalia semântica, provavelmente relacionado à subversão de alguma regra semântica, enquanto que a segunda é um caso de estrutura semanticamente bem formada. Cognitivamente, então, era de se esperar que a contradição fosse considerada um processamento de regras, enquanto que a falsidade fosse considerada um processamento de listas; um outro modo de se entender esta mesma questão é conceber a contradição como um fenômeno interno da sentença que, por isso, envolvesse apenas regras lingüísticas,

enquanto que a falsidade seria uma manifestação referencial, exigindo assim uma constatação sobre uma lista de indivíduos do mundo. Ao tratar indistintamente complementos falsos e contraditórios, Inhoff corre o risco de estar mascarando a medição da latência do complemento com dois tipos de operações cognitivamente distintas e logicamente incompatíveis. No entanto, o que parece mais grave é que, mesmo que não se reconheça essa distinção entre falsidade e contradição, qualquer uma dessas duas coisas só pode ser concebida como procedimento pós-lexical; dessa maneira, era mais do que esperado que encontrássemos um tempo de observação elevado para um complemento contraditório (ou falso, como prefere o autor), e essa diferença de magnitude entre esses complementos e os verbos da principal poderia ser outro fator de mascaramento para a distinção dos tempos dos factivos e dos não-factivos; contudo, uma questão que pode parecer mais interessante, mas que não pode ser respondida com os dados do experimento de Inhoff, é esta: será que, depois de descontada a interferência desses processos pós-lexicais, as latências dos verbos factivos ainda seria a mesma da dos complementos?[107]

Uma segunda restrição a esse experimento de Inhoff é seu tratamento estatístico que poderíamos chamar de ingênuo (para não dizer confortável). Se a leitura é um processo que não ocorre apenas através de sucessivas fixações unidirecionalmente, a simples somatória das várias fixações em uma mesma palavra pode não ser tão relevante quanto sua relação com o número de fixações responsáveis pelo tempo de observação; mais importante ainda para a descrição de um processo como o da leitura deveria ser a determinação da seqüência exata do percurso que o leitor escolheu para executá-la. A descrição dos passos sucessivos de fixações poderia fornecer outra variável, pela qual se poderia estabelecer as diferentes estratégias que estariam à disposição dos leitores durante a leitura. A pergunta que desta vez também não é respondida pelos dados de Inhoff é: será que todos os indivíduos retornam sempre e o mesmo número de vezes aos mesmos pontos de fixação, ou será que os tempos de observação, mesmo quando parecidos, são obtidos através da ponderação entre tempos e vezes que uma palavra é fixada?

---

[107] Se imaginássemos, por exemplo, uma sentença com um verbo factivo negativo (contrafactivo) na oração principal e uma oração complementar analiticamente verdadeira, como "Ele fez de conta que dois e dois fosse quatro", quais deveriam ser as latências de observação?

4.2 Pressuposição e processamento lexical

Mesmo um experimento mais elaborado em relação à sua metodologia, dentro dos critérios da psicologia experimental, como o de Inhoff (1985), parece recorrer a concepções cognitivas simplistas, tanto do ponto de vista lingüístico quanto filosófico. Apesar de usar uma técnica que assume o tempo de reação enquanto variável dependente - reduzindo as possibilidades de operações conscientes e, conseqüentemente, as interferências subjetivas para a atribuição do valor de verdade - nesse experimento, ao escolher a contradição como contraponto para a medição dos efeitos pressuposicionais, Inhoff pode ter mascarado esses efeitos através de uma sobrecarga de processamento: ainda que a medição seja feita sobre o movimento incondicional do globo ocular, uma contradição deve necessariamente ativar outro tipo processamento, como o das implicaturas griceanas, por exemplo; ou seja, ao se deparar com uma contradição, qualquer indivíduo é automaticamente compelido a tentar esclarecer se o princípio de cooperação foi desrespeitado ou se o princípio foi mantido e ele precisa descobrir que norma deixou de ser satisfeita, para poder fazer os cálculos da implicatura.

Essa distinção entre estabelecimento de condições de verdade e atribuição de valor de verdade, ou ainda entre pensamento objetivo e subjetivo (no sentido fregeano), não parece estar prevista nos experimentos resenhados. Mas como toda a sua arquitetura experimental é baseada em inferências sobre o comportamento dos indivíduos (ou seja, em coisas do mesmo nível daquilo que chamaríamos, ainda no sentido fregeano, de atribuição de valor de verdade), esses experimentos ainda não chegam a apresentar uma comprovação das restrições que as hipóteses lingüísticas poderiam impor ao processamento lexical. Em outras palavras, apesar da conclusão de Inhoff (1985) ser a de que os verbos factivos não apresentem uma carga de processamento maior do que a dos outros verbos, ela foi obtida através de medições que envolvem dois tipos de processamento: o das pressuposições e o das contradições; como se já não bastasse a controvérsia entre os dois possíveis tipos de fenômenos de pressuposição - o semântico e o pragmático, que também exigiriam dois tipos de processamento - a sua mistura com efeitos devidos à contradição pode estar aumentando inadvertidamente os tempos medidos; uma possível conseqüência desse aumento para o tratamento estatístico dos dados do experimento poderia ser a de reduzir a sua sensibilidade em relação aos dados que envolvem tempos de reação menores. Se estivermos certos, em comparação com a pressuposição, a contradição deveria aumentar consideravelmente o tempo de reação, devido ao acréscimo da carga de processamento para se estabelecer os valores de verdade, que deveria inclusive estar mais sujeito a variações individuais; e esse foi

justamente o resultado a que Inhoff (1985) chegou, ainda que ele não tenha apresentado dados que envolvam a pressuposição, mas não a contradição, de forma a controlar essa restrição que acabamos de fazer.

Uma outra restrição que se poderia fazer, e que exigiria um maior controle experimental, é em relação ao fato do que o que foi medido no experimento de Inhoff (1985) foram os efeitos da pressuposição, e não a pressuposição em si. Ao comparar os tempos de latência dos verbos e das palavras que terminam as sentenças, Inhoff está comparando um momento em que as informações devem estar apenas sendo recolhidas (quando estamos lendo o verbo da sentença) com outro onde já deve estar ocorrendo a integração final dessas informações. Será que, mesmo sendo feita com uma contradição, essa comparação não seria diferente se fosse feita não com uma posição final, mas sim com uma posição intermediária como a dos verbos das encaixadas?

E, finalmente, o que foi possível perceber sobre esses experimentos psicolingüísticos sobre a pressuposição é que eles definitivamente não apresentam a menor preocupação em relação à controvérsia sobre a bivalência ou trivalência dos valores de verdade. Como vimos, essa questão está estreitamente ligada à pressuposição e apresenta um problema intrigante para a Ciência Cognitiva de um modo geral, e que não foram previstas nesses experimentos: será que o homem usa dois ou três valores de verdade para raciocinar? ou será ainda que os valores de verdade não são cognitivamente relevantes, sendo apenas construtos abstratos pertinentes apenas à Lógica? Essa questão precisa ser abordada se se pretende elaborar um experimento consistente sobre a pressuposição, de forma a responder se os valores de verdade são categorias efetivas do raciocínio e, se for, quantos são efetivamente usados para raciocinar. Além disso, é preciso considerar a possibilidade de indivíduos diferentes utilizarem estratégias cognitivas diferentes, cuja conseqüência para a questão dos valores de verdade seria a de alguns indivíduos operariam com três valores, enquanto outros operariam apenas com dois; essa opcionalidade de estratégias não é estranha à psicologia experimental, e já foi constatada em relação aos recursos de memorização em Just & Carpenter 1992, e que também parece ser uma questão pertinente à elaboração de experimentos psicolingüísticos sobre a pressuposição.[108]

---

[108] Um projeto atualmente em andamento no Laboratório de Fonética Acústica e Psicolingüística Experimental (IEL/UNICAMP), coordenado pelo Prof. Dr. Edson Françozo, tem procurado abordar a pressuposição levando em conta essas questões relativas às possibilidades de estratégias diferentes à disposição dos sujeitos, usando uma metodologia baseada em técnica de leitura de palavras.

Por tudo isso que se disse, ainda não é possível recorrer à psicolingüística experimental para se decidir qual a melhor forma para representar semanticamente os itens lexicais; mas isso também não quer dizer que se está negando completamente essa possibilidade. No entanto, para que essa interação ocorra seguramente, ambas perspectivas ainda precisam se aproximar muito mais; e isso deve exigir um desenvolvimento tanto da representação lexical quanto das técnicas experimentais para testar sua validação psicolingüística.

Com essa dissertação se pretendeu avançar principalmente no primeiro desses dois aspectos, discutindo-se principalmente os fundamentos e as conseqüências filosóficas e os critérios lingüísticos para uma melhor determinação do fenômeno da pressuposição. Acreditamos que a idéia de pressuposição como contra-escopo, além das observações sobre os dois experimentos resenhados que ela permitiu, possa auxiliar em futuras elaborações de experimentos relativos à pressuposição. Sua caracterização como contra-escopo permite conceber a pressuposição como um fenômeno muito mais de ordem do processo de integração, posterior ao processamento lexical e mesmo ao *parsing*, como no caso das clivadas, discutido na seção 3.4. A idéia, finalmente, é a de que a representação da pressuposição nos itens lexicais não passe de indicadores que serão operados apenas durante a integração.

5. Bibliografia

Austin, J. L. 1962. **How to Do Things With Words**. New York: Oxford University Press.

Baker, A. 1956. Presupposition and types of clause. **Mind, 63**: 368-378.

Barwise, J. & Perry, J. 1983. **Situations and Attitudes**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press. Bradford Books.

Bierwisch, Manfred. 1969. "On certain problems of semantic representations". **Foundations of Language**, 5(2): 153-184. [Tradução brasileira: "De certos problemas de representações semânticas". *In* Lobato (ed.) 1977: 131-163; traduzido por Alzira Soares da Rocha & Helena Camacho].

Bierwisch, Manfred & Heidolph, K. (eds.). 1970. **Progress in Linguistics**. The Hague: Mouton.

Binnick, Robert I.; Davison, Alice; Green, Georgia M. & Morgan, Jerry L. (eds.). 1969. **Papers from the Fifth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. University of Chicago.

Bower, Gordon H. & Clapper, John P. 1989. Experimental methods in cognitive science. *In* Posner (ed.) 1989: 245-300.

Carnap, Rudolf. 1958. **Introduction to Symbolic Logic and Its Applications**. New York: Dover; translated by William H. Meyer & John Wilkinson.

Carroll, Lewis. 1980. **Aventuras de Alice**. 3ª ed. São Paulo: Summus; traduzido por Sebastião Uchoa Leite.

Cassin, C. 1970. Russell's distiction of meaning and denotation: a re-examination. *In* Klemke (ed.) 1970: 256-272.

Cassin, C. 1970. Russell's distiction between the primary and secondary occurrence of definite descriptions. *In* Klemke (ed.) 1970: 273-284.

Caton, C. 1959. Strawson on referring. **Mind, 68**: 539-544.

Clocksin, William F. & Melish, Christopher S. 1981. **Programing in Prolog**. 2nd. ed.: 1984. Berlin: Springer-Verlag.

Cole, Peter (ed.). 1978. **Syntax and Semantics - Volume 9: Pragmatics**. New York: Academic Press.

Cole, P. & Morgan, J. (eds.). 1975. **Syntax and Semantics - Volume 3: Speech Acts**. New York: Academic Press.

Copi, I. M. & Gould, J. A. (eds.). 1967. **Contemporary Readings in Logical Theory**. New York: Macmillan.

Cutler, A. 1983. Lexical complexity and sentence processing. *In* D'Arcais & Jarvella (eds.) 1983: 43-79.

D'Arcais, G. B. Flores & Jarvella, R. J. (eds.). 1983. **The Process of Language Understanding**. Chichester: Wiley.

Dascal, Marcelo (ed.). 1982. **Fundamentos Metodológicos da Lingüística - Vol. IV: Pragmática, Problemas, Críticas, Perspectivas da Lingüística**. Campinas: Dascal.

Davidson, D. 1966. The logical form of action sentences. *In* Davidson 1980: 15-122.

Davidson, D. 1980. **Essays on Actions and Events**. Oxford: Clarendon Press.

Dowty, David R.; Wall, Robert E. & Peters, Stanley. 1981. **Introduction to Montague Semantics**. Dordrecht: D. Reidel.

Fillmore, C. J. 1969. Types of lexical information. *In* Kiefer (ed.) 1969: 109-137 [*In* Steinberg & Jakobovits (eds.) 1971: 370-392].

Fillmore, Charles J. 1971. Verbs of judging: an exercise in semantic description. *In* Fillmore & Langendoen (eds.) 1971: 272-289.

Fillmore, C. J. & Langendoen, D. Terence (eds.). 1971. **Studies in Linguistic Semantics**. New York: Holt, Rinehart, Winston.

Flew, A. (ed.). 1956. **Essays in Conceptual Analysis**. Hampshire & New York: Macmillan & St. Martin's Press.

Fraassen, Bas C. van. 1968. Presupposition, implication and self-reference. **Journal of Philosophy**, **65**: 136-152.

Fraassen, Bas C. van. 1969. Presupposition, super-valuations, and free logic. *In* Lambert (ed.) 1969: 67-91.

Fraassen, Bas C. van. 1971. **Formal Semantics and Logic**. New York: Macmillan.

Frege, Gottlob. 1891. Funktion und Begriff. Conferência proferida em 9 de janeiro na *Jenaischen Gesellschaft für Medizin und Naturwissenschaft*. [*In* Frege 1962: 17-39.

Tradução inglesa: Function and concept, *in* Geach & Black 1952: 28-41; translated by Peter T. Geach. Tradução brasileira: "Função e conceito", *in* Frege 1978: 33-57].

Frege, Gottlob. 1892a. Über Sinn und Bedeutung. **Zeitschrift für Philosophie und philosophishe Kritik, 100**: 25-50. [*In* Frege, 1962: 40-65. Tradução inglesa: On sense and reference, *in* Geach & Black 1952: 56-78; translated Max Black [*In* Zabeeh, Klemke & Jacobson (eds.) 1974: 117-140]. Tradução brasileira: Sobre o sentido e a referência, *in* Frege 1978: 59-86].

Frege, Gottlob. 1892b. "Über Begriff und Gegenstand", **Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Philosophie, 16**: 192-205. [*In* Frege 1962: 66-80. Tradução inglesa: On concept and object, *in* Geach & Black 1952: 42-55; translated by Peter T. Geach. Tradução brasileira: Sobre o conceito e o objeto, *in* Frege 1978: 87-103].

Frege, Gottlob. 1962. **Funktion, Begriff, Bedeutung - Fünf logische Studien**. 4ª ed.: 1975. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht. Organização: Günther Patzig.

Frege, Gottlob. 1978. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix/EDUSP; traduzido por Paulo Alcoforado.

Geach, Peter T. 1950. Russell's theory of descriptions. **Analysis, 10** (2): 84-88.

Geach, Peter T. 1958. Russell on meaning and denoting. **Analysis, 19**: 69-72.

Geach, Peter T. & Black, Max. 1952. **Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege**. 2ªed.: 1970. Oxford: Basil Blackwell.

Geis, Michael & Zwicky, Arnold M. 1971. On invited inferences. **Linguistics Inquiry, 2** (4): 561-566.

Grice, H. Paul. 1975. Logic and conversation. *In* Cole & Morgan (eds.) 1975: 41-58. [Tradução brasileira: Lógica e conversação, *in* Dascal (ed.) 1982: 81-103; traduzido por João Wanderley Geraldi].

Harman, G. & Davidson, D. (eds.). 1972. **Semantics of Natural Language**. Dordrecht: D. Reidel.

Harris, Richard J. 1974. Memory and comprehension of implications and inferences of complex sentences. **Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior, 13**: 626-637.

Higginbotham, James. 1985. On semantics. **Linguistic Inquiry, 16** (4): 547-593.

Inhoff, Albrecht Werner. 1985. The effect of factivity on lexical retrieval and postlexical processes during eye fixations in reading. **Journal of Psycholinguistic Research, 14**(1): 45-56.

Jacobson, A. 1970. Russell and Strawson on referring. *In* Klemke (ed.) 1970: 285-308.

Just, Marcel Adam & Carpenter, Patricia A. 1992. A capacity theory of comprehension: Individual differences in working memory. **Psychological Review**, **99** (1): 122-149.

Karttunen, Lauri. 1971. Implicative verbs. **Language**, **47**(2): 340-358.

Karttunen, Lauri. 1973. Presuppositions of compound sentences. **Linguistic Inquiry**, **4**(2): 169-193.

Karttunen, Lauri. 1974. Presupposition and linguistic context. **Theoretical Linguistics**, **1**: 181-194.

Karttunen, Lauri & Peters, Stanley. 1979. Conventional implicature. *In* Oh & Dinneen (eds.) 1979: 1-56.

Keenan, E. 1971. Two kinds of presupposition in natural language. *In* Fillmore & Langendoen (eds.) 1971: 44-52.

Kempson, Ruth M. 1975. **Presupposition and the Delimitation of Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press.

Kemspon, Ruth M. 1977. **Semantic Theory**. Cambridge: Cambridge University Press. [Tradução brasileira: **Teoria Semântica**, Rio de Janeiro: Zahar, 1980; traduzido por Waltensir Dutra].

Kiefer, F. (ed.). 1969. **Studies in Syntax and Semantics**. Dordrecht: D. Reidel.

Kiparsky, P. & Kiparsky, C. 1970. Fact. *In* Bierwisch & Heidolph (eds.) 1970: 143-173 [*In* Steinberg & Jakobovits (eds.) 1971: 345-369].

Klemke, E. (ed.). 1970. **Essays on Bertrand Russell**. Urbana: University of Illinois Press.

Lakoff, Geroge. 1970. Linguistics and natural logic. **Synthese**, **22** (1-2): 151-271. [*In* Harman & Davidson (eds.), 1972: 545-665].

Lambert, K. (ed.). 1969. **The Logic Way of Doing Things**. New Haven: Yale University Press.

Langendoen, D. Terence & Savin, Harris B. 1971. The projection problem for presuppositions. *In* Fillmore & Langendoen (eds.) 1971: 54-60.

Lobato, Lúcia Maria Pinheiro (ed.). 1977. **A Semântica na Lingüística Moderna - O Léxico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Montague, Richard. 1974. **Formal Philosophy - Selected Papers of Richard Montague**. 1ª reimpressão: 1976. New Haven and London: Yale University Press.

Morgan, Jerry Lee. 1969. On the treatment of presuppositions in transformational grammar. *In* Binnick, Davison, Green & Morgan (eds.) 1969: 169-177.

Munitz, M. K. & Unger, P. K. (eds.). 1974. **Semantics and Philosophy**. New York: New York University Press.

Nerlich, G. 1965. Presupposition and entailment. **American Philosophical Quarterly**, **2**: 33-42.

Newmeyer, F. L. 1969. English aspectual verbs. **Studies in Linguistics and Language Learning - Vol. IV**. Seattle, Washington: University of Washington.

Nolt, John & Rohatyn, Dennis. 1988. **Schaum's Outline of Theory and Problems of Logic**. Auckland: McGraw-Hill. [Tradadução brasileira.: **Lógica**. São Paulo: Makron Books; traduzido por Leila Zardo Puga & Mineko Yamashita].

Oh, Choon-Kyu & Dinneen, David A. (eds.). 1979. **Syntax and Semantics - Volume 11: Presupposition**. New York: Academic Press.

Olshewsky, T. (ed.). 1969. **Problems in the Philosophy of Language**. Holt, Rinehart, Winston.

Parkinson, G. (ed.). 1968. **The Theory of Meaning**. Oxford: Oxford University Press.

Posner, Michael I. (ed.). 1989. **Foundations of Cognitive Science**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

Rayner, Keith & Duffy, Susan A. 1986. Lexical complexity and fixation times in reading: Effects of word frequency, verb complexity, and lexical ambiguity. **Memory and Cognition**, **14** (3): 191-201.

Rayner, K.; Inhoff, Albrecht Werner; Morrison, R.; Slowiaczek, M. & Bretera, J., 1981. Masking of foveal and parafoveal vision during eye fixations in reading. **Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance**, 7: 167-179.

Roberts, G. 1969. A problem about presupposition. **Mind**, **78**: 270-271.

Rosenbereg, J. & Travis, C. (eds.). 1971. **Readings in the Philosohy of Language**. Prentice-Hall.

Ross, John Robert. 1967. **Constraints on Variables in Syntax**. Datilografado.

Russell, Bertrand. 1903. **The Principles of Mathematics**. New York: W. W. Norton.

Russell, Bertrand. 1905. On denoting. **Mind**, **14**: 479-493. Republicado em Russell, 1950: 39-56 [*In* Zabeeh, Klemke & Jacobson (eds.) 1974: 141-158; *in* Olshewsky (ed.) 1969. Tradução brasileira: Da denotação, *in* Russell 1989: 3-14].

Russell, Bertrand. 1918. Knowledge by acquaintance and knowledge by description. *In* **Mysticism and Logic**. London: Unwin, pp. 200-221.

Russell, Bertrand. 1919. **Introduction to Mathematical Philosophy**. 12ª reimpressão: 1967. London: George Allen & Unwin.

Russell, Bertrand. 1940. Proper names. *In* **An Inquiry into Meaning and Truth**. London: George Allen & Unwin, pp. 94-107.

Russell, Bertrand. 1950. **Logic and Knowledge**. London: George Allen and Unwin; organizated by Robert Charles Marsh.

Russell, Bertrrand. 1959. Mr. Strawson on referring. *In* Russell 1959: 238-245 [*In* Copi & Gould (eds.) 1967: 127-132].

Russell, Bertrand. 1959. **My Philosophical Development**. London: Allen & Unwin.

Russell, Bertrand. 1989. **Ensaios Escolhidos**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural; traduzido por Pablo Rubén Mariconda. *Os Pensadores*.

Russell, Bertrand & Whitehead, Alfred Northon. 1910-1913. Incomplete symbols. *In* **Principia Mathematica**. 3th. paperback reimpr.: 1964. Cambridge: Cambridge University Press, vol. I, pp. 66-84.

Ryle, Gilberert; Austin, John Langshaw; Quine, Willard Van Orman & Strawson, Peter Frederick. 1989. **Ensaios**. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural. *Os Pensadores*.

Saddock, Jerrold M. 1978. On testing for conversational implicature. *In* Cole (ed.) 1978: 281-297.

Schnitzer, M. 1971. Presupposition, entailment, and Russell's theory of descriptions. **Foundations of Language**, 7: 297-299.

Searle, John R. 1969. **Speech Acts - An Essay in the Philosophy of Language**. 10th. reimpr: 1984. Cambridge: Cambridge University Press.

Sellars, Wilfrid. 1954. Presupposing. **Philosophical Review, 63**: 197-215.

Shapiro, Lewis P.; Zurif, Edgar & Grimshaw, Jane. 1987. Sentence processing and the mental representation of verbs. **Cognition, 27** (3): 219-246.

Simpson, Thomas Moro. 1975. **Formas Lógicas, Realidad y Significado**. 2ª ed. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires [Tradução brasileira: **Linguagem, Realidade e Significado**, Rio de Janeiro: Francisco Alves / EDUSP, 1976; traduzido por Paulo Alcoforado (da 1ª ed.: **Lenguaje, Realidad y Significado**)].[109]

[109] Essa tradução brasileira foi feita a partir da primeira versão desse texto, por isso a pequena diferença entre os títulos. No entanto, as modificações de uma edição para outra não parece ter afetado o conteúdo das conclusões do autor, segundo ele mesmo, essa segunda edição "preserva essencialmente a identidade do livro original" (p. XIII).

Stalnaker, Robert C. 1970. Pragmatics. **Synthese**, **22** (1-2): 272-289 [*In* em Harman & Davidson (eds.) 1972: 380-397].

Stalnaker, Robert C. 1974. Pragmatic presuppositions. *In* Munitz & Unger (eds.) 1974: 197-214.

Steinberg, Danny D. & Jakobovits, Leon A. (eds.). 1971. **Semantics - An Interdisciplinary Readers in Philosophy, Linguistics and Psychology**. 3th. reimpr.: 1975. Cambridge: Cambridge University Press.

Strawson, Peter Frederick. 1950. On referring. **Mind**, **59**: 320-344 [*In* Flew (ed.) 1956: 21-52; *in* Zabeeh, Klemke & Jacobson (eds.) 1974: 161-192; *in* Copi & Gould (eds.) 1967: 93-127; *in* Parkinson (ed.) 1968; *in* Olshewsky (ed.) 1969; *in* Rosenberg & Travis (eds.) 1971; *in* Strawson, 1971. Tradução brasileira: Sobre referir, *in* Ryle, Austin, Quine, & Strawson, 1989: 151-170; traduzido por Balthazar Barbosa Filho].

Strawson, Peter Frederick. 1952. **Introduction to Logical Theory**. 6th. reimpr.: 1977. London: Methuen.

Strawson, Peter Frederick. 1954. A reply to Mr. Sellars. **Philosophical Review**, **63**: 216-231.

Strawson, Peter Frederick. 1964. Identifying reference and truth value. **Theoria**, **30**: 96-118 [*In* Zabeeh, Klemke & Jacobson (eds.) 1974: 193-216; *in* Strawson 1971; *in* Steinberg & Jakobovits (eds.) 1971: 86-99. Tradução brasileira: Referência identificadora e valores-de-verdade, *in* Ryle, Austin, Quine & Strawson, 1989: 191-206; traduzido por Balthazar Barbosa Filho].

Strawson, Peter Frederick. 1971. **Logico-Linguistic Papers**. London: Methuen. [Tradução francesa: **Études de Logique et de Linguistique**, Paris: Seuil, 1977; traduit par Judith Milner. Tradução espanhola: **Ensayos Lógico-Lingüísticos**, Madrid: Tecnos, 1983; traduzido por Alfonso Gracía Suárez & Luis M. Valdós Villanueva].

Zabeeh, Farhang; Klemke, E. D. & Jacobson, Arthur (eds.). 1974. **Readings in Semantics**. Urbana: University of Illinois Press.

5.1 Apêndice bibliográfico

(Neste apêndice estão registradas todas as referências bibliográficas relacionadas à pressuposição citadas pelos autores que foram lidos durante a pesquisa que resultou neste

texto, e que não se encontram na bibliografia acima; como o registro foi feito a partir das informações retiradas de livros e artigos, e não a partir de sua localização nas bibliotecas, nem sempre as informações bibliográficas estarão completas: as referências obtidas dos dois livros de Kempson, por exemplo, não apresentam sistematicamente o local de publicação. Isso não significa que as informações da bibliografia anterior sejam sempre exaustivas: devido ao formato do registro bibliográfico que se adotou aqui, algumas informações não constatadas são colocadas juntas com informações mais precisas.)

Allerton, D. J. 1978. The notion of 'givenness' and its relations to presupposition and to theme. **Lingua, 44**: 133-68.

Atlas, Jay David. 1991. Topic/comment, presupposition, logical form and focus stress implicatures: the case of focal particles "only" and "also". **Journal of Semantics, 8**: 127-147.

Bellert, S. 1973. On various solutions of the problem of presupposition. *In* Petöfi & Rieser (eds) 1973.

Blok, Peter I. 1991. Focus and presupposition. **Journal of Semantics, 8**: 149-165.

Chomsky, Noam. 1971. Deep structure, surface structure and semantic interpretation. *In* Steinberg & Jakobovits (eds.): 183-216.

Cohen, D. 1973. On the mis-representation of presuppositions. **Glossa**, 7(1): 21-38.

Cooper, D. 1974. **Presuppositions**. The Hague: Mouton.

Delacruz, Enrique B. 1976. Factives and proposition level constructions in Montague grammar. *In* Partee (ed.): 177-199.

Fraassen, Bas van. 1970. Truth and paradoxal consequences. *In* Martin (ed.): 13-23.

Franck, D. & Petöfi, J. (eds.). 1973. **Präsuppositionen in der Linguistik und der Philosophie**. Athenäum.

Fraser, B. 1971. An analysis of "even" in English. *In* Fillmore & Langendoen (eds.): 150-178.

Garner, R. 1971. "Presupposition" in philosophy and linguistics. *In* Fillmore & Langendoen (eds.): 22-42.

Gazdar, Gerald. 1979. **Pragmatics - Implicature, Presupposition, and Logical Form**. New York: Academic Press.

Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira (ed.). 1978. **Foco e Pressuposição**. Uberaba: Instituto de Letras das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino.

Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira. 1978. Foco e pressuposição. *In* Guimarães (ed.) 1978: 11-29.

Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira. 1978a. Da pressuposição em lingüística. *In* Guimarães (ed.) 1978: 68-74.

Hausser, Roland R. 1976. Presupposition in Montague grammar. **Theoretical Linguistics**, **3**: 245-280.

Heim, Irene. 1992. Presupposition projection and the semantics of attitude verbs. **Journal of Semantics**, **9**: 183-221.

Hocney, D.; Harper, W. & Freed, B. (eds.). 1975. **Contemporary Research in Philosophical Logic and Linguistic Semantics - Proceedings of a Conference Held at the University of Western Ontario, London, Canada**. Dordrecht: D. Reidel.

Hull, R. 1975. A semantic for superficial and embedded questions. *In* Keenan (ed.): 35-5.

Jackendoff, Ray S. 1972. **Semantic Interpretation in a Generative Grammar**. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

Jackendoff, Ray S. 1972a. Focus and presupposition. *In* Jackendoff 1972: 229-278.

Karttunen, Lauri. 1971. Some observations on factivity. **Papers in Linguistics**, **4**: 55-70.

Katz, J. J. 1972. **Semantic Theory**. New York: Harper and Row.

Katz, J. J. 1973. On defining presupposition. **Linguistic Inquiry**, **4**(3): 256-260.

Katz, J. J. & Langendoen, D. T. 1976. Pragmatics and presupposition. **Language**, **52**(1): 1-17.

Kay, Paul. 1992. The inheritance of presuppositions. **Linguistics and Philosophy**, **15**(4): 333-379.

Keenan, E. (eds.). 1975. **Formal Semantics of Natural Language**. Cambridge: Cambridge University Press.

Keenan, E. & Hull, R. 1973. The logical presupposition of questions and answers. *In* Franck & Petöfi (eds.).

Lakoff, George. 1971. Presupposition and relative well-formedness. *In* Steinberg & Jakobovits (eds.): 329-340.

Lakoff, Robin. 1971. If's, and's,and but's about conjunction. *In* Fillmore & Langendoen (eds.): 114-149.

Langendoen, D. Terence. 1971. Presupposition and assertion in the semantic analysis of nouns and verbs in English. *In* Steinberg & Jakobovits (eds.): 341-344.

Martin, R. (ed.). 1970. **The Paradox of the Liar**. Yale University Press.

Mates, B. 1973. Descriptions and reference. **Foundations of Language**, **10**(3): 409-418.

Melvold, Janis. s/d. Factivity and definteness. Inédito.

Mercer, Robert E. 1992. Default logic: towards a common logical semantics for presuppositions and entailments. **Journal of Semantics**, **9**: 223-250.

Morgan, Jerry Lee. 1973. **Presupposition and the Representation of Meaning - Prolegomena**. Doctoral dissertation, Illinois: University of Chicago.

Nerlich, G. 1965. Presupposition and entailment. **American Philosophical Quarterly**, **2**: 33-42.

Oh, Choon-Kyu & Dinneen, David A. (eds.). 1979. **Syntax and Semantics - Volume 11: Presupposition**. New York: Academic Press.

Partee, Barbara Hall (ed.). 1976. **Montague Grammar**. New York: Academic Press.

Petöfi, J. S. & Rieser, H. (eds.). 1973. **Studies in Text Grammar**. New York: Reidel.

Ramsay, Allan. 1992. Presupposition and wh-clauses. **Journal of Semantics**, **9**: 251-286.

Roberts, G. 1969. A problem about presupposition. **Mind**, **78**: 270-271.

Rogers, A.; Wall, B. & Murphy, J. P. (eds.). 1977. **Proceedings of the Texas Conference on Performatives, Presuppositions and Implicatures**. Arlington, VA: Center for Applied Linguistics.

Rohrer, C. 1973. Le système de Montague et les présuppositions. **Langages**, **30**: 111-124.

Schwarz, David S. 1977. On pragmatic presupposition. **Linguistics and Philosophy**, **1** (2): 247-257.

Seuren, Pieter A. M. [?]. Presupposition and negation. **Journal of Semantics**, **6**: 175-226.

Soames, Scott. [197?]. **A Critical Examination of Frege's Theory of Presupposition and Contemporary Alternatives**. Cambridge, Massachusetts: MIT doctoral dissertation.

Soames, Scott. 1979. A projection problem for speaker presuppositions. **Linguistic Inquiry**, **10**(4): 623-666.

Soames, Scott. 1982. How presuppositions are inherited: a solution to the projection problem. **Linguistic Inquiry**, **13**(3): 483-545.

Stalnaker, Robert. 1975. Presuppositions. *In* Hockney, Harper & Freed (eds.) 1975: 31-41.

Thiel, Christian. 1965. **Sinn und Bedeutung in der Logik Gottlob Freges**. Meisenheim am Glan: Anton Hain. Trad. ing.: **Sense and Reference in Frege's Logic**, Dordrecht: D. Reidel, 1968, by T. J. Blakeley.

Wilson, Deidre. 1975. Presupposition, assertion, and lexical items. **Linguistic Inquiry**, **6**(1): 95-114.

Wilson, Deidre. 1975. **Presuppositions and Non-Truth Conditional Semantics**. New York: Academic Press.